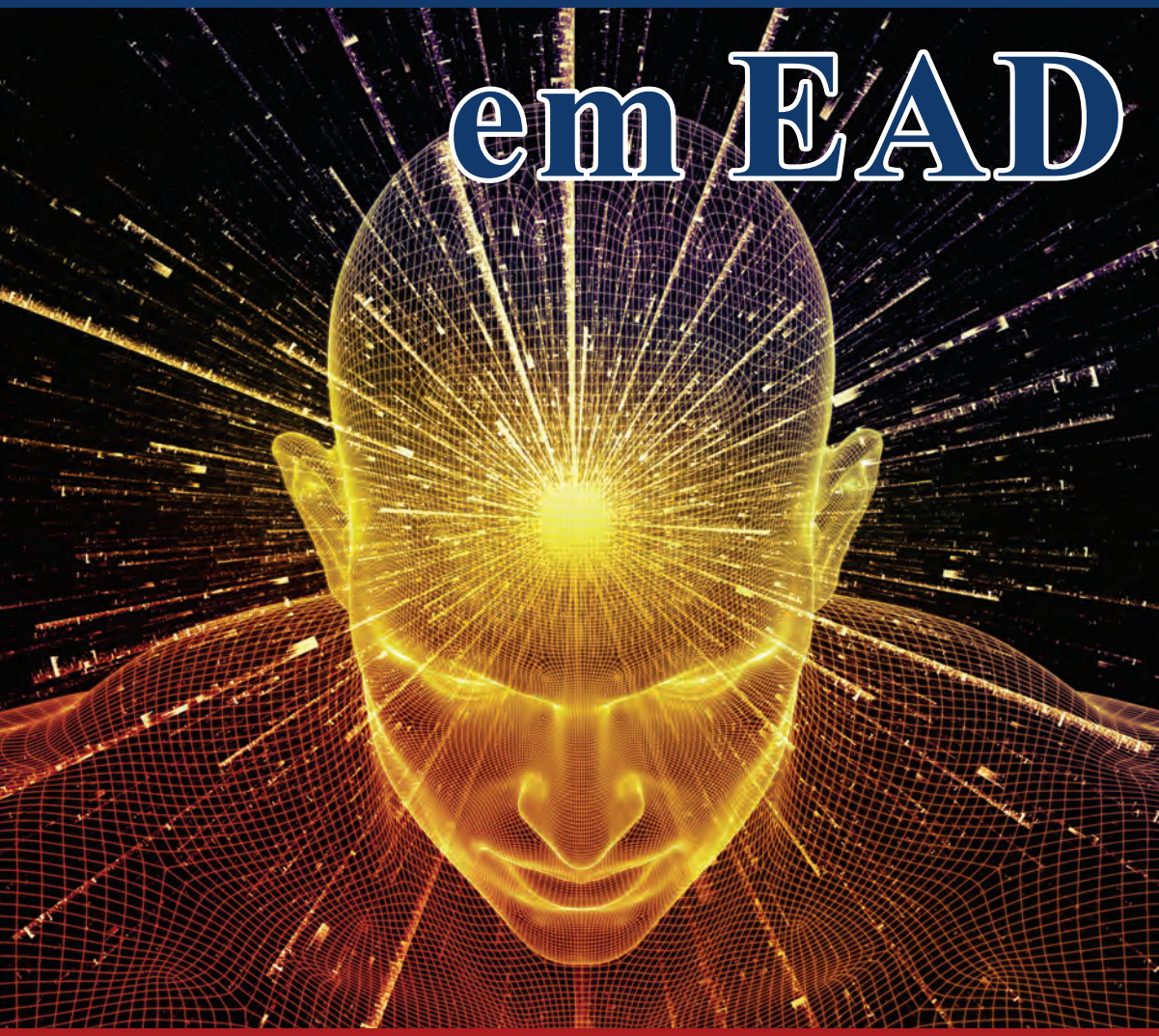
SIGNORELLI
FACULDADE INTERNACIONAL

Ano 7 - Nº 007

Revista Científica Internacional

em EAD



PUBL!T SOLUÇÕES EDITORIAIS

FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI

Revista Científica Internacional em EAD

Ano 7 – Nº 7

Luiz Annunziata
(Organizador)

PUBL!T SOLUÇÕES EDITORIAIS

Copyright© 2018 Luiz Annunziata (Organizador)
Título Original: Revista Científica Internacional em EAD – Ano 7 Nº 7

Editor
André Figueiredo

Editoração Eletrônica
Luciana Lima de Albuquerque

R454 Revista Científica Pós-graduação em EAD / Luiz Annunziata (organizador). – Ano 7, n.7 (2018) – Rio de Janeiro : Publit, 2010-

Quadrimestral

ISBN 978-85-525-0085-8

1. Universidades - Periódicos. 2. Ensino e Pesquisa – Periódicos. I. Annunziata Neto, Luiz. II. Faculdade Internacional Signorelli.

CDU 378
CDD 378

Ficha catalográfica elaborada por:
Amanda Moura de Sousa - CRB7 5992

PUBLIT SOLUÇÕES EDITORIAIS
Rua Bulhões de Carvalho, 524 – casa 3
Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.081-001
Telefone: (21) 2525-3936
E-mail: editor@publit.com.br
Endereço Eletrônico: www.publit.com.br

FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI

Direção Geral – Professor Doutor Hércules Pereira

Grupo Gestor

Diretor Executivo
Prof. Me. Vinícius Hetmanek de Passos Maciel

Diretor de Pós-graduação e Investigação Científica
Prof, Me. Luiz Annunziata Neto

Coordenação de Pós-Graduação
Prof. Tadeu Maesse

Conselho Editorial

Conselheiros Nacionais
Allan Rocha Damasceno – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Daniela Suarez – Faculdade Internacional Signorelli
Douglas Teixeira Cardelli – Faculdade Internacional Signorelli
Hércules Pereira - Faculdade Internacional Signorelli
Idalina de Meirelles Pinto - Faculdade Internacional Signorelli
Lia Ciomar Macedo de Farias – Universidade do Estado do Rio de janeiro
Luiz Annunziata Neto - Faculdade Internacional Signorelli
Vinícius Hetmanek de Passos maciel - Faculdade Internacional Signorelli

Conselheiros Internacionais
Francisco Muscará – Universidad Nacional de Cuyo
Marisa Carina Fásio - Universidad Nacional de Cuyo

Equipe de Editoração

Capa
Rosane Furtado

Editoração
Carla Salgado

Formatação Pré-Textual
Danilo Soares

Projeto Gráfico
Juliana Carvalho
Maurício dos Santos

Sumário

PREFÁCIO 7

Educação, Aprendizagem e Aprendizagem a Distância.....9
Luiz Annunziata

Disseminação da Informação: o conhecimento ao alcance de todos ...33
Ilza Pereira Santos

Educação Permanente em Saúde no Brasil: Ensino a Distância como estratégia para capacitação e atualização de profissionais da saúde ..43
Julianna Siciliano de Araujo

O Uso do EAD na Capacitação Profissional: UM CASE DO TRE-MG..... 61
Valéria Aparecida Antunes Freitas Vargens

O curso de direito na educação à distância e a sua não aprovação no Brasil 85
José Alexandre Da Silva Luiz

A ameaça à segurança da Navegação – Pirataria 115
Juvenal Bacellar Neto

Economia Internacional em Ead 131
Ângela Maria dos Santos

A Importância do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Vendas para os Profissionais e Empresas Contemporâneas.....149
Denise Cardoso Garcia Nunes

A Importância da Ergonomia no Cotidiano.....163
Thereza Christina Imbuzeiro Horta Galhardo

Psicologia Organizacional e do Trabalho em EAD 173
Vivian Dias Belem

PREFÁCIO

A Educação a Distância ao longo de sua história traçou uma trajetória de avanços e retrocessos. No início do século XX, tornou-se uma modalidade de ensino capaz de atender a todos os níveis, objetivando oferecer capacitação para a melhoria no desenvolvimento das atividades.

Estimulada pela "Sociedade de conhecimento", que exige aos profissionais atualização constante dos seus conhecimentos, habilidades e competências, e impulsionada pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação, que permitem "aumentar o intelecto humano", a Revista Científica Internacional Signorelli em EAD em seu Volume 7, publica os artigos contemplando as temáticas:

A Educação, Aprendizagem E Aprendizagem A Distância; A Disseminação da Informação: o conhecimento ao alcance de todos; A Educação Permanente em Saúde no Brasil: Ensino a Distância como estratégia para capacitação e atualização de profissionais da saúde; O Uso do EAD na Capacitação Profissional: Um Case Do Tre-Mg; O curso de Direito na Educação à Distância e a sua não aprovação no Brasil; A ameaça à segurança da Navegação– Pirataria; A Economia Internacional em EAD; A Importância do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Gestão de Vendas para os Profissionais e Empresas Contemporâneas; A Importância da Ergonomia no Cotidiano e A Psicologia Organizacional e do Trabalho em EAD que intensificam a importância da aprendizagem a distância, suas teorias e práticas nessa Área.

Convidamos a você para mergulhar nesse universo e vivenciar as teorias e práticas nessa Área do Conhecimento.

Luiz Annunziata Neto
Direção de Pós- graduação e Investigação Científica

Educação, Aprendizagem e Aprendizagem a Distância

Luiz Annunziata

Diretor de Pós-graduação e Investigação Científica da Faculdade Internacional Signorelli. Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdad de Filosofia y Letras da Universidad Nacional de Cuyo, Mestre em Ciências da Saúde e do Ambiente, pelo Centro Universitário Anhanguera, especialista em Administração Escolar, em Docência do Ensino Superior, em Educação a Distância, especialização em Política, Sociedad y Sistemas Educativos, em Gestión, Administración Y planificación Educativa, em Escritura de Tesis ,em Discurso Academico Cientifico, em Epistemologia, em Metodologia de la investigacion I pela Universidad Nacional de Cuyo, em Formação de Executivos pelo Instituto de Gestão Educacional Signorelli.

e-mail lanneto@ig.com.br

http://lattes.cnpq.br/1183361332058756

RESUMO

A Produção Textual apresenta a aprendizagem como auxílio do desenvolvimento humano na construção da sociedade. Discorre sobre um dos primeiros sustentáculos da sobrevivência do Homem, a Educação e a inserção de novas fontes de informação as tecnologias, excelentes meios para a construção do conhecimento. Paraleliza a Educação e a Aprendizagem e contempla as Teorias Contemporâneas de aprendizagem: a abordagem Construtivista de Jean Piaget, as teorias sócio-interacionistas de Lev Vygotsky e Henri Wallon, a abordagem de aprendizagem social de Albert Bandura, a teoria sobre o homem como um sistema autopiético de Maturana e Varela, os preceitos behavioristas e cognitivistas na aprendizagem por Gagné, e a inspiração do trabalho nos conceitos da noção de consciência dominada e os elementos subjetivos Paulo Freire e as contribuições das competências manifestadas nas múltiplas inteligências de Howard Gardnere. Apresenta uma visão histórica e dos conceitos legais da Educação a Distância no Brasil, numa expansão da oferta da aprendizagem na modalidade, impulsionado por fatores de relevância da educação continuada o que implica na democratização de informação e conhecimentos em face das mudanças que vem configurando os diversos campos da vida social.

com a organização da aprendizagem em EAD, justificando a emergência e as vantagens da modalidade como solução solidária e igualitária à conciliação das necessidades de estudo na aprendizagem a distância, sua história e abordagens teórico-instrumentais, temas que oferecem embasamento para a compreensão dos aspectos legais, pedagógicos e tecnológicos da aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Aprendizagem, Aprendizagem a Distância

RESUMEN

La producción textual presenta el aprendizaje como ayuda del desarrollo humano en la construcción de la sociedad. Discurre sobre uno de los primeros sostenimientos de la supervivencia del hombre, la educación y la inserción de nuevas fuentes de información a las tecnologías, excelentes medios para la construcción del conocimiento. Paraleliza la Educación y el Aprendizaje y contempla las Teorías Contemporáneas de aprendizaje: el enfoque constructivista de Jean Piaget, las teorías socio-interaccionistas de Lev Vygotsky y Henri Wallon, el enfoque de aprendizaje social de Albert Bandura, la teoría sobre el hombre como un sistema autopiético de Maturana y Varela, los preceptos conductuales y cognitivistas en el aprendizaje por el aprendizaje Gagné, y la inspiración del trabajo en los conceptos de la noción de conciencia dominada y los elementos subjetivos Paulo Freire y las contribuciones de las competencias manifestadas en las múltiples inteligencias de Howard Gardner. Se presenta una visión histórica y de los conceptos legales de la Educación a Distancia en Brasil, en una expansión de la oferta del aprendizaje en la modalidad, impulsado por factores de relevancia de la educación continuada lo que implica la democratización de información y conocimientos en vista de los cambios que viene configurando los diversos campos de la vida social. con la organización del aprendizaje en EAD, justificando la emergencia y las ventajas de la modalidad como solución solidaria e igualitaria a la conciliación de las necesidades de estudio en el aprendizaje a distancia, su historia y enfoques teórico-instrumentales, temas que ofrecen basamento para la comprensión de los aspectos legales, pedagógicos y tecnológicos del aprendizaje.

Palabras - clave: Educación. Aprendizaje, Aprendizaje a Distancia

INTRODUÇÃO

O ser humano, indivíduo em crescimento constante, precisa de auxílio do mundo externo para seu desenvolvimento sendo nesse processo, colaborador também da construção da sociedade. Movimentos complexos se dão junto a humanidade há milênios, desde a sobrevivência dos homens da caverna, num momento em que a sociedade Europeia acreditava que o planeta Terra era quadrado. Para o desenvolvimento do intelecto humano elaboram-se teorias e práticas visando organizar a aprendizagem, atividade de ensinar e aprender.

A educação, um dos primeiros sustentáculos da sobrevivência do Homem é tão antiga como a própria Humanidade. A educação possibilitou a adaptação do ser humano ao ambiente, criando condições para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes. Por décadas a escola foi vista como única fonte de saber, capaz de assegurar prestígio e posição social. Hoje, embora continue a ter um papel importante, ela já não tem o "monopólio" do saber exclusivo, há já muitas outras fontes de informação igualmente credíveis.

As novas fontes de informação incluem as novas tecnologias, excelentes meios para a construção do conhecimento. A contribuição docente é fundamental, e não deve resumir à transmissão de teorias muitas vezes já em desuso, mas estar aberto à imprevisibilidade e às constantes mutações socioculturais, em um papel ativo e criativo, de forma a que a educação decorra numa ação cooperativa e onde haja espaço para a criatividade, com a utilização de recursos e ferramentas inseridas ao fazer educativo que se impõe a uma redefinição de estratégias que devem ser adotadas, numa verdadeira integração dos meios audiovisuais ao ensino, indispensáveis como resultado de uma perfeita tomada de consciência inserida ao processo pedagógico.

EDUCAÇÃO

A educação é uma proposição do meio, da sociedade organizada que se baseia nos seus objetivos de uniformização em prejuízo da manifestação dos atributos individuais. A educação que a sociedade de forma instituída

busca, considera cada indivíduo com as mesmas possibilidades ou condições dos demais. Este modelo busca uma representação, uma redução do indivíduo desconsiderando suas características particulares. Os programas de educação, as matrizes curriculares, as diretrizes de conduta, a etiqueta e elementos do costume vão se integrando ao modelo constituído delineando um indivíduo padrão, fruto da vontade da parcela de maior poder representativo determinando as prioridades da sociedade.

As relações da educação transformam-se e são relativas de acordo com meio gerado pelas demandas. Contextualizadas são revogáveis e convivem com as fragilidades dos segmentos a que pertencem.

APRENDIZAGEM

A aprendizagem se realiza dentro do indivíduo. É a capacidade particular de construir e acumular saberes, de absorver e questionar as posições e os movimentos de seu espaço tempo. O aprendizado é uma vivência onde as diretrizes sãos as inquietações que geram os questionamentos.

As ações do processo de aprendizagem constituem-se em experiências registradas de forma racional e emocional de modo permanente, cumulativo, associadas as vivências individuais. O aprendizado tem uma necessidade de resposta original aos questionamentos, raramente se contenta com corroborar, está sempre considerando o inédito e o particular como expressão inerente aos indivíduos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DE APRENDIZAGEM

Dentre as teorias cognitivistas contemporâneas de aprendizagem, destacam-se teoria construtivista de Jean Piaget e as teorias sócio-interacionistas de Lev Vygotsky e Henri Wallon, pertinentes as questões epistemológicas, culturais, linguísticas, biológicas e lógico-matemáticas, aplicadas e difundidas as novas tecnologias educacionais e suas influencias no desenvolvimento de pesquisas na área da cognição e educação.

A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA DE JEAN PIAGET

Apresentam como referencial as respostas às questões sobre a natureza da aprendizagem à luz de sua epistemologia genética, onde o conhecimento se constrói de forma gradativa, à medida em que as estruturas mentais e cognitivas se organizam, de acordo com os estágios de desenvolvimento da inteligência, ao equilíbrio entre o organismo e o ambiente como resultado da interação entre assimilação e acomodação, os motores da aprendizagem.

Pela assimilação, justificam-se as mudanças quantitativas do indivíduo, seu crescimento intelectual mediante a incorporação de elementos do meio a si próprio. Pela acomodação, as mudanças qualitativas de desenvolvimento modificam os esquemas existentes em função das características da nova situação; juntas justificam a adaptação intelectual e o desenvolvimento das estruturas cognitivas. Pela acomodação, as mudanças qualitativas de desenvolvimento modificam os esquemas existentes em função das características da nova situação; juntas justificam a adaptação intelectual e o desenvolvimento das estruturas cognitivas.

A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUTIVA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE LEV VYGOTSKY

Apresentam como foco central a origem social da inteligência e no estudo dos processos sócio-cognitivos. Segundo Gilli (1995) e Gaonach (1995), Vygotsky distingue duas formas de funcionamento mental os processos mentais elementares e os superiores.

Os processos mentais elementares correspondem ao estágio de inteligência sensóriomotora de Piaget e são resultantes do capital genético da espécie, da maturação biológica e da experiência da criança com seu ambiente físico.

As funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem, na sua relação com o mundo, mediada pelos instrumentos e símbolos desenvolvidos culturalmente, fazendo com que o homem se distinga dos outros animais nas suas formas de agir no e com o mundo. Destaca Fialho que para Vygotsky:

"o desenvolvimento humano compreende um processo dialético, caracterizado pela periodicidade, irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, entrelaçando fatores internos e externos e processos adaptativos. A maturação biológica e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dependem, do meio social, que é essencialmente semiótico. Fialho (1998).

A ABORDAGEM DE HENRI WALLON

A teoria do desenvolvimento cognitivo de Wallon é centrada na psicogênese da pessoa completa. É centrado na criança contextualizada, onde o ritmo no qual se sucedem as etapas do desenvolvimento é descontínuo, marcado por rupturas, retrocessos e reviravoltas, provocando em cada etapa profundas mudanças nas anteriores. A passagem dos estágios de desenvolvimento não se dá linearmente, por ampliação, mas por reformulação, instalando-se no momento da passagem de uma etapa a outra. A gênese da inteligência para Wallon é genética e organicamente social, ou seja, o ser humano é organicamente social e sua estrutura orgânica supõe a intervenção da cultura para se atualizar.

OUTRAS ABORDAGENS SOBRE APRENDIZAGEM

Correntes teóricas buscaram aprofundar e/ou explicar as teorias mais representativas, apresentando novas abordagens para compreensão dos processos de de aprendizagem.

Albert Bandura, apresenta uma abordagem de aprendizagem social e o papel das influências sociais na aprendizagem, e que o desenvolvimento cognitivo se dá numa perspectiva de tratamento da informação, que ocorre de três modos: inativo, o modo icônico, e simbólico.

Maturana e Varela, não desenvolveram um estudo sobre a cognição, mas uma teoria sobre o homem como um sistema autopiético tem influenciado bastante a construção de modelos computadorizados.

Robert M. Gagné, com foco nos preceitos behavioristas e cognitivistas onde a a aprendizagem é um processo de mudança nas capacidades do

indivíduo, no qual se produz estados persistentes e é diferente da maturação ou desenvolvimento orgânico. A aprendizagem se produz usualmente mediante interação do indivíduo com seu meio físico, social, psicológico.

Paulo Freire não desenvolveu uma teoria da aprendizagem, a inspiração de seu trabalho apresenta como foco dois conceitos básicos: a noção de consciência dominada e os elementos subjetivos, e a ideia de determinadas estruturas que conformam o modo de pensar e agir das pessoas. Seus postulados sobre a pedagogia problematizadora e transformadora enfatizam uma visão de mundo e de homem não neutro, onde o homem é um ser no mundo e com o mundo.

Howard Gardner apresenta contribuições defende que o ser humano possui competências manifestadas nas múltiplas inteligências presentes no indivíduo, que se manifestam com maior ou menor intensidade. Em sua teoria, defende que os indivíduos aprendem de maneiras diferentes e apresentam diferentes configurações e inclinações intelectuais.. As inteligências múltiplas a que se refere Garder são: a lógico-matemática, a linguística, a espacial, a musical, a corporal- sinestésica, a interpessoal e a intrapessoal. Estas práticas possuem condicionantes psicosociopolíticos que configuram concepções inteligência e conhecimento, de homem e de sociedade

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS - A APRENDIZAGEM A DISTANCIA

VISÃO HISTÓRICA E LEGALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação a Distância surge como de forma tímida até a sua expansão como espaço decisivo no mundo da aprendizagem. Em meados dos anos 90, com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação, começam a surgir programas oficiais e formais de EAD,. Foram criados sob a ótica da regulamentação da década de 90, e voltados para a Formação Continuada de Professore, embora a modalidade de ensino não presencial já vinha sendo desenvolvida por meio da correspondência, do uso do rádio e da televisão, etc. A evolução da Educação a Distância no

Brasil, como hoje é entendida encontra-se consolidada a alguns marcos históricos decisivos para o seu desenvolvimento.

- 1904: O Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.
- 1923: Liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto, cria - se a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a qual inaugura a educação via rádio.
- 1934: No Brasil, o Instituto Monitor, primeiro instituto de cursos a distância do país, começa a funcionar, e em 1939 oferece os primeiros cursos profissionalizantes – radiotécnica e eletrônica – via correspondência. O Instituto existe até os dias atuais.
- 1934: Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio–Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes.
- 1941: É fundado no Brasil o Instituto Universal Brasileiro, o qual tem por objetivo o ensino via correspondência dos níveis elementar e médio. Não exige escolaridade anterior e trabalha com ensino profissionalizante em áreas técnicas.
- 1946: O SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) cria a Universidade do Ar, a qual ensinava via rádio. Além disso, décadas depois, passa a oferecer curso por correspondência.
- 1959: A Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na educação a distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou- -se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.
- 1960: O Governo Federal começa a abordar a EAD de forma mais "séria" e sistemática. A ação concreta que demonstra isso é o contrato

realizado entre a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e o Ministério da Educação, o qual tinha por finalidade a expansão de escolas via rádio nos estados nordestinos a partir da experiência que vinha sendo feita em Natal-RN.

- 1962: É fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica.
- 1965: No Brasil, a Comissão para Estudos e Planejamentos da Radiodifusão Educativa do Brasil começa a funcionar. Entre os anos de 1966 e 1974, oito emissoras de televisão educativa começam suas atividades: TV Educativa do Rio Grande do Sul, TV Educativa do Espírito Santo, TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão e TV Universitária do Rio Grande do Norte.
- 1967: A Fundação Padre Anchieta é criada e tem por objetivo a educação por meio de rádio e televisão. Inicia suas transmissões em 1969. Além disso, a Fundação Educacional Padre Landell de Moura inicia seus trabalhos para promover a educação de adultos via televisão.
- 1970: No Brasil, a portaria 408/70 começa a vigorar. Ela obriga as emissoras de rádio e televisão a disporem obrigatoriamente e gratuitamente trinta minutos diários de segunda à sexta-feira, ou setenta e cindo minutos no fim de semana, de programação educativa visando à formação de 26 adultos. Dentre os inúmeros cursos, o mais conhecido foi o programa de rádio chamado Projeto Minerva, o qual iniciou suas transmissões em 1° de setembro de 1970. Ele foi assim nomeado em homenagem à deusa Minerva, deusa da sabedoria. O projeto visava contribuir para a melhora do sistema educacional, além de incentivar e divulgar a cultura.
- 1971: Funda-se a Associação Brasileira de Teleducação. Foi uma das primeiras a oferecer cursos a distância via correspondência para a capacitação de professores denominado hoje de Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.
- 1973/74: É fundado o Centro de Ensino Técnico de Brasília. Tem a finalidade de formar, por meio de projetos e programas, crianças, jovens e adultos de zonas urbanas e rurais. Oferece via correspondência

desde técnicas de estudo até matemática. Além disso, esteve envolvido na criação de material para o projeto Logus, o qual visava a formação de professores.

- 1974: Surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores.
- 1976: Criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional.
- 1978: A Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho lançam o Telecurso Segundo Grau. Os programas eram transmitidos na televisão e apoiados por apostilas impressas, com o objetivo de preparar o aluno para exames supletivos.
- 1979: A Universidade de Brasília, pioneira no uso da educação a distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD).
- 1979-1983: Experimentalmente, é implantado o Programa de Pós-Graduação Tutorial a Distância, o qual é financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e administrado pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Seu objetivo principal é capacitar os professores das universidades do interior do país.
- 1981: Fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo Americano que oferecia ensino fundamental e médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro.
- 1983: O Senac desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada "Abrindo Caminhos".
- 1983: É criada a TV Educativa do Mato Grosso do Sul.
- 1984: É implementado o Projeto Ipê, o qual surge de uma parceria da Secretaria da Educação de São Paulo com a Fundação Padre Anchieta.

Visa atualizar os professores de primeiro e segundo grau por meio de programas na TV Cultura. Este projeto foi o precursor do TV Escola.

- 1991: O programa "Jornal da Educação – Edição do Professor", concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome "Um salto para o Futuro", foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na educação a distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do ensino fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país.
- 1991: O Programa de Atualização de Docentes é implementado pela Fundação Roquete Pinto, Secretaria Nacional de Educação e as Secretarias Estaduais de Educação. Visa atualizar os professores das quatro primeiras séries iniciais e os alunos dos cursos de formação de 28 professores. Depois disso, o programa passa a se chamar Um salto para o futuro, sendo transmitido ao vivo na televisão com o objetivo de formação continuada para os professores de Ensino Fundamental e Médio.
- 1992: É criada a Universidade Aberta de Brasília.
- 1995: Criado o Centro Nacional de Educação a Distância. A Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ), que ministra cursos do 6º ao 9º ano através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC.
- 1996: O Ministério da Educação funda a Secretaria de Educação a Distância, a qual possui uma política que valoriza a democratização e a qualidade da educação.
- 1996: Nesse ano, a Educação a Distância "nasce" formalmente. As bases legais para essa modalidade de educação são estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, embora tenha sido regulamentada apenas em 20 de dezembro de 2005 pelo decreto n° 5.622 que revogou os decretos 2.494/98 e 2.561/98 com normatização estabelecida na Portaria Ministerial n° 4.361 de 2004.

- 2000: É fundada a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede). É uma cooperação de mais de setenta instituições públicas do Brasil, as quais têm a intenção de democratizar o acesso à educação de qualidade. Oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Todos os cursos oferecidos são licenciaturas: matemática, biologia, química, entre outros, mas, principalmente, pedagogia. Com a expansão da internet, a educação a distância ganha outra proporção, uma vez que incorpora as redes de computadores para a divulgação de conteúdos e interação entre os professores, tutores e alunos.
- 2000; Criação do Projeto do NIED UNICAMP realizado em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá.
- 2000: Nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
- 2001: Criação do Projeto Nave em São Paulo.
- 2002: Criação do Projeto Virtus em Recife.
- 2002: O CEDERJ é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
- 2002: Parecer CNE/CEB nº 41/2002, aprovado em 02 de dezembro 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.
- 2003: O Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília oferece cursos credenciados de graduação e pós-graduação *Lato sensu* a distância.
- 2004: Parecer CNE/CEB nº 31/2004, aprovado em 6 de outubro de 2004 - Curso Normal de nível médio, na modalidade a distância.
- 2004: Inúmeros programas de formação inicial e continuada de professores da rede pública são implantados pelo MEC 29 por meio da EAD. Isso ajudará na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

- 2005: O Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 revoga o Decreto n° 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 e regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes bases da educação nacional.
- 2006: Vigora o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, o qual dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores, incluindo os realizados na modalidade a distância. Além disso, é criada, por meio do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em uma parceria entre o MEC, estados e municípios. A Universidade Aberta do Brasil permitiu a integração dos cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância; v 2007: Vigora o Decreto n° 6.303, de 12 de dezembro de 2007 que altera dispositivos do Decreto n° 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 2007: Entra em vigor o Decreto no 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto n° 5.622 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 2007).
- 2007: Parecer CNE/CES nº 197/2007, aprovado em 13 de setembro de 2007 - Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6o, inciso V, do Decreto no 5.773/2006.
- 2008: Parecer CNE/CEB nº 25/2008, aprovado em 2 de dezembro de 2008 - Consulta se os recursos do FUNDEB podem ser aplicados em programas de formação a distância para a Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.
- 2008: No estado de São Paulo, uma lei pioneira permite o ensino médio a distância, de modo que 20% da carga horária poderá ser não presencial.
- 2009: O Ministério da Educação (MEC) divulgou uma estimativa de crescimento do número de alunos em cursos EAD com base no ano de 2008: haviam 760.599 alunos em 145 instituições de ensino superior fazendo cursos a distância.

- 2009: Entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a educação a distância no ensino superior no Brasil (BRASIL, 2009).
- 2009: Parecer CNE/CES nº 238/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009 Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não-educacionais, na modalidade presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização, e apresenta disposições transitórias.
- 2010: Parecer CNE/CES nº 18/2010, aprovado em 27 de janeiro de 20100 Reexame do Parecer CNE/CES nº 238, de 7/8/2009, que dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não-educacionais, na modalidade presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização.
- 2010: Parecer CNE/CES nº 267/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Normas transitórias para o credenciamento especial de instituições não educacionais, nas modalidades presencial e a distância, para a oferta de cursos de especialização.
- 2011: Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de fevereiro de 2011 Dispõe sobre normas transitórias acerca do credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.
- 2011: Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências.
- 2011: O último Censo da ABED, divulgado em 2011, revelou que o número de matrículas em cursos EAD aumentou 58% entre os anos de 2010 e 2011. Essa porcentagem refere-se à, aproximadamente, três milhões e quinhentos mil matrículas.
- 2011: A Secretaria de Educação a Distância é extinta.
- 2012: Parecer CNE/CEB nº 12/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.

- 2015: Parecer CNE/CEB nº 2/2015, aprovado em 11 de março de 2015 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 12/2012, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), no âmbito da Educação Básica, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
- 2015: Parecer CNE/CEB nº 13/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2015, que reexaminou o Parecer CNE/CEB nº 12/2012, que define Diretrizes Operacionais Nacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), no âmbito da Educação Básica, em regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino.
- 2015: Parecer CNE/CES nº 564/2015, aprovado em 10 de dezembro de 2015 - Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- 2016: Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 - Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
- 2016: Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- 2017: Para ampliar a oferta de cursos de ensino superior no país, o Ministério da Educação (MEC) publicou nesta quarta-feira, 21, portaria que regulamenta o Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, melhorar a qualidade da atuação regulatória do MEC na área, aperfeiçoando procedimentos, desburocratizando fluxos e reduzindo o tempo de análise e o estoque de processos.. A portaria possibilita o credenciamento de instituições de ensino superior (IES) para cursos de educação a distância (EaD) sem o credenciamento para cursos presenciais.

- 2018: Resolução Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018, Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *Lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.

ORGANIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM EAD

A vertiginosa expansão da aprendizagem a distância no Brasil tem sido acompanhada pela explosão de referenciais teóricos, alguns essencialmente introdutórios outros mais aprofundados e outros mais didáticos ao sugerir práticas para a criação, implantação, implementação, manutenção e a avaliação de programas de educação a distância, outras se mantêm apenas ao nível teórico, explorando políticas, diretrizes e filosofias educacionais.

Com a massificação da educação, surgiram entidades dedicadas à pesquisa sobre o processo de aprendizagem na Modalidade a Distância, com o objetivo de descobrir como aperfeiçoar o processo de aquisição de conhecimentos e competências e como transformar essas habilidades em desempenhos cada vez mais bem-sucedidos. As experiências dos últimos cem anos aponta que o problema não é a descoberta continuada de novos conhecimentos sobre a aprendizagem, mas o organização destes aos programas e projetos educacionais.

Com o avanço das tecnologias a utilização das ferramentas interativas na educação a distância associadas ao ambiente virtual são processos fundamentais para a aprendizagem na modalidade. As Ferramentas interativas possibilitam a mediatização, além da interação entre os atores envolvidos: estudantes e as equipes docentes e de orientadores. Classificadas em dois grandes blocos: as ferramentas interativas assíncronas e ferramentas interativas síncronas. As ferramentas interativas assíncronas são aquelas que não exigem a sincronia temporal-espacial do professor/orientador com o estudante. Neste tipo de ferramenta, o professor/orientador posta/envia a mensagem/material/tarefa e o estudante tem um determinado tempo para comentar/fazer/realizar/enviar.

AS FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS

- Fórum: Espaço de discussão coletiva e cooperativa sobre um determinado tema ou questão. É uma ferramenta razoavelmente simples de usar e fácil de acessar. Estudante, professor e tutor podem postar sua opinião e havendo a possibilidade de ler todas as mensagens previamente postas pelo professor/orientador, e colegas, o que contribui muito para a construção do debate. Por ser uma ferramenta assíncrona, ela permite que o estudante reflita melhor sobre o tema/questão em debate, antes de postar sua opinião, proporcionando a todos os partícipes tomarem conhecimento sobre a postagem e interagirem com suas observações.
- Tarefa: Descrição/enunciado de uma tarefa/atividade a ser desenvolvida pelos estudantes, a qual é enviada via Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A tarefa/atividade poderá contemplar ações de cunho pedagógico – como redação, projeto, trabalho, resenha, resumo, exercícios, etc. As tarefas são estabelecidas com prazos previamente estabelecidos.
- Glossário: Permite a construção de uma espécie de dicionário da disciplina onde os professores/orientadores e estudantes poderão inserir conceitos referentes ao conteúdo estudado.
- Quiz: É uma ferramenta onde o professor/orientador poderá construir testes objetivos com diversos tipos de questões que exigem respostas do tipo "verdadeiro/falso", "múltipla escolha" e "respostas curtas".
- E-mail: ferramenta indispensável, por permitir rápida e facilmente o compartilhamento de mensagens e informações. Além disso, permite também o envio de textos, fotos, e de alguns arquivos de áudio.
- Blog: é uma espécie de "diário" eletrônico. Um blog normalmente combina texto, imagens e links para outras páginas ou blogs. O blog permite que os leitores interajam com o autor e com os outros leitores via comentários.
- Videoaulas: O professor conteudista ou pesquisador gravam aulas sobre temas/problemas específicos da disciplina com a finalidade de explicar e esclarecer o conteúdo.

- Audioaulas: As audioaulas são ponto de referência em qualidade de ensino no que tange às propostas da modalidade. As facilidades envolvidas no uso do som, como elemento base na transmissão dos conteúdos, favorecem a memorização, garantindo a permanência da construção da aprendizagem.

As ferramentas interativas síncronas são aquelas que promovem a comunicação entre professor/orientador e estudante em tempo real. Neste tipo de ferramenta, é necessário que horários específicos sejam marcados por acontecer em tempo real, ou seja, simultaneamente. É um tipo de comunicação instantânea e ajuda a estreitar os laços entre o estudante e professor/orientador.

AS FERRAMENTAS SÍNCRONAS

- Sala de bate-papo ou chat: permite a comunicação em tempo real. Para que isso aconteça, os participantes devem estar conectados ao Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA-Plataforma, e dentro da "sala" onde a conversa será realizada. Ela é muito útil como espaço de discussão e de esclarecimento de dúvidas.
- Conferência com vídeo ou videoconferência: permite professor/orientador e estudantes um encontro "presencial" com áudio e comunicação visual em tempo real, mesmo que estejam espacialmente longes. Este é um meio que permite a linguagem verbalizada, através da qual muitos estudantes conseguem melhor esclarecer suas dúvidas, bem como melhor entender os esclarecimentos oferecidos pelo professor/orientador.
- Conferência com áudio ou audioconferência: É um modo de interação síncrona na qual os participantes valem-se dos dispositivos de áudio para esclarecer dúvidas, explicar conteúdos e realizar discussões. Por ser um tipo de ferramenta que não se vale da imagem, tem uma funcionalidade simples e não exige grandes manobras tecnológicas.

PORQUE A APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA LEVA VANTAGEM SOBRE A PRESENCIAL

A diversidade de conceitos sobre a aprendizagem a distância fomenta a discussão dos pesquisadores da área em torno de alguns termos, como

por exemplo: tempo; distância; educação; ensino; entre outros, que estão presentes na maioria das definições. Para Moore e Kearsley (2006) referem-se a essa modalidade não como educação, mas sim como aprendizagem, afirmando que:

Não é surpresa quando as pesquisas apontam que quem estuda a distância poderá obter melhores resultados na aprendizagem que aqueles que estudaram presencialmente: EAD não depende unicamente da inspiração de um professor – é a consequência de um trabalho integrado de equipe de profissionais Moore e Kearsley (2006).

A aprendizagem a distância reúne certas características que permitem afirmar que, em geral, em condições típicas a aprendizagem a distância tem maior probabilidade de resultados positivos na aquisição de novos conhecimentos. Isso acontece pois enquanto a sala da modalidade presencial conta apenas com a presença de um professor e sua imaginação, energia e inspiração momentânea, além dos recursos usuais como livros de textos, mapas dentre outros, a educação a distância é preparada por uma equipe de especialistas responsáveis pela produção dos materiais instrucionais em atendimento a um desenho pedagógico que irá contemplar: Guias de Estudos, Manuais, ferramentas de interação e mediatização num planejamento organizado que garante a qualidade e o sucesso do curso na modalidade a distância.

Outra vantagem da aprendizagem a distância é a oferta de Cursos híbridos, também conhecidos como "blended" isto é parcialmente a distância e parcialmente com momentos presenciais, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação, as possibilidades de interatividade nas novas tecnologias, são capazes de romper as barreiras de tempo e espaço. As tecnologias da informação e comunicação permitem que pessoas que estão em diferentes localizações geográficas possam habitar o mesmo espaço, se conectando a qualquer momento. Esta possibilidade oferece novas oportunidades de aprendizagem em novos meios e formatos de materiais didáticos, além de novas estratégias pedagógicas nos ambientes virtuais de aprendizagem, facilitando a aplicação de soluções para problemas que se apresentam em novos contextos.

Os estudantes no contexto da educação a distância são livres para buscar suas informações, resolver seus problemas e produzir conhecimento significativo de acordo com seu interesse de estudo, exercitando aprendizagens identificadas por características de interatividade, métodos colaborativos, acessos a recursos informacionais variados e vivências em vários tipos de aprendizagem "off campus" ou aprendizagem externa, aprendizagem autônoma, aprendizagem autodirigida, aprendizagem não – contígua, aprendizagem distribuída ou flexível., aprendizagem "blended" ou híbrida, aprendizagem de modo dual e a aprendizagem aberta, caracterizada pela tentativa de romper com as barreiras tradicionais da educação formal, como pré-qualificação, faixa etária, local geográfico, disponibilidade de horários, assumindo responsabilidade pela sua própria educação.

Ao terem acesso às informações e produzirem conhecimento, compartilham experiências culturais de outros participantes que contribuem para que possam se tornar indivíduos mais capazes de serem responsáveis e conscientes por suas necessidades e interesses de aprendizagem, de forma consciente e autônoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inteligência é antes de tudo adaptação. Esta característica se refere ao equilíbrio entre o organismo e o meio ambiente. A adaptação intelectual ocorre quando há o equilíbrio de ambas. Correntes teóricas buscam aprofundar e/ou explicar as teorias mais representativas e apresentam novas abordagens para compreensão dos processos de aprendizagem. Piaget não desenvolveu uma teoria da aprendizagem, mas a teoria epistemológica de como, quando e por que o conhecimento se constrói com grande repercussão na área educacional, predominantemente interacionistas, seus postulados influenciam as práticas pedagógicas ativas, contribuem para modelagens computacionais nas áreas de desenvolvimento de linguagens de programação e outras modalidades de ensino auxiliado por computador, interligados a aprendizagem em EAD.

A relação entre educação, aprendizagem e desenvolvimento vem em primeiro lugar como mediação do fator social nas relações entre o indivíduo

e seu ambiente mediado pelas ferramentas e nas atividades psíquicas intraindividuais e a passagem entre o interpsíquico e o intrapsíquico nas situações de comunicação social, princípios fundamentais, totalmente interdependentes nos quais Vygotsky sustenta a teoria do desenvolvimento dos processos mentais superiores.

A concretização das condições de aprendizagem, estão pautadas nas teorias determinando as tendências pedagógicas. Nesse contexto diferentes pressupostos sobre o papel da aprendizagem de ensino na modalidade EAD e o método pedagógico influenciam e orientam a didática utilizada. A aquisição do conhecimento cognitivo ocorre sempre que um novo dado é assimilado permitindo um processo contínuo de renovação. Pela assimilação, justificam-se as mudanças quantitativas do indivíduo, seu crescimento intelectual mediante a incorporação de elementos do meio a si próprio.

Para a aprendizagem na Modalidade a distância, é fundamental a proximidade a qual não é física e a empatia, pelo fato de possibilitarem o diálogo franco e aberto entre os seus agentes. É possível imaginar um processo de aprendizagem que se desenvolve visando a construção do pensamento crítico-reflexivo, por meio do qual os atores, professor, orientador e estudante podem avaliar sua situação no mundo, seu contexto sociopolítico e sua relação com o outro de forma clara e despreocupada com ideologias/tradições.

Um dos fatores preponderantes para a construção da aprendizagem a distância é o seu "design" pedagógico onde o estudante possa interagir com as diretrizes e a mediatização do planejamento em atividades propostas como estratégias pedagógicas considerando a aprendizagem um processo pessoal ou grupal, com base em reflexões críticas, proporcionando soluções a novos contextos com a aplicação de estratégias comuns de aprendizagem que contemplem a andragogia e a pedagogia, em opções metodológicas onde os estudantes sejam colocados em situações nas quais tenham que pensar com originalidade, refletir sobre suas ações, tirar conclusões, defender posições embasadas na internalização visando à construção de novos conhecimentos.

As vantagens da EaD para o processo de aprendizagem estão sendo cada vez mais identificadas e são diretamente proporcionais à disponibili-

zação de novas melhorias tecnológicas e a divulgação desta metodologia. Com um grande incentivo pela busca de formação pelos próprios estudantes se tornam maiores, uma vez que este modelo de aprendizagem permite conjugar melhorias de acessibilidade e integração entre os atores diretamente envolvidos e indiretamente proporcionando uma na formação e implantação da metodologia, contribuindo para melhoria da qualidade de ensino e para o objetivo maior do aprendizado que ocorre por centrar esforços na melhoria e qualificação do material didático e humano e maior incentivo à inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. In: ALMEIDA, F. J. (Coord.). Projeto Nave, educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: [s. n.], 2001. p. 79-82

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. In: Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância. v.10. 2011.

BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARROS, Monalisa A. Ferramentas interativas na educação a distância: Benefícios alcançados a partir da sua utilização. Disponível em: . Acesso em: 07.07.2018. BORGES, Cristiane; SALES, Denys; SCHMIDLIN, Iraci. Os recursos e ferramentas utilizadas em EaD. Disponível em: . Acesso em: 05.07.2018.. 80 8.2. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

BRASIL. Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 15/07. 2018.

BRASIL. Poder Legislativo. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, n. 147. 2004. Disponível em: . Acesso em: 15.07.2018.

CATAPAN, Araci; et al. Introdução a Educação a distância. Florianópolis: Filosofia/EaD/UFSC, 2008.

CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 10. Ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. Pg. 141.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas, SP: Papirus, 1989, pg. 121.

FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. de A. (Org.). Linguagens e interatividade na educação a distância. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra 1971.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gardner, Howard. Teoria das Inteligências Múltiplas. Rio de Janeiro. Artmed. 1995.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

HOLMBERG, B. Educación a distancia: situación y perspectivas. Buenos Aires: Kapeluz, 1985.

KEEGAN, D. Fundations of distance education. 3rd ed. London: Routledge, 1996.

KNUD, Illeris. Teorias Contemporâneas da Aprendizagem. Rio de Janeiro. Artmed.2018.

LANDIM, C. M. das M. P. F. Educação a distância: algumas considerações. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997. MARTINS, O. B. Fundamentos da educação a distância. Curitiba: IBPEX, 2010.

MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MILANO, Elenora Falcão; MORAES, Marialice. Introdução à EaD. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas, 2009.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Distance education: a systems view. Belmont: Wadsworth Publishing Co., 2006.

SKINNER, Burrhus. F. Tecnologia do ensino. São Paulo: Editora Herder e Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

Disseminação da Informação: o conhecimento ao alcance de todos

Ilza Pereira Santos

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(2002). Atualmente é Orientadora academica da Faculdade Internacional Signorelli. Tem experiência na área de Educação.

http://lattes.cnpq.br/4677271669133628

RESUMO

Entender que o conhecimento é valioso e precisa ser bem administrado está se tornando cada vez mais comum nas organizações e isso é demonstrado pelas ferramentas utilizadas na gestão do conhecimento, por outro lado a simples implantação de tais programas pelas empresas não garante sucesso, pois diversos fatores compõe a administração do capital intelectual além da tecnologia, dentre eles, administração e recursos humanos. Quando tratamos deste assunto as pessoas devem ser o ponto de principal atenção, pois a fonte deriva dos colaboradores muitas vezes antes mesmo da produção do conhecimento através de dados ou informações inseridas nas organizações. Nem todas as empresas têm condições de contratar grandes fornecedores de software, não é a instalação de ferramentas que garante o sucesso neste tema, é o tratamento do ciclo de transformação do dado, tornando-se informação e posteriormente conhecimento. O intuito deste trabalho é salientar que a tecnologia tem importância, exemplificando através de modelos de ferramentas e conceitos, e também, evidenciar que o foco é o ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Gestão. Conhecimento.

ABSTRACT

Understanding that knowledge is valuable and needs to be well managed is becoming increasingly common in organizations and this is demonstrated

by the tools used in knowledge management, on the other hand the simple implementation of such programs by companies does not guarantee success, since several factors composes the management of intellectual capital beyond technology, including administration and human resources. When we deal with this subject people should be the point of main attention, because the source derives from the employees many times before even the production of knowledge through data or information inserted in the organizations. Not all companies are able to hire large software vendors; it is not the installation of tools that guarantees success in this area; it is the processing of the data transformation cycle, becoming information and later knowledge. The purpose of this paper is to emphasize that technology has importance, exemplifying through models of tools and concepts, and also, to highlight that the focus is the human being.

KEYWORDS: Technology. Management. Knowledge.

INTRODUÇÃO

É necessário o entendimento de três termos, gestão, conhecimento e tecnologia. O primeiro trata do ato de administrar, desempenhar funções de gerência, controlar quem, quando, onde e o que pode ser feito, o conhecimento é o ato ou faculdade do pensamento que permite a apreensão de um objeto por meio de mecanismos cognitivos diversos e combináveis, como a intuição, a contemplação, a classificação, a analogia, a experimentação todos baseados em experiências práticas ou teóricas. A tecnologia que é tratada neste trabalho está relacionada aos sistemas computacionais, é importante que esta definição fique clara por que tratando de tecnologia temos diversas técnicas voltadas para os mais variados assuntos, podemos entendê-la como qualquer forma técnica complexa, teoria ou estudo sistemático sobre processos, métodos, meios e instrumentos dos mais variados ofícios da atividade humana. As três definições trabalharão em conjunto para formar o alicerce deste trabalho, baseado nelas demonstraremos que o emprego da tecnologia possibilita melhorar todas as fases existenciais do capital intelectual contribuindo para acelerar resultados e tornar as organizações e seus colaboradores mais competitivos neste mercado globalizado

do século 21. Dos três, o conhecimento é o mais importante. Sem ele os outros sequer existiriam, não haveria evolução de ideias, raciocínios, por consequência anulando qualquer possibilidade de progressão dos pensamentos. Para empresas com diversos colaboradores, cada um com suas particularidades, diversos pensamentos, experiências e filosofias existe uma grande dificuldade quanto à gestão do conhecimento. A tecnologia pode contribuir para que seja feita uma gestão mais eficiente do conhecimento? Por que repetir os erros se podemos aprender com eles e evitar que outros os cometam? Como gerenciar algo intangível como o conhecimento? Frequentemente a TI é utilizada estrategicamente pelas empresas para que as áreas tenham controle e agilidade em seus processos, mas isso não garante que a gestão do conhecimento seja aplicada para gerir o capital intelectual, pois os gestores ainda estão focados no bem tangível, em controlar o estoque, as contas a pagar, a linha de produção, enfim, mas o conhecimento gerado nessas atividades é descartado. Um funcionário que trabalhe na linha de produção e tem uma ideia para melhorar o processo diminuindo o tempo gasto ou economizando recursos financeiros pode ter recursos de tecnologia mais avançados para executar sua atividade, mas não tem meios de fazer com que sua ideia seja compartilhada, isso demonstra o que foi citado, ele tem tecnologia para trabalhar, mas não há gestão do conhecimento. A simples existência da área de tecnologia mesmo que bem estruturada não garante que a GC esteja presente. A área que deve estar à frente da implantação, divulgação e desenvolvimento da gestão do capital intelectual é a de recursos humanos, pois eles, os humanos são o item essencial para a gestão do capital intelectual e a fonte do conhecimento. É também a área de recursos humanos que deve defender a GC diante da alta administração da organização e fazer a administração do conhecimento permitindo que todos tenham acesso aos dados, informações ou do próprio conhecimento. Muitas vezes este tipo de gestão passa por descréditos por não trazer resultados diretos, rápidos ou de fácil identificação como o corte de funcionários traz economias para a empresa. Posteriormente, com apoio dos altos cargos da administração torna-se mais fácil a implantação de uma cultura organizacional onde a educação corporativa esteja encarnada na maioria ou totalidade dos departamentos da empresa.

INFORMAÇÃO DIGITAL

Alguns estudos que abordam a área do conhecimento foram realizados para auxiliar no projeto de pesquisa deste artigo. Um deles destaca o excesso de informação que existe na rede e a sua credibilidade e aponta também, em meio a vários fatores, a importância de se verificar a fonte dessa informação deixando de atuar somente na superficialidade.

Uma outra pesquisa no entanto procura mostrar a informação no sua visão cultural, destacando a sua importância no processo de aprendizagem. (CAMPOS, Fernanda Maria. Informação Digital: Um novo patrimônio a preservar).

A informação digital pode ter origem em diferentes processos de produção da informação e por diferentes motivos. O objetivo para o qual é criada e as razões que assistem à necessidade da sua preservação são muito variáveis. O mundo digital é, essencialmente, um mundo de mudança e de constante dinâmica onde a tecnologia está em constantes mudanças, o ambiente legal é sujeito a revisões e atualizações e os próprios objetos digitais são, também eles, dinâmicos. Se pararmos para analisar na função tradicional das bibliotecas e na importância que os arquivos possuem, nos depararemos com outro problema atual, que é a preservação digital dos livros e arquivos físicos, algo que faz todo sentido.

É evidente que o equivalente digital às publicações em papel, como livros, jornais ou revistas, deve ser tratado com o mesmo respeito e as mesmas prioridades de preservação. É o conteúdo informativo que valorizamos e menos o suporte ou o formato e, nessa perspectiva, devemos, enquanto profissionais da informação, dar os passos adequados para preservar as novas formas digitais do nosso património cultural.

No entanto, as responsabilidades não ficam meramente pelas versões digitais de livros, jornais e revistas. Existem outras fontes de informação, nomeadamente no contexto arquivístico e audiovisual, que devem ser preservados mediante, como é óbvio, critérios de seleção.

A preservação digital, porém, não se limita à questão de selecionar o que deve ser preservado. Tem a ver, aliás, com uma multiplicidade de questões onde se destaca características de como preservar, a responsabilidade

pela preservação, os custos envolvidos e quem deve pagar, autorizações de acesso e estratégias para assegurar eficiência em todo o ciclo de vida do recurso digital.

Em outras palavras, a preservação digital pode ser entendida como um conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso contínuo a longo-prazo à informação e a todo patrimônio cultural existente em formatos digitais.

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Com a evolução dos meios de comunicações, pode-se dizer que hoje, se vive na Era da Informação, pois a mesma está presente no dia-a-dia das pessoas e estas fazem uso dela a todo momento para diferentes finalidades em diferentes momentos de suas vidas, sejam eles de âmbito pessoal, profissional ou acadêmico.

As informações são oriundas de diversas fontes diferentes de documentos, tendo eles vários tipos de suportes, que podem ser classificados em analógicos (livros, revistas, etc.) e digital (CDs, DVDs, etc.). A informação, independente da sua fonte de origem faz parte da cultura do ser humano, motivo pelo qual é importantíssimo dar atenção ao processo de preservação.

A necessidade de preservação da cultura é uma preocupação constante. Desde a Antiguidade e Idade Moderna, as bibliotecas, arquivos e os museus se estabeleceram como lugares de memória. E exercem a função de preservação da cultura através da preservação do suporte que se inicia com o papiro e pergaminho até o livro impresso.

O cenário de produção de informações e comunicação científica se manteve basicamente o mesmo até a utilização dos meios digitais e da Web para produção, armazenamento, disponibilização e acesso à informação e ao conhecimento no século XXI. A informação digital tem alcançado degraus muito elevados desde o surgimento da Internet, e reforça a importância da preservação digital já que o universo digital traduz o estado de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da humanidade atualmente.

Walter Ong, em concordância com esse ponto de vista, afirma que não podemos viver sem a cultura escrita pois ela recupera a memória do homem e desta maneira ele pode atingir certa potencialidade e ser criativo, e por consequência a ciência, história, filosofia e tecnologia se desenvolvem. Portanto, são necessárias atividades práticas e constantes para evitar o risco de perdas de informações no mundo digital e os gastos na tentativa de recuperá-los.

A preservação digital não é uma tarefa fácil, ela envolve desafios técnicos e políticos de curto, médio e longo prazo para as instituições que se propõem a realizar atividades de preservação digital dos materiais que criam e armazenam. Entre os principais desafios técnicos estão aqueles decorrentes da dependência do aparato tecnológico (hardware, software, mídias e formatos digitais) utilizado para criar e utilizar os documentos digitais.

Existe a inerente fragilidade e rápida degradação física sofrida por esses materiais, além do progressivo aumento da obsolescência dos suportes, sistemas, mídias e formatos, que se devem principalmente pela alta competitividade característica do mercado dos produtos e serviços da tecnologia da informação. Tornando os ciclos de renovação tecnológica cada vez menores e a consequente necessidade de desenvolvimento e aplicação de estratégias de preservação digital.

Desafios políticos envolvem questões relacionadas à aquisição e alocação de recursos, estabelecimento de parcerias para compartilhamento de experiências e equipamentos entre instituições, e adoção de soluções de natureza interdisciplinar, envolvendo, além dos profissionais de informação (bibliotecários, arquivistas e museólogos), profissionais e pesquisadores das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Direito, História, e etc.

Outro grande desafio da preservação digital é a garantia da autenticidade do documento. Segundo Walter Benjamin, até na melhor reprodução, um elemento fica ausente que é a existência única da obra. Não é através da reprodução que se desdobra a história, e sim, pela obras-primas pois só através delas podem se fazer análises químicas ou físicas, irrealizáveis na reprodução.

ENTENDENDO O CONHECIMENTO

Através do tempo a tecnologia nos permite modificar a forma de trabalho contemporânea, isso aconteceu na revolução agrícola, industrial e acontece agora durante a revolução da informação, mas o que difere esta revolução das demais é que o conhecimento nunca esteve tão exposto à sociedade como atualmente. Não basta somente consumir a informação e considera-la como verdadeira, pois isso nos induz ao erro, é necessário que o conhecimento seja testado e verificado para garantir os resultados esperados. Diversas formas de administração devem ser consideradas para que o gestor não se acomode e deixe de enxergar novas possibilidades de criação. Nunca antes o conhecimento esteve disponível de forma tão facilitada, a internet possibilita que não seja necessário ter mídias impressas para que o conhecimento seja disseminado, isso não só expande o alcance da informação como também a velocidade com que ela é distribuída. Eventos ocorridos a distâncias absurdas são divulgados instantaneamente. A gestão empresarial vem acompanhando as evoluções produtivas de acordo com suas capacidades tecnológicas. Fluxos de dados que eram inexistentes hoje conectam pessoas ao redor do planeta e fora dele, veja o caso das sondas espaciais divulgadas pelos meios de comunicação, que têm como função a coleta de dados para estudos diversos. O conhecimento é o principal ativo, pequenas empresas conseguem criar valor pelo uso correto da informação sem ter gastos com infraestruturas gigantescas e faturar milhões. Veja o exemplo da empresa Uber, atualmente espalhada pelo mundo é avaliada em mais de US$ 70 bilhões e não é dona da frota de carros que prestam serviços pelo aplicativo. A ideia de sua criação veio de um casal que tinha dificuldades em pegar táxi, a necessidade de transporte mais eficiente e barato foi constatada, mesmo tendo os serviços de taxi estes não conseguem atender a demanda de forma adequada. Outro exemplo, mais próximo da gestão do conhecimento é a empresa Google, com a missão de organizar as informações do mundo e torná-las universalmente acessíveis e úteis, teve sua origem na indexação de páginas web e hoje está envolvida em centenas de projetos incluindo inteligência artificial. É um exemplo de gestão em diversas áreas e trata do conhecimento como característica fundamental

tanto na prestação de serviços como internamente para seus colaboradores. Por isso o capital intelectual vem sendo reconhecido pelos gestores como algo de valor dentro e fora das organizações.

Não existe um consenso entre os estudiosos quanto ao que é conhecimento, existe uma ideia geral, talvez por isso possa ser confundido com dado e informação, Davenport & Prusak (1999, p. 06) nos demonstram isso:

> ...o conhecimento não é puro nem simples: é uma mistura de vários elementos; é fluido como também é formalmente estruturado; é intuitivo e portanto difícil de colocar em palavras ou de ser plenamente entendido em termos lógicos. O conhecimento existe dentro das pessoas, faz parte da complexidade e imprevisibilidade humanas.

O CONHECIMENTO É FORMADO DURANTE TODA A VIDA DO INDIVÍDUO

Deve-se ter em mente que o ator principal do conhecimento é o indivíduo, que posteriormente pode compartilhar este conhecimento tornando-o público e de mais fácil acesso com auxílio das ferramentas certas para cada tipo de conhecimento. Mas nem sempre isso é possível, o conhecimento é adquirido por experiência, seja ela prática, teórica ou de outras formas, mas nem sempre é fácil fazer com que outros indivíduos obtenham o conhecimento, pois pode ser algo que exija sensibilidade, capacidade motora ou outras características que variem de pessoa para pessoa, também devemos avaliar a dificuldade quando o conhecimento precisa ser documentado para posteriores consultas, nem sempre isto é possível.

Pensar em como tudo pode ser feito de forma diferente e não como sempre foi feito nos traz novas execuções, novos produtos, tudo gerado pelo novo conhecimento a partir da nova forma de pensamento. Tais experiências podem fornecer conhecimentos explícitos ou tácitos, quando do primeiro caso o compartilhamento é mais fácil podendo ser descrito facilmente, documentado e armazenado em meios passíveis de consulta, já quando falamos do tácito não temos tanta facilidade em compartilhá-lo,

ele é mais prático do que teórico, envolve mais o sentimento que a razão. A forma com que tratamos o conhecimento é uma herança do nosso sistema educacional, familiar, social e de outros ambientes dos quais fazemos parte, somos moldados a pensar de forma a não enxergar as possibilidades e vemos estes contrastes quando comparamos culturas variadas**.**

O conhecimento gerado pode, no caso de uma gestão do conhecimento eficaz deve, passar por processos que o disseminem e produzam novos conhecimentos, baseados nas sínteses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, sabe-se que a informática avançou muito nos últimos anos, e mesmo com seu pouco tempo ela foi capaz de revolucionar o Brasil e o mundo. A utilização do computador deixou de ser algo meramente sistemático, dando lugar ao conceito de informação, onde um conjunto de dados reunidos passou a ter mais valores para os indivíduos e organizações.

Pela internet a informação flui muito mais rápido hoje do que há 50 anos quando não existia a rede mundial de computadores. A demora na divulgação dos eventos ocorridos em qualquer parte do mundo praticamente é a mesma, as distâncias geográficas não mais impactam no tempo que a informação demora entre a origem e o destino.

O mediador sendo um profissional que lida com a disseminação da informação, é o individuo que lidera o processo inteligente estabelecendo um plano de coordenação, de decisões organizadas, de sistemas de informação e de tecnologias. Os objetivos se direcionam para o ambiente competitivo, visando a agregação de valor de sua organização no seio da sociedade. Fortalece-se o ambiente da organização, ocasionando uma relação estreita entre produtividade, informação e tecnologia. Para isto, faz-se necessária a participação humana nesse processo que valida um papel de filtragem da informação na organização, dando ênfase ao compartilhamento, visando a disponibilização de informações com valor agregado para atingir o bom desempenho do poder decisório da organização. A inteligência humana se apropria das tecnologias procurando ultrapassar desafios em beneficio da sociedade e este é um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Fernanda Maria. **Informação Digital: Um novo patrimônio a preservar**. Disponível em:<http://www.bnportugal.pt/agenda/ecpa/informacao_digital.html> Acesso em: 21 de maio de 2018.

CAPURRO, Rafael and HJORLAND, Birger. **O conceito de Informação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413--99362007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 20 de maio de 2018.

DE BEM, Roberta Moraes; KLEINUBING, Luiza da Silva. **A tecnologia da Informação Digital na Prática Docente por meio da competência informacional**. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1372/1373> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

LOPES M.V.O, Araújo T.L. **Processo de informatização em saúde: temas abordados em artigos publicados no período de 1978 a 1998**. Rev Esc EnfermUSP 2002; 36(1): 25-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n1/v36n1a04> Acesso em 25 de maio de 2018.

MUNHOZ, Gislaine Batista. **A informática educativa e a construção do conhecimento científico: o ensino de geografia**. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/gislaine.pdf>Acesso em 25 de maio.

PORTAL EDUCAÇÃO. **O surgimento da informática e sua chegada ao Brasil**. Disponível em:<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/o-surgimento-da-informatica-e-sua-chegada-ao-brasil/47410> Acesso em: 22 de maio de 2018.

QUECONCEITO. **Conceito de Informação**. Disponível em:<http://queconceito.com.br/informacao> Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José. **Visão Analítica da Informática na Educação no Brasil – A questão da formação do professor**. NIED-UNICAMP/PUC-SP. Disponível em: < http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/rbie/1/1/004.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2018.

Educação Permanente em Saúde no Brasil: Ensino a Distância como estratégia para capacitação e atualização de profissionais da saúde

Julianna Siciliano de Araujo

Biomédica formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Monografia desenvolvida no Laboratório de Biologia Celular (IOC/FIOCRUZ), em colaboração com o Laboratório de Genotoxicidade da UNIRIO e com o Laboratório de Mutagênese Ambiental da UERJ. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular do IOC (Conceito Capes 7). Doutoranda em Biologia Parasitária pelo IOC. Atuação nas áreas de Parasitologia, Farmacologia e Genética, com foco em quimioterapia experimental e genotoxicologia.

http://lattes.cnpq.br/6818981203250788

RESUMO

No contexto da redemocratização política brasileira, passou a haver uma preocupação em identificar, promover e gerir o conhecimento que deve ser mobilizado pelos trabalhadores da saúde, segundo a premissa básica de melhorar a qualidade da atenção, incorporando em suas ações os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde. Para tanto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) se tornou um dos braços fundamentais do SUS e, nos últimos anos, ferramentas de educação a distância (EaD) têm adquirido força entre as estratégias de treinamento e atualização. Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento acerca das principais iniciativas de EPS com abordagem de EaD como principal mecanismo de transmissão e discussão de conteúdo no Brasil entre 2010 e 2018. Com um total de 6 artigos incluídos, nos moldes de uma revisão sistemática, foram abordadas plataformas de EaD como Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), Telessaúde Brasil Redes e Comunidade de Práticas, com abrangência de todas as regiões geográficas do país e uma gama de profissionais e equipes de saúde. Outro ponto interessante foi a participação de instituições públicas e a emergência do uso da EaD por esta esfera da educação, visto que a inicia-

tiva privada responde pela maioria absoluta dos usuários destas ferramentas. A Atenção Primária também mostrou acentuada participação nos programas de treinamento, o que aponta para a busca cada vez maior das equipes por atualização e qualificação no atendimento territorial.

Palavras-chave: Saúde. Educação permanente. Educação a distância.

RESUMEN

En el contexto de la redemocratización política brasileña, pasó a haber una preocupación en identificar, promover y gestionar el conocimiento que debe ser movilizado por los trabajadores de la salud, según la premisa básica de mejorar la calidad de la atención, incorporando en sus acciones los principios establecidos por el Sistema Único de Salud. Para ello, la Educación Permanente en Salud (EPS) se ha convertido en uno de los brazos fundamentales del SUS y, en los últimos años, herramientas de educación a distancia (EaD) han adquirido fuerza entre las estrategias de entrenamiento y actualización. De esta forma, el presente trabajo tuvo como objetivo realizar un relevamiento acerca de las principales iniciativas de EPS con enfoque de EaD como principal mecanismo de transmisión y discusión de contenido en Brasil entre 2010 y 2018. Con un total de 6 artículos incluidos, en los moldes de una, se abordaron plataformas de EaD como Universidad Abierta del SUS (UNA--SUS), Telessaúde Brasil Redes y Comunidad de Prácticas, con alcance de todas las regiones geográficas del país y una gama de profesionales y equipos de salud. Otro punto interesante fue la participación de instituciones públicas y la emergencia del uso de EaD por esta esfera de la educación, ya que la iniciativa privada responde por la mayoría absoluta de los usuarios de estas herramientas. La Atención Primaria también mostró acentuada participación en los programas de entrenamiento, lo que apunta a la búsqueda cada vez mayor de los equipos por actualización y calificación en la atención territorial.

Palabras clave: Salud. Educación permanente. Educación a distancia.

INTRODUÇÃO

Diante das evoluções ocorridas no campo da tecnologia, sociedade e educação, novas oportunidades surgem, possibilitando a promoção de diversos modelos de educação com a finalidade de criar ambientes adequados a essas transformações, atendendo a necessidade de formação do profissional do século XXI (DÂNDARO, 2014). A educação a distância (EaD) tem se estabelecido como um espaço de interação pedagógica, cujos objetivos, conteúdos e resultados obtidos se identificam com aqueles que alocam a educação como projeto e processo humanos, histórica e politicamente definidos na cultura das diferentes sociedades (SARAIVA, 1996).

A EaD no Brasil surgiu na primeira década do século XX, com as escolas internacionais que ofereciam cursos por correspondências. Já em 1922, surgiu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o objetivo audacioso de aumentar o acesso à educação através de difusão nas rádios. Este novo modelo educacional se tornou mais concreto em 1934, com a apresentação de uma metodologia de ensino por correspondência do Instituto Monitor, seguida, em 1939, pelo Instituto Universal Brasileiro (GUEDES et al., 2016). A seguir, em 1947, com o objetivo de oferecer cursos radiofônicos comerciais, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), juntamente com emissoras associadas, criaram a Nova Universidade do Ar. Com os avanços dos meios de comunicação e ampliação do acesso da internet vistos nos anos 1980 e 1990, o sistema de tele-educação sofreu remodelagens para implementação da informatização e estimulou o fortalecimento da EaD, culminando na lei 403/92, que trouxe a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ampliando o conhecimento cultural e promovendo a educação continuada nos níveis de graduação e pós-graduação. Finalmente, em 1995, o departamento Nacional da Educação criou o CEAD (Centro Nacional de Educação a Distância) que, nas últimas décadas, encorajou o aperfeiçoamento e a expansão geográfica de novos sistemas de EaD pautados não somente em critérios quantitativos, mas também qualitativos, e se desenvolveram simultaneamente em vários lugares (VIANNA et al., 2015).

Com a redemocratização política brasileira, nos anos 1980 e 1990, diversas reformas ocorreram nos setores da saúde e da educação. A Lei de Diretrizes e Bases para Educação é um exemplo extremamente importante, uma vez que retoma a educação como prioridade política. Ela trouxe para a formação do trabalhador da saúde o conceito de competência profissional, que abrange não somente os aspectos técnicos envolvidos no cuidado, mas também a humanização. Neste contexto, preocupa-se em identificar, promover e gerir o conhecimento que deve ser mobilizado por estes trabalhadores, para que estes atuem segundo a premissa básica de melhorar a qualidade da atenção em saúde, incorporando em suas ações os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), praticando a integralidade da atenção, a humanização do cuidado e o reconhecimento da autonomia e dos direitos do usuário dos serviços de saúde (BARRETO-BRASIL & HADDAD, 2017). À semelhança do que é visto em todos os outros campos do conhecimento, a saúde possui muitas críticas referentes às práticas pedagógicas na formação de seus profissionais. A ideia de educação centralizadora vem se modificando, com o gradual estabelecimento da relação interpessoal na participação dos trabalhadores da saúde em ambientes de interação, com especial destaque para os virtuais. Nesse sentido, os processos de aprendizagem à distância surgem como uma oportunidade para compor uma prática pedagógica baseada no diálogo (PETRA et al., 2015).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As constantes mudanças que vêm ocorrendo no setor saúde mostram a necessidade do desenvolvimento dos profissionais, para a garantia da qualidade da assistência prestada à população. O mundo do trabalho exige cada vez mais dos profissionais o desenvolvimento de uma postura crítico-reflexivo, e, para isso, é necessária a aquisição de conhecimentos e competências técnicas e relacionais, de forma a promover o desenvolvimento profissional e pessoal dos sujeitos (SILVA et al., 2015). Os profissionais que atuam na área da saúde têm sido constantemente alvo de iniciativas no âmbito da EaD. As intensas jornadas de trabalho e a escassez de tempo

costumam ser características frequentes na vida destes indivíduos, impedindo-os de integrar a Educação Permanente em Saúde (EPS), importante mecanismo de formação continuada e aperfeiçoamento de práticas na área (CASTRO-E-LIMA et al., 2016).

A EPS configura-se como uma estratégia político-pedagógica para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores para o SUS, assumida na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). O processo de mudança do modelo de atenção no SUS requer que a EPS seja capaz de estimular a formação de sujeitos eticamente comprometidos com a Estratégia de Saúde da Família e o fortalecimento da Atenção Básica, o que depende de ações educativas com enfoque interdisciplinar, além da efetivação de suas ações em locais que lhes permitam lidar com os problemas da realidade sanitária e social, a integração ensino-serviço-pesquisa e o compromisso com o trabalho multiprofissional (RANGEL-SANTOS et al., 2017). Mello e colaboradores (2017) destacam, ainda, a importância da EPS na real alteração das práticas no sistema de saúde.

Sob esse enfoque, a EPS [...] permite a aprendizagem no trabalho por meio do questionamento da realidade, do desenvolvimento de propostas e projetos que viabilizem a mudança de práticas e operem em realidades vivas, segundo as atividades desenvolvidas pelos diferentes atores sociais e pela responsabilidade com o coletivo. Além disto, pode ser considerada como orientadora das iniciativas de desenvolvimento dos sujeitos-trabalhadores e das estratégias de transformação das práticas em saúde (MELLO et al., 2017).

As atividades que apresentam por objetivo "aprender" e "ensinar" são, de fato, fortemente encorajadas pelo Ministério da Saúde, que considera sua incorporação ao cotidiano da organização do trabalho no setor de saúde, uma vez que a qualidade na assistência à saúde e a humanização de serviços têm ocupado espaço prioritário da gestão municipal, acrescentando e motivando o crescimento individual e coletivo (SILVA et al., 2017). Um importante ponto salientado por Farias e colaboradores (2018) é a adequação da necessidade de educação continuada de acordo com a realidade dos profissionais da saúde, levantando a integração das tecnologias de informação e comunicação (TIC) às estratégias educativas.

Visando a um maior poder de resolução, satisfação e adequação das ações e dos serviços propostos às necessidades de saúde da população, faz-se necessário que as práticas de EPS sejam as mais variadas possíveis para que alcancem diferentes públicos e consequentemente seus objetivos. Dessa forma, e levando em consideração a incorporação das tecnologias no cotidiano das pessoas, desvela-se necessário refletir acerca da inserção das TIC como mediadoras dessas práticas de EPS (FARIAS et al., 2018).

O PROBLEMA INVESTIGADO

Na década de 1990, a transição de uma sociedade capitalista industrial para uma estrutura em rede foi sentida com bastante clareza. Já era predito que a internet assumiria o papel de via essencial de troca, intercâmbio, interrelações, interação e construção do conhecimento, facilitando a emergência de um pensamento coletivo, além da sensação de se pertencer a uma espécie de "aldeia global" (PETRA et al., 2015). Neste contexto, Rangel-Santos e colaboradores (2012) chamam atenção para o uso das TIC como ferramenta para superar obstáculos à implementação da EPS.

A sociedade atual experimenta, em todos os âmbitos, uma série de transformações devidas à evolução das TIC, que cursa com velocidade crescente da produção e circulação da informação e coloca desafios à educação [...] Diante da necessidade da formação de sujeitos na sociedade contemporânea, a educação enfrenta um duplo desafio: vencer a crise dentro das diversas modalidades de ensino e superar as carências de estudos e formação permanente dos sujeitos inseridos nos distintos postos de trabalho, em processo contínuo de reconfiguração das práticas profissionais (RANGEL-SANTOS et al., 2012).

Partindo desta perspectiva, a EaD tem respondido bem às exigências no cenário nacional, contribuindo para suplantar a carência de formação em diversas áreas do conhecimento e possibilitar o acesso em regiões afastadas, requisito que condiz com a descentralização proposta pelo SUS (BARRETO-BRASIL & HADDAD, 2017). Na área da saúde, frente às demandas por mudanças na formação e qualificação de profissionais, da ampliação do conceito de saúde e da necessidade de surgimento de novos

atores sociais no cenário atual, a EaD desponta como uma estratégia para a formação e qualificação de profissionais, gestores e cidadãos interessados e competentes para atuarem neste campo (PAIM et al., 2009).

O crescimento dos investimentos em EaD por parte de escolas e universidades nos últimos anos de uma forma geral, e na área médica em particular, é consequência direta do recente e acelerado desenvolvimento tecnológico, e por outro, da velocidade cada vez maior com que o conhecimento científico se torna obsoleto. Buscar aprender e fazer uso de informações técnicas e científicas, disponíveis numa escala sem precedentes, é de fundamental importância em especial para as áreas biomédicas, cujo conhecimento é gerado e difundido num meio altamente competitivo (CHRISTANTE et al., 2003). Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento acerca das principais estratégias de EPS com abordagem da EaD como principal ferramenta de transmissão e discussão de conteúdo no Brasil, explorando o período de 2010 a 2018.

METODOLOGIA

O artigo se apresenta nos moldes de uma revisão sistemática. Bem como outros tipos de estudo de revisão, representa uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação sintetiza evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, utilizando-se de métodos explícitos e sistematizados de busca, avaliação crítica e sumarização da informação selecionada. Este tipo de trabalho se propõe a integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada temática, podendo apresentar resultados conflitantes ou coincidentes, além de identificar assuntos que necessitam de evidência, auxiliando na orientação de investigações futuras (SAMPAIO & MANSINI, 2007).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas plataformas ScieLo, LILACS, Google Acadêmico e BIREME, com busca dos descritores “saúde”, “educação permanente” e “educação a distância”, em combinação. Foram incluídos os textos completos disponíveis em Língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola, publicados entre os anos de 2010 e 2018, que relatavam estudos

realizados no Brasil. Por outro lado, foram excluídos trabalhos que não apresentavam congruência com o tema proposto.

BUSCA E ANÁLISE DE RESULTADOS

A busca por publicações definidas nos critérios de inclusão se deu através da aplicação de filtros quanto à localização geográfica ("Brasil"), ao período ("2010-2018") e ao assunto principal ("educação a distância", "educação em saúde" e "educação continuada"). A **figura 1** sumariza o fluxo de pesquisa, com a descrição do número de trabalhos obtidos em cada etapa, bem como a justificativa das exclusões. Os filtros automáticos utilizados ofereceram as condições necessárias para seleção manual final, na qual 5 artigos foram excluídos por representarem duplicações, enquanto os restantes não apresentavam textos completos disponíveis. Foi utilizado um total de 6 publicações para análise e discussão dos dados referentes a ferramentas de EaD na atualização e capacitação de profissionais de saúde.

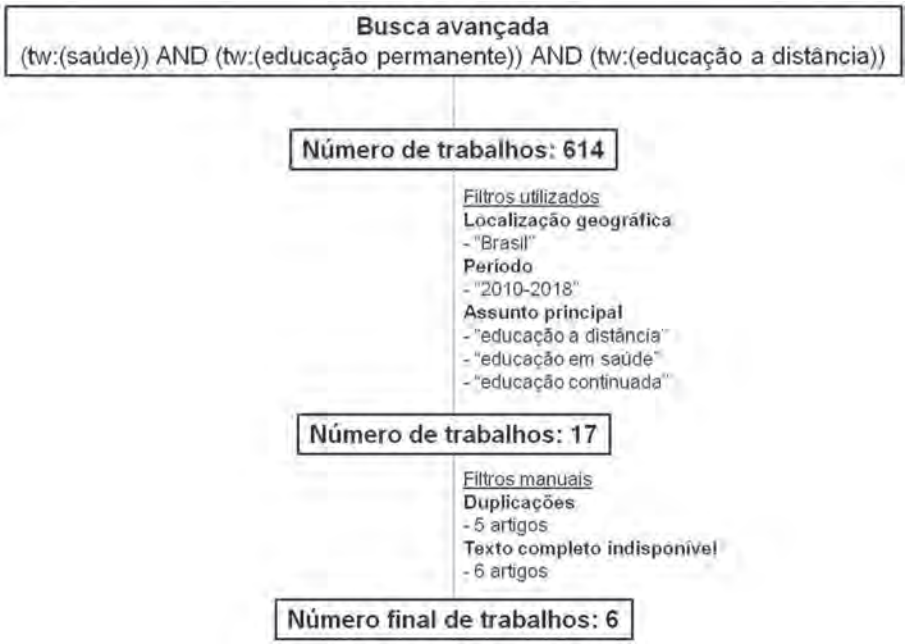


Figura 1: Fluxograma de processo de busca

Em relação à autoria, 5 trabalhos apresentavam três ou mais autores, sendo somente um deles elaborado por uma única autora, consistindo em uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O público-alvo avaliado foi bastante heterogêneo, desde profissionais específicos, como dentistas e enfermeiros, até equipes interdisciplinares, como as atuantes em programas de Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família (ESF). Estas e outras características dos trabalhos selecionados encontram-se compiladas na **tabela 1**.

Tabela 1: Características de trabalhos selecionados, considerando autoria, ano de publicação, iniciativa avaliada e público-alvo

Autor	Ano de publicação	Iniciativa avaliada	Público-alvo
Correia et al.	2013	Telessáude Brasil Redes/ MS	Dentistas e Enfermeiros
Petra et al.	2015	Comunidade de Práticas	Profissionais da Atenção Básica
Castro-e-Lima et al.	2016	Ambientes Virtuais de Aprendizagem	Participantes do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica
Dahmer et al.	2017	Universidade Aberta do SUS/ UFCSPA	Participantes do Programa de Especialização em Saúde da Família
Marin et al.	2017	Universidade Aberta do SUS/ UNIFESP	Participantes do Programa de Especialização em Saúde da Família
Mello-dos-Santos et al.	2018	Ambiente Virtual Moodle	Pós-graduandos em Odontologia
Silva-Brasil	2018	Universidade Aberta do SUS/ UFMA	Profissionais do Programa Mais Médicos

O ambiente virtual mais explorado foi o da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) em parceria com instituições de ensino superior (IES) federais. Iniciativas educacionais no âmbito do Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura foram o foco dos trabalhos, não sendo encontradas nas buscas menção a instituições privadas. Outras estruturas citadas foram a "Telessáude Brasil Redes" e a "Comunidade de práticas". Programas de especialização mostraram-se mais envolvidos com o uso de ferramentas de EaD quando comparados a outros modelos de capacitação de menor carga horária.

No que tange a distribuição geográfica, todas as regiões brasileiras foram contempladas nos estudos selecionados, seja de forma direta ou indireta. Individualmente, a região Sudeste foi representada pelo estado de São Paulo, e Centro-Oeste pelo Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, na região Sul, um dos estudos utilizou dados da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), no Rio Grande do Sul. Enquanto isso, no Nordeste, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi alvo de dois trabalhos dos trabalhos encontrados. Por fim, a região Norte foi indiretamente abordada em um estudo nacional que avaliou o uso da EaD colaborativa no SUS.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A distribuição dos serviços de saúde pelo território nacional, bem como as rotinas e demandas desses serviços, que requerem a manutenção dos profissionais em seus postos para seu adequado funcionamento, são elementos que contribuem para que a ferramenta de EaD seja considerada uma alternativa na implementação de eventos de formação na área da saúde, dadas a democratização de oportunidades e flexibilização que proporciona aos estudantes (CAMPOS & SANTOS, 2016).

A EaD no Brasil apresenta algumas características marcantes, sendo as instituições responsáveis, em geral, de grande porte, com a iniciativa pública (federal, estadual e municipal) respondendo por cerca de 23% da demanda, sendo que a maior parte está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste, contando com cursos totalmente à distância ou semipresenciais

(OTANI et al., 2016). Apesar das instituições privadas serem maioria na abordagem em moldes de EaD, a totalidade dos dados obtidos no presente trabalho foi fruto de pesquisas realizadas em ambientes geridos pelo poder público.

Em publicação recente, Cunha e Hortale (2017) mostraram a enorme predominância do privado sobre o público quando analisada puramente a educação permanente na área de gestão da saúde, com mais de 80% dos cursos sendo oferecidos em instituições privadas. No entanto, quando a modalidade EaD é avaliada mais profundamente, este número cai para cerca de 50% (CUNHA & HORTALE, 2017), o que aponta para uma emergência da EaD em programas públicos.

Silva e Duarte (2015) argumentam que a EPS, por ser parte integrante de um programa nacional, tem papel estratégico nas práticas transformadoras, sendo um braço importante do SUS.

A educação permanente, enquanto diretriz pedagógica, tornou-se política pública na área da saúde com a instituição da PNEPS por Portaria Ministerial em 2004. É uma proposta de ação estratégica que contribui para a qualificação e transformação das práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços de saúde, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde (SILVA & DUARTE, 2015).

E Campos e Santos (2016) complementam, reafirmando a adequação da EaD às necessidades da EPS, justificando a crescente opção do SUS por estratégias digitais nos treinamentos na área da saúde.

A EAD, na medida em que funciona na lógica da facilitação e mediação, se ajusta à proposta da EPS, por requerer o protagonismo do aluno, deslocando o foco do professor, que passa de detentor do conhecimento a mediador da aprendizagem. [...] os processos de EPS devem superar o modelo educacional tradicional e avançar no sentido da facilitação dos processos de aprendizagem, em que a responsabilidade é compartilhada com os sujeitos da ação educativa (CAMPOS & SANTOS, 2016).

Um outro ponto interessante é a abordagem de profissionais da ESF atuantes na Atenção Básica, público-alvo da maioria dos estudos encontrados (PETRA et al., 2015; CASTRO-E-LIMA et al., 2016; DAHMER et

al., 2017; MARIN et al., 2017). Neste contexto, Machado e colaboradores (2015) reforçam que a ESF vem sendo cada vez mais definida como coordenadora do cuidado, ampliando a percepção da insuficiência dos setores de formação em responder as demandas de qualificação profissional, valorizando a educação continuada como fonte de conhecimento e local de aprendizagem significativa (MACHADO et al., 2015).

A ESF surgiu com o ambicioso objetivo de alterar o panorama da Atenção Básica no Brasil. Para tanto, trouxe, desde sua criação, mudanças na dimensão organizacional do modelo assistencial, introduzindo uma equipe multiprofissional responsável por uma população circunscrita, definindo generalista como a categoria médica de preferência e apresentando novos profissionais, de forma a ampliar a atuação da equipe sobre os determinantes mais gerais do processo saúde-doença (ESCOREL et al., 2007). Desta forma, uma demanda inerente aos cursos na área de Saúde da Família é a adequação dos conteúdos, de forma a atender às especificidades em termos de saúde e contexto sociocultural de diferentes regiões do país, um ponto abordado por Dahmer e colaboradores (2017).

Em relação às estruturas de EaD abordadas, a UNA-SUS teve destaque, sendo o foco de três trabalhos (DAHMER et al., 2017; MARIN et al., 2017; SILVA-BRASIL, 2018). Segundo Barreto-Brasil e Haddad (2017), este sistema surgiu em 2010 como uma estratégia do Ministério da Saúde para prover educação continuada aos profissionais das equipes de Saúde da Família, atuantes em grande parte dos municípios brasileiros, utilizando as TIC como ferramentas de mediação da aprendizagem em todo o território nacional. Ainda de acordo com estas autoras, a UNA-SUS vem atendendo as expectativas; porém, ressalta as lacunas entre as propostas iniciais e a capacidade de formação das IES.

De uma maneira geral, o Sistema UNA-SUS vem cumprindo com seus objetivos de democratização do acesso dos trabalhadores do SUS à educação continuada, atendendo mais de 866.430 profissionais da saúde que atuam preferencialmente no SUS, por meio de seus 172 cursos desenvolvidos e ofertados pelas 35 Instituições de Ensino Superior que integram a Rede UNA-SUS. Apesar disso, o distanciamento entre o desejado ou o esperado pelo serviço (demandante da ação educacional) e a ação educa-

cional desenvolvida pela rede de IES que compõem o Sistema UNA-SUS ainda gera muito esforço de alinhamento entre o conhecimento acadêmico empregado na ação educacional e as necessidades do serviço (BARRETO--BRASIL & HADDAD, 2017).

O Programa Telessaúde Brasil foi explorado em um grupo restrito de profissionais de enfermagem e odontologia em um único trabalho (Correia et al., 2013). Instituído em 2007 pela Portaria do Ministério da Saúde n° 35, a Rede Telessaúde Brasil foi lançada inicialmente como uma experiência piloto envolvendo nove estados da União, dentre eles Amazonas, Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Em âmbito nacional, foi instituído a partir da Portaria MS nº 402 de 24 de fevereiro de 2010, sendo ampliado através da Portaria MS nº 2.546 de 27 de outubro de 2011, passando a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (PTBR-Redes) (SILVA et al., 2014). Como levantado por Schmitz & Harzheim (2017), este programa ainda oferece a vantagem de empregar uma modelagem de fácil entendimento e com diferentes eixos de atuação.

A Plataforma Nacional de Telessaúde foi desenvolvida com uma estrutura de dados robusta e maleável, que permite a inclusão de novos módulos, atores e processos e é compatível com os cadastros nacionais do SUS. Além disso, possui uma entrada de dados simplificada, que facilita o acesso aos serviços, aliada a uma saída de dados complexa, composta por tabelas planas de estrutura e processo, que acumulam todas as variáveis de solicitação, telerregulação, resposta e avaliação das teleconsultorias (SCHMITZ & HARZHEIM, 2017).

Por fim, um dos trabalhos explorou a "comunidade de práticas" (Petra et al., 2015), definida originalmente por Lave & Wenger (1991) como um espaço onde atores sociais de diversos meios se organizem numa iniciativa conjunta que permita o estabelecimento de um relacionamento de confiança e engajamento, intervindo no ambiente em que atuam através do uso de ferramentas que fundamentem aprendizagens envolvidas com a realidade (LAVE & WENGER, 1991). Sendo, conceitualmente, tanto metodologia quanto tecnologia para a interação entre ensino e ambiente profissional, possibilita o encontro da educação com o cotidiano. Buscando

somar às estratégias da Educação Continuada, como parte de uma ação crítico-colaborativa com base em estratégias pedagógicas e investigativas, redimensionam as formas de agir dos trabalhadores pelo contato orgânico com o ensino (JUNGES et al., 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EPS representa um importante braço do SUS no que tange à formação, treinamento e atualização de profissionais de saúde no Brasil. Considerada por muitos autores como um eixo fundamental de transformação da realidade nesta área, ela tem evidenciado as lacunas enfrentadas por estes trabalhadores em seu cotidiano, tanto em sua prática profissional quanto em suas tentativas de buscar a educação continuada. Neste contexto, a EaD se apresenta como uma estratégia interessante para solucionar esta problemática, uma vez que traz em seus moldes características essenciais, como flexibilidade de rotina e adequação de conteúdo, reduzindo a evasão e facilitando a adesão.

Um dado importante levantado no presente trabalho foi a participação cada vez mais expressiva do setor público no uso de ferramentas de EaD, mostrando a recente valorização deste modelo por parte do SUS. Uma consequência deste fenômeno é a crescente demanda por parte dos profissionais da Atenção Primária, com equipes multiprofissionais e interdisciplinares essenciais para a implementação do cuidado diretamente nos territórios. Nestes últimos, a EaD se torna ainda mais estratégica, uma vez que se constitui numa realidade palpável para a formação dos agentes locais de transformação. Sendo assim, é possível perceber o papel fundamental assumido pela EaD nas iniciativas de EPS, um processo que tende a se difundir rapidamente, tendo em vista a vastidão e a heterogeneidade do espaço abarcado pela saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

Barreto-Brasil LS, Haddad AE. **O modelo pedagógico da universidade aberta do SUS e o seu alinhamento com a educação permanente e as**

competências profissionais em saúde. EaD em Rede: Revista de Educação a Distância, 4(1):38-51, 2017.

Campos KA, Santos FM. **A educação a distância no âmbito da educação permanente em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).** Rev. Serv. Público, 67(4):603-26, 2016.

Castro-e-Lima CS, de Oliveira AEF, Mesquita MN, Baesse DCL, Lopes FF, Bernardes EF. **Avaliação do conteúdo de um curso de especialização ofertado aos profissionais de saúde na modalidade EaD.** Caderno pedagógico, 13(3):17-29, 2016.

Christante L, Ramos MP, Bessa R, Sigulem D. **O papel do ensino a distância na educação médica continuada: uma análise crítica.** Rev. Assoc. Med. Bras. 49(3):326-329, 2003.

Correia ADMS, Dobashi BF, Gonçalves CCM, Miranda FR, Monreal VRFD, Borsoi MB, Kanomata MN, Nunes EA, Haddad PO. **Telenfermagem e teledontologia: relato da experiência do Telessaúde Brasil Redes em Mato Grosso do Sul.** Convibra, 1:1-13, 2013.

Cunha MLS, Hortale VA. **Características dos cursos voltados para a formação em gestão em saúde no Brasil.** Saúde Debate, 41(113):425-40, 2017.

Dahmer A, Portella FF, Tubelo RA, Mattos LB, Gomes MQ, Costa MR, Pinto MEB. **Regionalização dos conteúdos de um curso de especialização em Saúde da Família, a distância: experiência da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS/UFCSPA) em Porto Alegre, Brasil.** Interface (Botucatu), 21(61):449-63, 2017.

Dândaro F. **Modelos flexíveis de EaD aplicado ao novo perfil de aluno: uma geração conectada a tecnologia e comunicação.** Doctrina E@D, 3:10-16, 2014.

Escorel S, Giovanella L, Senna MH. **O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil.** Revista Panam Salud Publica, 21(2):164-76, 2007.

Farias QLT, Rocha SP, Cavalcante ASP, Diniz JL, Ponte Neto OA, Vasconcelos MIO. **Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde.** Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde, 11(4):1-11, 2017.

Guedes JT, Bezerra AAC, dos Santos-Filho JS. **Educação a distância: uma modalidade de ensino democrático-cidadã.** Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 9(1), 2016.

Junges EMG, Ceccim RB, Possa LB, Meneghel SN. **Desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora em atenção básica e educação em saúde coletiva: uma proposta de ambiente do trabalho como comunidade de aprendizagem.**Saúde em Redes, 3(1):27-39, 2017.

Lave J, Wenger E. **Situated learning: legitimate peripheral participation.**Cambridge: Cambridge University Press; 1991.

Machado JFFP, De Carli AD, Kodjaoglanian VL, Santos, MLM. **Educação Permanente no cotidiano da Atenção Básica no Mato Grosso do Sul.** Saúde Debate, 39(104):102-13, 2015.

Marin MJS, Nascimento EN, Tonhom SFR, Alves SBD, Otani MAP, Girotto MA, Silva LCP. **Educação permanente: avanços de uma especialização em Saúde da Família na modalidade a distância.** Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 11(4):1-12, 2017.

Mello AL, Backes DS, Terra MG, Rangel RF, Nietsche EA, Salbego C. **(Re) pensando a educação permanente com base em novas metodologias de intervenção em saúde.** Revista Cubana de Enfermería [revista online]. 33(3), 2017.

Mello-dos-Santos C, Bulgarelli PT, Frichembruder K, Colvara BC, Hugo FN. **Avaliação da qualidade de aprendizagem no ambiente virtual (Moodle) em saúde bucal, na perspectiva dos discentes.** Revista da ABENO, 18(1):116-23, 2018.

Otani MAP, Alves SD, Girotto MA, Marin MJS, Tonhom SFR, Nascimento EN, Silva LC. **A educacão a distância na formação de profissionais da saúde: revisão integrativa da literatura.** Atas CIAIQ2016, 2: 232-41, 2016.

Paim MC, Guimarães JMM, Alves VS, Veloso RC, Xavier SS. **Importância da formação de docentes em EaD no processo de educação permanente para trabalhadores do SUS na Bahia**. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. 2009.

Petra T, Marcolino F, Corso A, Cavalcanti F. **EaD colaborativa no SUS: uma proposta da Comunidade de Práticas para os trabalhadores da saúde.** Revista TEKNOS, 15(2):49-59, 2015.

Rangel-Santos ML, Barbosa AO, Riccio NCR, Souza JS. **Redes de aprendizagem colaborativa: contribuição da Educação a Distância no processo de qualificação de gestores do Sistema Único de Saúde - SUS.** Comunicação Saúde Educação, 16(41):545-55, 2012.

Rangel-Santos ML, Ramos N, Queiroz GS. **Educação permanente em saúde no Brasil na modalidade EaD: produção científica em periódicos.** Revista EDaPECI, 17(3):61-75, 2017.

Sampaio RF, Mancini MC. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** Rev. bras. fisioter., 11(1):83-9, 2007.

Saraiva T. **Educação a distância no Brasil: lições da história.** Em Aberto, 16(70):16-27, 1996.

Schmitz CAA, Harzheim E. **Oferta e utilização de teleconsultorias para Atenção Primária à Saúde no Programa Telessaúde Brasil Redes.** Rev Bras Med Fam e Comunidade, 12(39):1-11, 2017.

Silva KCL, Araújo-Júnior JLAC, Lyra TM, Novaes MA. **Análise do processo de implementação do Programa Telessaúde Brasil Redes em Pernambuco.** RECIIS, 8(3):359-75, 2014.

Silva DSJR, Duarte LR. **Educação permanente em saúde.** Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba, 17(2):104-5, 2015.

Silva AN, Santos AMG, Cortez EA, Cordeiro BC. **Limites e possibilidades do ensino à distância (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa.** Ciênc. saúde coletiva, 20(4):1099-1107, 2015.

Silva EPB, Nunes FS, Bueno JLS, Silva MG, Silva PRB, Santos RC, Santos SSS. **Educação permanente como instrumento de trabalho do profissional de saúde.** Revista Remecs, 2(2):41-46, 2017.

Silva-Brasil, Gabrielle Vieira da Costa. *Análise de um curso de especialização em atenção básica através de narrativas de estudantes do Programa Mais Médicos*. 2018. 65f. Dissertação (Mestrado em Saúde do Adulto) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão.

Vianna LJ, Ataide AC, Ferreira MC. **Educação à distância no Brasil: cotidiano, prática, avanços e perspectivas.** Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 8(1), 2015.

O Uso do EAD na Capacitação Profissional: UM CASE DO TRE-MG

Valéria Aparecida Antunes Freitas Vargens

Mestre em Administração pela Faculdade Novos Horizontes (2010) Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993) . Atuou como professora no curso de Engenharia de Produção e Tecnologia da Informação da Faculdade Pitágoras. Membro da equipe de implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Secretaria de Informática do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Gestora da Seção de Apoio à Gestão e Governança da STI. É instrutora de cursos presenciais. Conteudista e tutora de cursos à distância na área de ética, gestão de projetos, atendimento ao cliente e sistemas eleitorais. Tem experiência na área de gestão de projetos, ferramentas e softwares na área de gestão de projetos e portfólio, gestão de processos, maturidades em projetos, planejamento estratégico, gestão de pessoas e administração pública. Possui Certificação ITIL Foundation V3.

http://lattes.cnpq.br/7082029175689059

RESUMO

Tendo em vista o paradigma de modernização da gestão pública iniciado em 1995, com a administração pública gerencial, e a implementação de ferramentas gerenciais na administração, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ percebe a necessidade de capacitar todos os gestores e servidores do poder judiciário na área de gerenciamento de projetos. Neste cenário, os administradores reconhecem que a profissionalização do servidor público é fundamental para modernizar a administração e acompanhar o desenvolvimento socioeconômico das empresas privadas e públicas do resto do mundo. Visando uma maior abrangência do número de servidores, o seu caráter de flexibilidade e a economia aos cofres públicos, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais adotou como método de capacitação dos seus servidores a Educação a Distância. Método utilizado desde o ano de 2002 por este tribunal para desenvolver as capacidades e habilidades dos servidores, na busca da eficiência e eficácia das suas atividades. Assim, a presente pesquisa objetiva analisar a contribuição

da Educação a Distância na capacitação dos servidores, na área de gerenciamento de projetos, em uma instituição pública federal. Para melhor entender o assunto, fez-se uma revisão teórica sobre a educação a distância, gestão de projetos e a capacitação profissional. Como metodologia utilizou-se o estudo de caso descritivo, de caráter qualitativo. A análise dos resultados foi realizada com base na avaliação dos cursos e também nos depoimentos dos alunos.

Palavras chave: Educação a distância. Gestão de projetos. Capacitação profissional.

RESUMEN

Teniendo en cuenta el paradigma de la modernización de la administración pública se inició en 1995 con la gestión de la administración pública, y la aplicación de herramientas de gestión en la administración, el Consejo Nacional de Justicia - CNJ se da cuenta de la necesidad de capacitar a todos los directivos y funcionarios de la justicia en el ámbito gestión de proyectos. En este escenario, los administradores reconocen que la profesionalización de los servidores públicos es fundamental para la modernización de la administración y el control de la socioeconómico desarrollo de empresas privadas y públicas de todo el mundo. Buscando una mayor inclusión de la cantidad de servidores, la flexibilidad de su carácter y la economía de las arcas públicas, el Tribunal Electoral Regional de Minas Gerais adoptó como método de formación de sus servidores de Educación a Distancia. Método utilizado desde 2002 por este tribunal para desarrollar las capacidades y habilidades de los servidores de la búsqueda de la eficiencia y la eficacia de sus actividades. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo analizar la contribución de la educación a distancia en la mano de obra calificada en el área de gestión de proyectos, en una institución pública. Para entender mejor el tema, era una revisión teórica de la educación a distancia, gestión de proyectos y la formación profesional. La metodología que utiliza el estudio de caso descriptivo, cualitativo. El análisis se basó en la evaluación de los cursos y también los testimonios de los estudiantes.

Palabras-clave: Educación a distancia. Gestión de proyectos. Formación profesional

INTRODUÇÃO

A Educação a distância vem se tornando uma importante ferramenta utilizada pelas organizações na capacitação profissional. Muitas organizações têm terceirizado esta atividade, outras têm investido em equipamentos, software e na especialização de funcionários da própria organização para produzir e ministrar os cursos na plataforma web. Algumas, com uma visão estratégica bem definida, criam uma universidade corporativa, uma instituição de ensino superior e técnico vinculado à organização. O objetivo da universidade corporativa é oferecer cursos técnicos ou de especialização específicos para os colaboradores da instituição.

Independente do modelo adotado percebe-se que a educação a distância vem ganhando espaço nas organizações como instrumento de ensino-aprendizagem. Para Kenski (2005) "as possibilidades de uso de mídias cada vez mais interativas em educação têm alterado e muito a concepção do que é educação presencial e a distância."

Ao longo de vários anos trabalhando com a educação a distância como ferramenta de capacitação profissional, no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE-MG, surgem algumas questões: A Educação a distância - EAD é percebida na instituição como instrumento de capacitação ou apenas um recurso de apoio na capacitação profissional? Ou a EAD é percebida como um recurso central na capacitação, desde que tenha a complementação presencial?

Diante destas questões, pretende-se realizar um estudo de caso no TRE-MG sobre a contribuição da Educação a Distância na capacitação dos servidores, na área de gerenciamento de projetos. Cabe destacar que o estudo de caso foi realizado no TRE-MG porque uma das autoras é servidora da instituição, lotada no escritório de gerenciamento de projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação e uma das responsáveis pela capacitação dos servidores nos cursos presenciais e EAD na área de gestão de projetos.

A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o assunto e o estudo de caso descritivo.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há vários conceitos para Educação a distância. No entanto, alguns autores destacam uma característica especial. Peters (1973) (citado por Bernardo 2009) ressalta em seu conceito a EAD como forma industrializada de ensinar e aprender:

> Educação/ensino a distância é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. (Peters, 1973, citado por Bernardo 2009)

Segundo Moran (2002), "Educação a distância é o processo de ensino--aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente". Para Moran, o professor se torna um supervisor, um animador e um incentivador do aluno na busca pelo conhecimento. Os dois autores reconhecem a contribuição da tecnologia para o avanço da EAD, não apenas no sentido espacial, mas também, levando junto com o conhecimento a cultura de vários lugares, a socialização e a interação entre os participantes. Para que esta educação gere conhecimento, ou seja, leve o aluno a criticar e contextualizar o aprendizado ao seu meio social, é fundamental o papel do professor/tutor e do material didático utilizado.

O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

> Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos proces-

> sos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

No contexto atual, as instituições públicas e privadas têm utilizado a educação a distância como ferramenta de capacitação e treinamento dos funcionários. Tal fato se deve por ser uma modalidade de ensino flexível na qual o estudante realiza o curso de acordo com a sua disponibilidade, pela interatividade propiciada pelo uso de novas mídias. E as instituições formatam os cursos conforme a realidade cultural, as necessidades do negócio, além de capacitar um número maior de pessoas em localidades geográficas diversas.

De acordo com Sartori (2005), a EAD é uma ruptura do ensino presencial e tal ruptura surgiu pela exigência de um trabalhador de perfil diferenciado:

> A EAD não é continuidade natural da educação presencial, mas é uma ruptura, pois precisa romper com a ideia de que só aprendemos com um professor falando para nós lá na frente de uma sala de aula e se estivermos nessa sala no mesmo horário, todos juntos. (SARTORI, 2005, p.7)

Para Castro e Ferreira (2008), a adoção da EAD no treinamento corporativo, intensificou pela interatividade propiciada pelo uso de novas mídias. O uso deste potencial tem despertado um sujeito mais ativo no processo de produção e disseminação do conhecimento, refletindo na reconceituação da capacitação profissional.

Nesse contexto, as instituições públicas perceberam que para continuar oferecendo serviços de qualidade à população e cumprir a sua missão é necessário utilizar as boas práticas do mercado. Após estudos e pesquisas sobre as vantagens e benefícios da EAD, ela é adotada como ferramenta de capacitação/treinamento dos servidores. Tal modalidade vem contribuir para aumentar a competência e combater a obsolescência profissional, uma

vez que atinge um maior número de servidores por um custo menor aos cofres públicos e com um ensino de qualidade.

3. GESTÃO DE PROJETOS

O termo Gestão (ou Gerenciamento) está descrito nos dicionários tradicionais da língua portuguesa como ato de gerir, administrar, direcionar, gerenciar (Michaelis, 2010; Aurélio, 2004).

A gestão de projetos, ou gerenciamento de projetos, é uma prática que vem sendo amplamente adotada, independentemente do ramo de atividade e da dimensão das organizações. Kerzner (2006) define gestão de projetos como o planejamento, a programação e o controle de uma série de tarefas integradas de forma a atingir seus objetivos com êxito, para benefícios dos participantes do projeto.

Para que os projetos tenham sucesso, é necessário um conjunto de conhecimentos, de processos, de técnicas e de ferramentas, que de maneira coordenada, nos ajudem a executar projetos com sucesso. Isto é gestão de projetos (DINSMORE, 2011).

Segundo o [1]***Guide to the- Project Management Body of Knowledge*** **-** PMBOK (PMI, 2012), gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos.

Portanto, gerenciar projetos é usar métodos e ferramentas. A correta aplicação de métodos e ferramentas é associada ao profissional, em oposição ao amador que, independentemente de gostar do que faz, o faz guiado apenas pela intuição. No mundo dos negócios, a intuição é necessária, mas não suficiente. Para mitigar os erros induzidos pela intuição, aplicam-se métodos e ferramentas. Portanto, gerenciar projetos é usar métodos e

1 PMBOK – guia publicado, em 1987, pelo PMI (Project Management Institut) que veio a se tornar a norma americana para gerenciamento de projetos e referência mundial no assunto. Este guia, chamado em português "Um guia para o corpo de conhecimentos em gerenciamento de projetos" ou, simplesmente, PMBOK descreve os processos envolvidos na gestão de qualquer projeto agrupados por temas ou áreas de conhecimento.

ferramentas e usar métodos e ferramentas é ser profissional, então o profissionalismo requer a adoção do gerenciamento de projetos.

Mas para que se possa entender o Gerenciamento de Projetos é necessário entender o que é um projeto. Kerzner (2006) conceitua projeto como um empreendimento com objetivo bem definido, que consome recursos e opera sob pressões de prazos, custos e qualidade.

Para Vargas (2007), projeto é um empreendimento não repetitivo, com uma sequência bem definida de eventos, com início e fim, conduzido por pessoas, para se obter um novo produto, serviço ou resultado. O autor destaca em seu conceito que um projeto é conduzido por pessoas e regulado por parâmetros pré-definidos de tempo, custo, recursos e qualidade.

O PMBOK (PMI, 2012) define projeto como um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Após as definições de projeto e gerenciamento de projetos, percebe-se que um projeto possui uma tripla restrição: escopo, tempo e custo, tendo a qualidade a função de balancear o triângulo.

Mas porque as organizações estão adotando esta metodologia? Por que capacitar os servidores em gerenciamento de projetos? Vivemos em um mundo no qual o volume das mudanças tem crescido cada vez mais. Para que as organizações possam sobreviver e progredir, elas precisam modificar constantemente seus produtos, serviços, processos e infraestrutura. A novidade hoje dura pouco, o ciclo de vida dos produtos tem se reduzido drasticamente. A necessidade de processos produtivos e infraestrutura adequada são fundamentais para o crescimento das organizações públicas e privadas.

De acordo com Lopes e Sbragia (2013) o impacto de uma governança de projetos bem estruturada e definida é gerar a possibilidade de aumento do valor acionário das organizações, uma vez que pode diminuir a exposição aos riscos e aumentar o grau de confiabilidade. Observa-se que os projetos devem contribuir para obtenção de resultados empresariais a curto e longo prazo, assim, a ramificação das estratégias organizacionais em projetos é passo fundamental neste processo.

Desta forma, o profissional que atua em gestão de projetos, além de conhecer as técnicas e ferramentas do gerenciamento de projetos deve estar inteirado da estratégia da organização. Como destaca Vargas (2007), o

projeto é conduzido por pessoas. E a gerência do projeto é de responsabilidade do gerente, pessoa geralmente designada pelo patrocinador do projeto.

Assim, buscando aprimorar e profissionalizar a sua maneira de administrar, a secretaria de informática do TRE-MG criou em 2006 o seu PMO (Project Management Office), ou o Escritório de Gerenciamento de Projetos, setor responsável pela promoção das boas práticas em gerenciamento de projetos na secretaria. Em 2007, por meio da portaria 148/2007, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão – APEG - do TRE-MG é reconhecida como o Escritório de Projetos corporativo do tribunal.

São atribuições do escritório de projetos: definir junto com a equipe a metodologia e software de gestão de projetos e de portfólio e ambiente colaborativo da secretaria, estruturação de ambiente através de processos, orientar, capacitar e dar suporte aos gerentes, realizar benchmarking, auxiliar na gestão de portfólio e na realização do planejamento estratégico e análise e métricas de resultados em projetos.

Ressalta-se que na atribuição de treinamento, mentoria e suporte aos gerentes de projetos o foco é o desenvolvimento da capacidade de gestão da equipe.

Neste contexto, Lopes e Sbragia (2013) ressaltam:

> "..o profissional da área se torna peça fundamental no quebra-cabeça das estruturas organizacionais, e que o desenvolvimento da gestão de projetos como competência essencial das organizações pode elevar a performance de uma organização."(LOPES e SBRAGIA, 2013, p. 32).

Mas quem é o gerente de projetos e quais as suas atribuições? Segundo o PMBOK (2012), o gerente de projetos é a pessoa designada pela organização para atingir os objetivos do projeto. Diferente do gerente funcional, ele é responsável pelas atividades, processos, pessoas e custos relativos ao projeto.

4. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

As organizações públicas e privadas vêm percebendo a necessidade de reverem as suas políticas de gestão e capacitação, para atingirem os seus

objetivos estratégicos, demonstrarem valor no mercado, desenvolverem, valorizar e reterem o seu capital intelectual. Na visão de Demo (2010), as políticas e práticas de gestão de pessoas precisam contribuir para um maior bem-estar dos membros organizacionais, permitindo-lhes uma maior realização pessoal e profissional.

Ao buscar um maior comprometimento dos funcionários com a missão e desenvolvimento organizacional, as empresas estão investindo em capacitação/treinamento e incentivando o crescimento profissional dos funcionários.

Para Giardi (2008), citado por Delfino (2011), "o treinamento é um fator de investimento no capital humano e consiste em um processo sistemático de melhoria do comportamento do individuo para o alcance dos objetivos organizacional". Ao planejar uma capacitação é necessário que ela esteja alinhada com as estratégias da organização e também que contribua para desenvolver as capacidades e habilidades dos funcionários. Segundo Borges-Andrade (2008), "ao investir em TD&E as empresas buscam desenvolver habilidades motoras ou intelectuais, prover informações e atitudes que poderão tornar os indivíduos mais competentes para desempenhar vários papéis, no presente ou no futuro".

Com relação ao treinamento dentro da empresa, Fidelis (2008) destaca:

> "A formação da sociedade que busca o conhecimento dentro das empresas e o incremento do capital intelectual remetem a entender que a transmissão das ideias e o conhecimento são os pontos chaves da educação corporativa. A criação dos cursos profissionalizantes e a abertura de novas escolas técnicas, tecnológicas, de graduação e pós-graduação, contribuem ainda mais para a formação do profissional motivado dentro das empresas" (FIDELIS, 2008, p. 4).

Ao utilizar o próprio funcionário para ministrar o treinamento, a organização está valorizando o seu talento e personalizando o treinamento, uma vez que o funcionário irá ministrar o treinamento de acordo com a

necessidade da empresa e sua experiência profissional. Esta troca de experiência profissional e social enriquece a aprendizagem. Na opinião de Fidelis (2008), o treinamento realizado na organização provoca uma sinergia altamente positiva ao traduzir a teoria para a prática das organizações.

A instituição pública federal vem investindo na capacitação dos seus servidores desde a reforma administrativa de 1995, que implantou a reforma administrativa gerencial. No poder judiciário, o Conselho Nacional de Justiça publicou em 2011 o plano nacional de capacitação dos magistrados e servidores do poder judiciário. O plano contém as diretrizes norteadoras das ações promovidas pelas escolas judiciais brasileiras na formação e aperfeiçoamentos de magistrados e servidores do poder judiciário. Além deste plano, o TRE-MG em consonância com a gestão de pessoas, elabora o plano anual de capacitação de acordo com as suas estratégias e os gaps de competências identificados. Esta análise é realizada anualmente, sendo mapeadas as necessidades de treinamento para os servidores e para os gestores, assim como uma avaliação dos resultados dos treinamentos realizados. É fato que muitas barreiras e desafios ainda precisam ser vencidos com relação à capacitação profissional e a gestão de pessoas no setor público.

5. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado neste trabalho é o estudo de caso descritivo de caráter qualitativo. Conforme salienta Yin (2005), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos e em relação aos quais não se podem manipular comportamentos relevantes. Esta escolha se justifica pela possibilidade de trabalhar várias dimensões da situação e de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (YIN, 2005).

Triviños (1997) acrescenta que o estudo descritivo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Para Vergara (2003) e Yin (2005), o estudo descritivo pressupõe a existência de algum conhecimento preliminar sobre o assunto a ser estudado e tem como propósito essencial descrever como é o caso em estudo.

No que se refere à pesquisa qualitativa, esta tem sido uma tradição nas Ciências Sociais. Para Demo (1985), a pesquisa qualitativa permite estudar o sujeito como um ser social e histórico e entendê-lo em seu sentido mais amplo, levantando questões mais profundas de suas relações. Segundo Minayo (2003), ela "aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações e médias estatísticas" (MINAYO, 2003, p. 22).

A coleta de dados foi realizada por meio de embasamentos bibliográficos, exploratórios e descritivos. Os dados bibliográficos foram coletados no site e no portal de conhecimento do TRE-MG. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite investigar a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Optou-se pela observação sistemática por ser um método que exige do observador um planejamento específico das questões a serem pesquisadas, ou seja, objetivos e propósitos predefinidos, conforme destaca Vergara (2009):

> A observação estruturada tem a capacidade de ajudar a clarificar comportamentos em termos de frequência, duração, forma, sequenciamento de ocorrências, na medida em que o observador decodifique o que está observando. Uma relação prévia de categorias adequadamente elaboradas pode ajudar bastante no processo de decodificação (VERGARA, 2009, p.76).

O público alvo da pesquisa são os gestores e os servidores do TRE-MG que participaram dos cursos EAD sobre gestão de projetos. Ressalta-se que o TRE-MG foi definido como estudo de caso tendo em vista que uma das autoras trabalha na instituição.

6. A EAD NO TRE-MG.

As atividades de EAD do TRE-MG iniciaram-se em 2002, tendo sido realizados até o primeiro semestre de 2013 cerca de 55 projetos entre cursos, vídeo aula e tutoriais para o TRE-MG e o Tribunal Superior Eleitoral

- TSE, além de possuir um portfólio com cerca de 6 mil objetos de estudos, que podem ser editados e utilizados em vários outros projetos.

A equipe de EAD foi montada através de uma parceria da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP e da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI. Cada uma desenvolvia funções distintas, que visavam maior eficiência e eficácia das ações. A SGP gerenciava os cursos, cuidava da divulgação, logística, acompanhamento, certificação e conversão dos conteúdos para web em parceria com os setores responsáveis. A STI era responsável pelo sistema de gerenciamento de conteúdos, no caso, a plataforma educacional *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*, é um software livre, de fácil utilização, empregado para apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o *Learning Management System* (Sistema de gestão da aprendizagem).

Em 2008 criou-se na estrutura organizacional do TRE-MG a SGCON - Seção de Gestão do Conhecimento, que assumiu a responsabilidade pelos cursos da EAD do Tribunal. Em 2008 o TSE aprovou a Resolução 22.692 que estabelece as diretrizes para a implementação da metodologia da EAD no âmbito da Justiça Eleitoral. Nestas diretrizes o TSE reconhece formalmente a utilização dos cursos realizados por meio da EAD nos planos anuais de capacitação, nos cursos de desenvolvimento profissional e nos estudos dos servidores.

Grande parte dos cursos têm como conteudistas os próprios servidores do Tribunal. Quando não há na instituição servidor que conheça sobre o assunto, o conteúdo é terceirizado e os servidores são capacitados para realizarem a tutoria. A tutoria dos cursos é realizada por tutores de conteúdo, de acompanhamento e técnicos. O tutor de conteúdo é o profissional que domina os temas de estudo, orienta e acompanha o desempenho dos alunos durante o curso, responde dúvidas, media fóruns, estimula a motivação, atua como facilitador do processo pedagógico. O Tutor de acompanhamento administra a divulgação e auxilia no registro dos alunos. O tutor técnico responde por questões operacionais da ferramenta e infraestrutura de serviços de informática.

Todo material produzido é testado previamente. A equipe do projeto tem um cuidado especial com o tipo de linguagem, design do curso e os recursos de tecnologia da informação que serão utilizados, de forma que

atenda aos objetivos definidos e agregue valor ao servidor/aluno. Todos os cursos têm, ao final, uma avaliação realizada por todos os alunos e a cada dois anos há uma avaliação geral. Esta é uma condição fundamental para todo e qualquer projeto, garantindo a confiança, eficiência e confiabilidade da metodologia. Kenski, Oliveira e Clementino (2006) defendem a adoção da avaliação como processo colaborativo e formativo que envolva todas as ações desenvolvidas no decorrer do curso. Para Saul (1994), "a avaliação, como a vejo, pode ser uma "grande janela", através da qual podemos entrar e alterar as nossas práticas cotidianas, ou seja, o nosso projeto pedagógico."

7. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

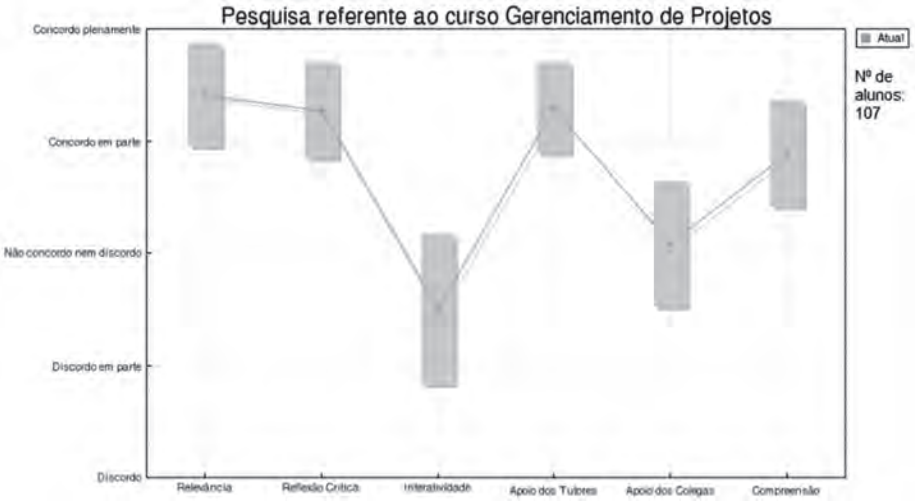
Em 2009 foi ministrado o primeiro curso de gestão de projetos em EAD no TRE-MG, com carga horária de 32 horas aula. Como foi a primeira capacitação em EAD sobre o assunto, as vagas eram destinadas preferencialmente aos gerentes funcionais, cerca de 105 servidores com função de gerência, e aos futuros gerentes de projetos. Devido à demanda, no início de 2010 abriu-se uma nova turma do curso, tendo um total de 177 servidores matriculados. Deste total, 43 alunos não receberam certificados, por não concluírem o curso, outros não realizaram a prova ou não foram aprovados.

Ao final do treinamento os estudantes responderam a uma pesquisa de avaliação do curso na qual foram analisados os seguintes aspectos: relevância do assunto do treinamento para o seu desempenho profissional, reflexão crítica sobre a forma que ele aprende, interatividade com os demais participantes, apoio dos tutores durante o treinamento, apoio dos colegas em relação às ideias expostas nos fóruns e o último aspecto sobre a compreensão do conteúdo e também das mensagens postadas nos fóruns.

Observa-se nos gráficos 1 (turma A) e 2 (turma B) que nas duas turmas, a primeira com 107 alunos matriculados e a segunda com 70, o único tema que apresentou diferença um pouco significativa foi a relevância do conhecimento para as atividades profissionais. Na avaliação da turma B todos concordam que o conteúdo é relevante para suas atividades profissionais. Por outro lado, na turma A alguns concordam em parte com a relevância do conteúdo para as suas atividades. Esta diferença se justifica uma vez que

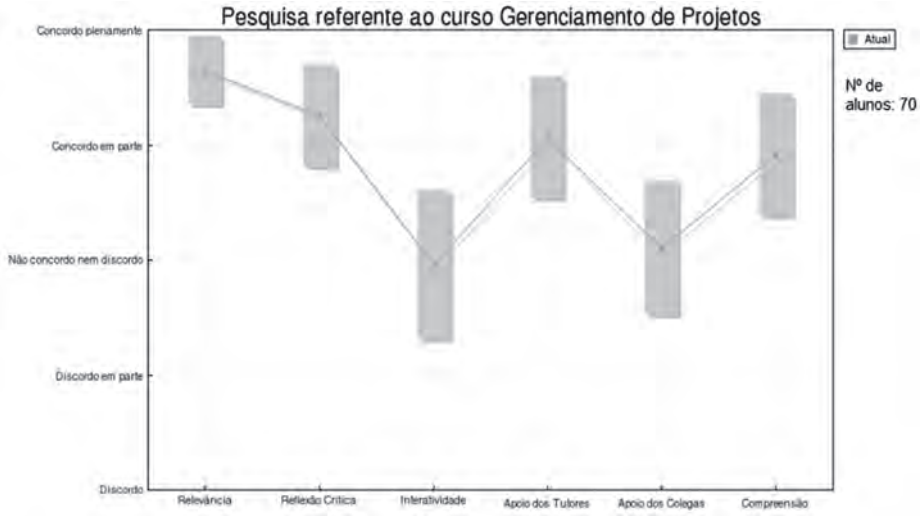
os servidores que participaram da turma B eram na grande maioria detentores de funções, ou seja, gestores.

Gráfico 1- Avaliação do Curso turma A



Fonte: portal do conhecimento do TRE-MG

Gráfico 2- Avaliação do Curso turma B



Fonte: portal do conhecimento do TRE-MG

Em relação ao conteúdo do curso, observou-se que 80% dos servidores consideraram-no relevante para o seu desenvolvimento profissional, que estava bem elaborado e completo como demonstraram alguns depoimentos dos alunos na avaliação:

> "O conteúdo do curso e o modo didático e organizado que foi apresentado tornou possível a compreensão de uma gama muito vasta de informações, que geraram conhecimento. Espero ter sabedoria para usá-lo adequadamente, na atividade profissional e na vida pessoal Achei excelente o curso. O conteúdo é extenso, mas muito rico."
>
> "Achei que o conteúdo é muito rico e de importância fundamental para o trabalho da nossa Coordenadoria de Planejamento de Eleições. Agradeço de coração a oportunidade fornecida a nós, servidores de outros regionais e aproveito para parabenizar o trabalho de vcs. Foi excelente!"

Alguns servidores, apesar de terem considerado o curso relevante, relatam que o conteúdo foi extenso:

> "Achei a carga horária pequena para o tamanho do curso e o excesso de informações que fomos obrigados a assimilar em pouco tempo. Penso que esse curso deveria ter uma carga horária de no mínimo 60 horas."
>
> "Curso bom, porém muito extenso, o que reduziu em parte o estímulo. Pouco tempo livre para aproveitamento (trabalho, biometria, férias e licença)."

Após análise da avaliação do curso, os comentários nos fóruns e o crescimento do número de projetos no tribunal, o escritório de projetos da STI em parceria com a APEG, planejou uma capacitação em médio prazo sobre o assunto. O tema foi dividido em três cursos, sendo o primeiro introdutório, o segundo sobre os processos de gerenciamento de projetos abordando as 10 áreas de conhecimento do PMBOK e o terceiro sobre as

competências do gerente de projetos e questões contextuais de mudança cultural.

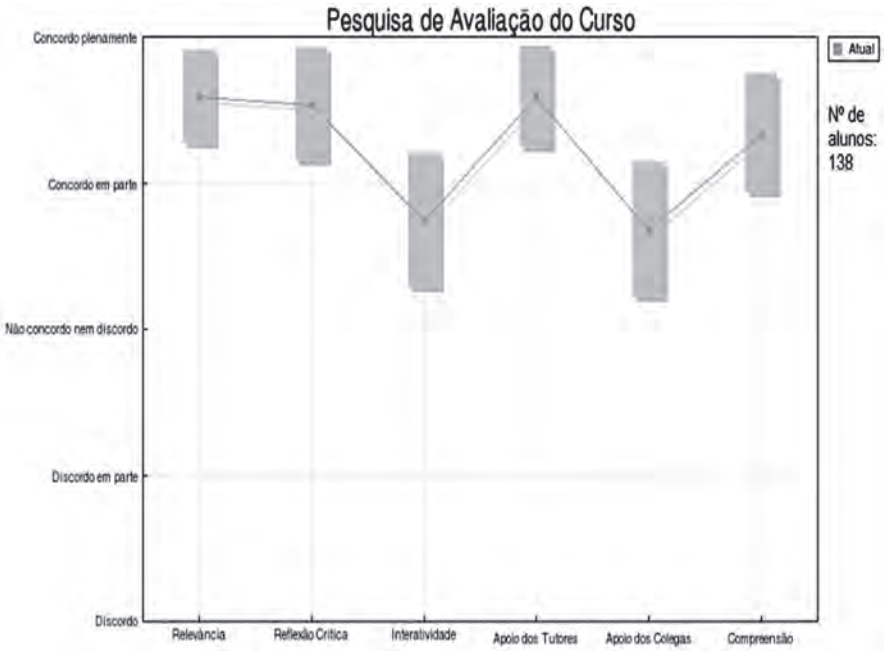
Ressalta-se que o fórum dos cursos foi utilizado pelos conteudistas e tutores como fonte de pesquisa e avaliação para o aperfeiçoamento da capacitação. Batista (2009, citado por Cunha 2013) ilustra bem essa iniciativa:

> (...) o fórum é o instrumento mais adequado para o aprofundamento das reflexões de todos envolvidos no curso. (...) permite a organização do pensamento, enriquecendo-o com referências pertinentes ao tema que está em pauta. As discussões e reflexões geram colaborações, agregam ideias. (...) permite que diversas visões possam ser discutidas paralelamente e seu período de vigência está relacionado aos interesses dos participantes. (BATISTA, 2009, p.40).

De acordo com o planejado, em 2011, foi realizado o segundo curso em EAD sobre gerenciamento de projetos, contemplando somente a parte introdutória na nova formatação do curso, para os servidores que estavam atuando como gerentes de projetos ou membros de equipe de projetos. Desta vez, o curso foi semipresencial, sendo a parte teórica por meio da EAD e a avaliação do conteúdo presencial, uma oficina com ênfase na realidade do tribunal. Foram capacitados 138 servidores. Ressalta-se a participação de servidores de várias áreas do Tribunal, enquanto o curso de 2009/2010 teve maior foco na área de informática, com participação de servidores de outros Tribunais também.

Em relação à pesquisa de avaliação do segundo curso, observa-se no gráfico 3 que os temas relevância, reflexão crítica, apoio dos tutores e compreensão foram avaliados por 100% dos participantes como bons. Isto demonstra a efetividade do curso, assim como a importância de se adequar o conteúdo à realidade social e profissional do aluno. Os temas interatividade e apoio dos colegas ainda precisam ser melhorados.

Gráfico 3- Avaliação do Curso 2011



Fonte: portal do conhecimento do TRE-MG

Este curso teve uma complementação presencial, em que foi desenvolvido um projeto numa reunião de 4 horas de duração. A atividade foi bastante interativa e obteve ótima avaliação por parte dos participantes, conforme depoimentos:

> "O curso foi muito bom especialmente a oficina."
>
> "O curso foi proveitoso e fez-me refletir sobre como existem problemas previsíveis e atípicos na gestão de projetos."

O professor Paulo Freire, ao falar sobre a sua experiência como educador, destaca a importância do professor entrar na sala de aula aberto para aprender com seus alunos, a responder as questões levantadas, ou pesquisar com eles o que está sendo transmitido, gerando assim o seu conhecimento. "Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2007,

p.47). Moran (2002) ressalta que a Educação a Distância não é um "*fast--food*" em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. No segundo curso buscou-se construir o conteúdo de forma mais interativa, nos fóruns e na oficina presencial houve espaço para que o aluno colaborasse com o seu conhecimento, sua vivência e expectativa sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se pelos resultados apresentados no artigo, que a capacitação na área de gerenciamento de projetos por meio da EAD trouxe para os servidores uma visão mais abrangente e qualificada sobre planejamento e gerenciamento em geral; houve um crescimento profissional a partir dos conhecimentos adquiridos sobre gerenciamento de projetos.

Durante a observação notou-se a necessidade dos conteudistas e tutores conhecerem a cultura organizacional da instituição. A importância deste conhecimento é demonstrada pelos alunos nos fóruns e na avaliação do segundo curso onde os servidores destacam o valor do conteúdo para o desempenho das suas atividades, assim como para a adequação do tribunal às mudanças gerencias advindas da modernização da administração pública. Outro ponto a ser destacado é a questão da abrangência, o número de servidores, uma vez que na EAD consegue-se capacitar maior quantidade de pessoas. Também a questão do reconhecimento da competência dos servidores, visto que os conteudistas e tutores do curso de gerenciamento de projetos são servidores do Tribunal. Por conseguinte, há economia de recursos públicos, pois os cursos são realizados pelos servidores do quadro da instituição.

A análise das avaliações e comentários dos alunos que participaram do primeiro EAD foi fundamental para o aprimoramento do conteúdo e da forma de abordagem do segundo curso. As principais alterações foram em relação a extensão do conteúdo, um dos pontos que mais se destacou nas avaliações, e as chamadas para os fóruns. Nos fóruns do segundo curso os tutores convidaram os servidores a compartilhar com os colegas a sua

experiência com projetos, na vida ou no trabalho, atingindo assim uma abordagem mais próxima da vivência dos alunos.

Em relação ao complemento presencial, verificou-se um resultado muito positivo para aqueles que puderam estar presentes, trazendo interação e vivência prática na condução de projeto. A contrapartida é que esta forma complementar ainda não atinge os servidores remotos, localizados em diferentes municípios. Seria necessário o desenvolvimento de atividades colaborativas que, com os recursos de telepresença, videoconferência e afins, permitisse a participação de pessoas em localidades diversas.

Outro ponto a ser observado, é a necessidade de continuidade e evolução do processo, uma vez que as evidências objetivas em relação à efetividade dos projetos desenvolvidos ainda são escassas. Conseguiu-se uma aceitação e entendimento inicial do assunto, com a padronização da linguagem e reconhecimento da necessidade de melhorar a gestão de projetos. Entretanto, restam os módulos mais avançados a serem ministrados, de forma a capacitar operacionalmente os gestores na prática de projetos bem sucedidos.

Com 39,3% dos servidores capacitados em gestão de projetos, por meio da EAD, os setores e gerentes funcionais vêm adotando esta metodologia nos processos de trabalho. A gestão por projetos define uma forma diferente de se atuar em equipe, uma vez que a liderança, a execução e o controle de projetos necessitam de habilidades, técnicas e métodos específicos para se alcançar determinado resultado. Visto dessa forma, é uma estratégia que colabora também com outros fundamentos, tais como: planejamento, valorização da capacitação gerencial, desenvolvimento de pessoas, gestão da informação e descentralização.

Entende-se que a capacitação por meio da EAD é avaliada pelos servidores do tribunal como uma modalidade eficiente, criativa e inovadora no processo de ensino aprendizagem. E que esta forma de "aprender" veio para ficar.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G.S. **Educação a Distância: o estado da arte e o futuro necessário.** Revista do Serviço Público. Brasília 58 (3): 351-374. Julho/Set.

2007. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2492. Acesso em 01. Set. 2013.

AURÉLIO. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2004.

BERNARDO, V. **Educação a distância: fundamentos**. Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm# INTRODUÇÃO>. Acesso em: 05 jul. 2013

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm. Acesso em 01. Set. 2013.

CASTRO, M. N; FERREIRA, L.D.V. TD&E a distância: múltiplas mídias e clientelas. In: Jairo E. Borges-Andrade; Gardênia da Silva Abbad; Luciana Mourão. (Org). Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, p.322-339, 2008.

ANDRADE-BORGES, J. E et.al. **Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas**. Bookman, Porto Alegre, 2008.

CUNHA, V. G. R.O. TELEDUC nos Cursos de Formação de Coordenadores Regionais **Pedagógicos e Preceptores em Cursos de Graduação a Distância**. Revista Científica de Educação a Distância. Vol.5 – Número 8 –JUL.2013- ISSN 1982-6109

DELFINO, N. et al. **A Educação a Distância para Otimização dos Programas de Capacitação: O Caso dos Servidores Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.** XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 2011.

DEMO, G. **Políticas de Gestão de Pessoas, Valores Pessoais e Justiça Organizacional**. RAM, Revista de Administração Mackenzie. V.11, nº 5. São Paulo. Set/Out. 2010.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1985, 118p.

DINSMORE, P.C; CAVALIERI, A e Organizadores. **Como se tornar um Profissional em Gerenciamento de Projetos**. Rio de Janeiro. Editora Qualitymark, 4ª edição, 2011.

FIDELIS, G.J. **Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas e Carreira. Uma abordagem na Educação Corporativa**. Rio de Janeiro. Editora Qualitymark, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, I, A; BORGES-ANDRADE, J.E; ABBAD, G.S e PILATI, R. **Medidas de impacto de TD&E no trabalho e nas organizações.**

ANDRADE-BORGES, J. E et.al. **Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas**. Bookman, Porto Alegre, 2008.

GIL, A. C. COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA. 4. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2002.

KENSKI, V. **Gestão e uso das mídias em projetos de Educação a Distância.** Revista E-Curriculum. São Paulo, n.1, v.1, dez. 2005. Disponível em:<http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em: 09 agos. 2013.

KENSKI, V.M.; OLIVEIRA, G. P. ; CLEMENTINO, A. **Avaliação em movimento: estratégias formativas em cursos *online*.** In: SILVA, Marco; SANTOS, Edméa (Orgs.). Avaliação da aprendizagem em educação *online*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 79-108.

KERZNER, H. **Gestão de projetos: as melhores práticas**.Porto Alegre: Bookman, 2. ed 2006.

LOPES, R. O. A; SBRAGIA, R.**Contrato Psicológico e a Gestão de Projetos como Competência Essencial das Organizações.** Revista Mundo Project Management. Ano 9, nº 50, Abr/Maio 2013.

MICHAELIS DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ON-LINE. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/. Acesso em 22 de ago.2013.

MINAYO, M.C.S; et al. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE**. 22. ED. Petrópolis: ED. Vozes, 2003.

MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. Disponível em: <https://moodle.org/>. Acesso em : 22 de ago. 2013

MORAN, J. M**. O que é educação a distância.** CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, 2002

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTO (PMI). **A Guide to the-Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide)**. PMI. 5ª Edição. 2012.

SAUL, Ana Maria Avela. ***A avaliação educacional***. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p061-068_c.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2013.

SARTORI, A. S. **A Interlocução entre o desenho pedagógico e as TIC na modalidade educacional a distância.** V Encontro de Núcleos de Pesquisa. XXVIII, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1997

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. Portal do Conhecimento. Disponível em http://rmgstre03.tre- mg.gov.br/ead/moodle/file.php/1/resultados/cursos/resultados_cursos_2011.html. Acesso em: 05. ago.2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Site institucional**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/internet/index.html. Acesso em: 08. Jul. 2013.

VARGAS, R.V. **Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais competitivos**. Rio de Janeiro. Editora Brasport, 7ª. 2009.

VERGARA, S.C . **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 4ª ed. São Pauo: Atlas,2003.

VERGARA, S. C . **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O curso de direito na educação à distância e a sua não aprovação no Brasil

José Alexandre Da Silva Luiz

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário da Cidade (2005). Atualmente é professor (instrutor educacional) - SENAC e professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Tributário.

http://lattes.cnpq.br/2794809718516249

RESUMO

O presente projeto de pesquisa intenciona a confecção de um artigo que irá analisar o Ensino à Distância (EaD) nos cursos de Direito no território brasileiro. Partindo da análise da possibilidade do curso em Direito em EaD nas universidades públicas e privadas do Brasil. A Educação à Distância (EaD) está em crescente expansão no Brasil em virtude das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial, a internet. A EaD tornou-se o novo modelo de educação do ensino superior, presente hoje em todo território brasileiro em diversas instituições de ensino, tanto públicas como privadas. O cenário é otimista, já que os benefícios deste sistema de aprendizagem são inúmeros. A Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) tem causado impedimento à expansão dos cursos que facilitem a graduação em direito para que priorizem a qualidade do ensino. Destarte, na espécie, a rigidez de aprovação de um projeto pedagógico de ensino do direito na modalidade à distância não decorre de sua impossibilidade, mas pela necessidade de compatibilidade destes projetos com as exigências de um curso à distância. Nessa esteira, já que os cursos de graduação não são consolidados, os cursos de pós-graduação lato sensu na área jurídica vêm se consolidando e se popularizando, pois é imperioso ao operador do direito manter-se atualizado. Busca-se neste estudo compreender as vantagens do ensino à distância, bem como identificar as condições necessárias para que se tenha um ensino eficiente e de qualidade.

Palavras-chaves: Educação à Distância; Curso de Direito; Projeto Pedagógico de Curso; Ciências jurídicas; Diretrizes Curriculares; Oferta e Viabilidade; Qualidade de Ensino.

ABSTRACT

This research project intends to create an article that will analyze Distance Learning (EaD) in Law courses in the Brazilian territory. Starting from the analysis of the possibility of the course in Law in EaD in the public and private universities of Brazil. Distance Education (EaD) is growing in Brazil due to new information and communication technologies, especially the internet. EaD has become the new model of higher education education, present in all Brazilian territory in several educational institutions, both public and private. The scenario is optimistic, since the benefits of this learning system are numerous. The Legal Teaching Commission of the Federal Council of the Brazilian Bar Association (CFOAB) has impeded the expansion of courses that facilitate the graduation in law to prioritize the quality of teaching. Thus, in the species, the rigidity of approval of a pedagogical project of teaching the law in the distance modality does not stem from its impossibility, but from the necessity of compatibility of these projects with the requirements of a distance course. In this wake, since undergraduate courses are not consolidated, lato sensu postgraduate courses in the legal area have been consolidating and becoming popular, as it is imperative for the operator of the law to keep up to date. The aim of this study is to understand the advantages of distance education, as well as to identify the conditions necessary for efficient and quality education.

Keywords: Distance Education; Law course; Pedagogical Course Project; Legal sciences; Curricular Guidelines; Offer and Feasibility; Teaching quality.

INTRODUÇÃO

A EaD é vista por muitos teóricos como uma forma de democratização do ensino. Entretanto, só se efetivará se for capaz de incorporar referências que superem os modelos arbitrários de transmissão de informações; representando, indubitavelmente, um meio para o ingresso ao ensino superior de pessoas que, pelas suas ocupações ou pela distância em que se encontrem dos centros educacionais, não têm condições de frequentá-los presencialmente.

Com a promulgação da Lei Federal n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Educação a Distância (EaD) foi legalmente prevista como modalidade educacional. Conforme o art. 1º do Decreto 5.622/05 (atual regulamento da Educação a Distância), EaD caracteriza-se como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

No Decreto 5.622/05, ficou estabelecida a política de qualidade nos variados aspectos ligados à modalidade de educação a distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação.

Destaquem-se os tópicos relevantes deste Decreto: a) a caracterização de EaD visando instruir os sistemas de ensino; b) o estabelecimento de preponderância da avaliação presencial dos estudantes em relação às avaliações feitas a distância; c) maior explicitação de critérios para o credenciamento no documento do plano de desenvolvimento institucional (PDI), principalmente em relação aos polos descentralizados de atendimento ao estudante; d) mecanismos para coibir abusos, como a oferta desmesurada do número de vagas na educação superior, desvinculada da previsão de condições adequadas; e) permissão de estabelecimento de regime de colaboração e cooperação entre os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional de Educação e diferentes esferas administrativas para: troca de informações; supervisão compartilhada; unificação de normas; padronização de procedimentos e articulação de agentes; f) previsão do atendimento de pessoa com deficiência e g) institucionalização de documento oficial com Referenciais de Qualidade para a educação a distância.

A oferta de cursos de graduação, quaisquer que sejam a modalidade, primeiramente deverão ser precedidas do pedido de autorização através da elaboração de Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em que deve constar o contexto da instituição, os objetivos da instituição, objetivo do curso, o perfil do ingressante e do egresso, carga horária, dentre outros itens.

Porém, vale frisar que o projeto do curso deve estar em consonância com as diretrizes dos cursos de graduação de cada área específica.

Tem-se discutido muito sobre a conveniência da autorização de criação dos Cursos de Direito na modalidade à distância, principalmente dada a recente multiplicação desordenada de cursos jurídicos. Inclusive o CFOAB já se manifestou pela inexistência de necessidade ou relevância social para a criação de novos cursos de Graduação em Direito, qualquer que seja a modalidade - presencial ou à distância. Tal justificativa adveio de uma alegada crise nacional de ensino de baixa qualidade e do acúmulo de incontáveis autorizações de abertura do referido curso em trâmite no Ministério de Educação.

Para que aconteça a possibilidade de criação de cursos de direito em EaD, os operadores do direito precisam ter comprometimento e seriedade, posto que não há a cobrança de presença física em sala de aula. A maneira (concentrada ou displicente) de assistir às aulas é de responsabilidade dos mesmos.

O aperfeiçoamento via internet é uma ótima oportunidade já que os mesmos estão bem familiarizados com a web face às indispensáveis consultas jurisprudências e acompanhamentos processuais on-line, bem como aos peticionamentos eletrônicos, os chamados PJe. Dessa forma, o fato do aluno assistir às aulas onde e quando lhe convier é uma das maiores vantagens. Assim, o discente pode conciliar a jornada de trabalho e os momentos sociais de tal forma que não inviabilize seus estudos. Ainda, é preciso que a instituição de ensino tenha uma excelente proposta pedagógica e um corpo docente especificamente capacitado para essa modalidade de ensino.

DESENVOLVIMENTO

1. DA PREVISÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AS TICS

A Educação a Distância encontra-se prevista no art. 80 da Lei n. 9.394/96, nos seguintes termos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de **ensino a distância**, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Esse dispositivo legal está atualmente regulamentado pelo Decreto n. 5.622/05, que assim dispõe:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

...

V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

...

c) de especialização:

Ainda, conforme o art. 9º desse Decreto, a EaD será autorizada pelo MEC através de credenciamento.

Art. 9º **O ato de credenciamento** para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, **poderão solicitar credenciamento institucional**, para a oferta de cursos ou programas a distância de:

I - especialização;

Por outro turno, e de acordo com os arts. 1º e 6º da Resolução 1º do Conselho Nacional de Educação de 08 de junho de 2007, que estabelece as normas para pós-graduação lato sensu em nível de especialização, os cursos a distância independem de autorização se a instituição superior já for credenciada pela União, in verbis:

Art. 1° Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas **independem de autorização**, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução. (grifo nosso)

Art. 6º Os cursos de pós-graduação lato sensu a distância **somente poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União**, conforme o disposto no § 1° do art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Visto as normas mais importantes que regem a matéria, é preciso compreender que a viabilidade da EaD está assentada nas chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Estas, portanto, representam a:

Expressão ou termo mais genérico para as Novas Tecnologias TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação), correspondendo às novas mídias e aos avanços tecnológicos na área da informática. [...] A grande expressão do conhecimento tecnológico atual é representada por dois elementos:

1. Tecnologia de Comunicações - a eletrônica, a comunicação por satélite, a telefonia;

2. Desenvolvimento da Informática, o processo de tratamento de dados e informações por computadores (máquinas processadoras de dados, eletrônicas e de incrível rapidez).

Desta forma, as TICs acrescentam uma excepcional dinamização na relação ensino aprendizagem, e nesse contexto a internet transformou sensivelmente essa relação. Aos poucos, as velhas práticas de ensino presencial serão suplantadas pelas instigantes ferramentas que só a web dispõe.

Conforme o Referencial de Qualidade da Educação para EaD do Ministério da Educação, tem-se acerca das TICs que:

Não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada, bem como a definição dos momentos presenciais necessários e obrigatórios, previstos em lei, estágios supervisionados, práticas em laboratórios de ensino, trabalhos de conclusão de curso, quando for o caso, tutorias presenciais nos pólos descentralizados de apoio presencial e outras estratégias.

Tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e estudantes.

Portanto, as TICs possibilitam a construção de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que se traduz numa sala de aula virtual cujo acesso se dá pela web. Nesse ciberespaço, são possíveis inúmeras formas de integração e integração entre professores e alunos dado a versatilidade e amplitude da internet.

2. OS BENEFÍCIOS DA EDUACAÇÃO À DISTÂNCIA VIA INTERNET

Não há dúvidas de que a sociedade está imersa na era digital, onde a noção de espaço e tempo adquiriu outra dimensão. A comunicação flui mais rápida e com mais interatividade, dessa forma a "linguagem web – a hipermídia – permite a incorporação de hipertextos, gráficos, sons, imagens, animações. Tudo isso torna a comunicação extremamente dinâmica" (DIAS e LEITE, 2012, p. 34).

Além disto, há forte crítica a presença obrigatória do aluno em sala de aula, pois "a sala de aula tradicional é o locus de homogeneização: alunos enfileirados, assistindo a mesma aula, realizando a mesma prova num mesmo tempo e espaço". O que mais importa não é o espaço físico "mas a dinâmica da prática pedagógica que é desencadeada", bem como a presença física "por si só não garante a tão almejada interação professor - aluno - aluno" (DIAS e LEITE, 2012, p. 33, 48 e 116).

Umas dos maiores benefícios da EaD repousa na flexibilização de horário, pois o discente faz seu próprio planejamento. Isto imprime agilidade, pois boa parte dos bacharéis são trabalhadores, além do mais afasta a necessidade de deslocamento no trânsito caótico das cidades, inclusive as interioranas. Há, via EaD, aproximação das regiões mais afastadas aos grandes centros de ensino e produção jurídicos das capitais do país, p.ex. Recife, São Paulo, Brasília, Belo Horizontes, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Observa-se que a EaD não apenas amplia oportunidades para indivíduos "confinados" pelo espaço ou pela agenda social, isto é, pelos seus ritmos de vida e trabalho. [...] Desse modo, ela amplia o poder de fogo da educação, em sentido geral, como fator de desenvolvimento. Ela é uma arma a mais – e uma arma de considerável alcance, que muda o caráter da "guerra", como o avião no meio do século (MORAES, 2010, p. 13).

Além do mais, há outro diferencial na EaD: trata-se da existência de meios de comunicação síncrona (em tempo real, p.ex. chats) e assíncrona (em tempos distintos, p.ex. fóruns e e-mails), os quais permitem a interação, reflexão e diálogo ágil entre professores e alunos.

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos devem ser oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de telecomunicação (telefone, fax, correio eletrônico, videoconferência, fórum de debate pela Internet, ambientes virtuais de aprendizagem, etc.), promovendo uma interação que permita uma maior integração entre professores, tutores e estudantes.

A maturidade do alunado que busca se especializar é um importante facilitador para EaD. Eles estão ávidos a resolver casos práticos em que sejam instados a propugnar soluções jurídicas adequadas, além de aperfeiçoar sua base teórica através da dialética e da crítica, afinal já passaram cinco anos na graduação. Na lição de Guimarães (2010, p. 99), o novo perfil do profissional do direito não está mais junto ao positivismo jurídico exacerbado incapaz de refletir a vida do direito, logo da própria sociedade.

Além disso, para Dias e Leite (2012, p. 70), o aprendiz da EaD apresenta as seguintes características:

É autodiretivo (o que facilita sua adaptação ao estudo independente, sua autoformação); possuidor de uma rica experiência (que pode e deve ser aproveitada como base para a construção de novos conhecimentos), e busca na aprendizagem uma orientação mais prática, voltadas para suas necessidades mais imediatas.

Somando-se aos expostos acima, a EaD franqueia o acesso a professores titulados doutores e especialistas em determinada aérea do saber jurídico, traduzindo-se num excelente benefício, principalmente para os advogados que labutam em cidades interioranas desprovidas Instituições de Ensino Superior e de cursos de especialização.

Por último, sem esgotar os benefícios do ensino virtual, as atividades a distância forçam o estudante a pesquisar na legislação, doutrina e jurisprudência, desenvolvendo a imprescindível capacidade de pesquisa.

3. DAS CONDIÇÕES ESSENCIAIS A EAD

Em primeiro lugar, inúmeros são os pressupostos de uma qualidade de Educação a Distância, mas este estudo discorrerá sobre alguns. Nesse objetivo, o baixo o acesso à internet rápida e de qualidade - por boa parte

da população brasileira -, ainda é um fator desestimulador à expansão da EaD.

Além do mais, no que cerca à educação jurídica a distância, há forte preconceito entre os juristas. Isto se dá em virtude da péssima qualidade no ensino jurídico presencial que vem sendo ofertado atualmente no país, o que muitos chamam de um verdadeiro "estelionato educacional".

Há no Brasil, mais de setecentos e trinta mil advogados, existindo ao lado um milhão de bacharéis, aproximadamente, reprovados no exame de estado ou não submetidos a tal aferição.

Brasília – O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciaram nesta sexta-feira (22) o fim da concessão indiscriminada de autorizações para o funcionamento de cursos de Direito e o congelamento de 25 mil vagas até que seja definido o novo marco regulatório do ensino jurídico no País. [...]

A medida foi prontamente aplaudida pelo presidente Marcus Vinicius [..]. "A realidade hoje dos cursos de Direito indica um estelionato educacional com nossos jovens, cursos sem qualificação, além de estágios que são verdadeiros simulacros, que não capacitam para o exercício da profissão. Esse acordo é uma resposta efetiva a esse verdadeiro balcão de negócios", disse ele, após a assinatura do termo de cooperação.

MEC e OAB se referiram à oferta de cursos de baixa qualidade como algo próximo a um "estelionato". [...] "Em 20 anos, passamos de 200 cursos de direito para 1.200. Seria humanamente impossível ter uma expansão como esta com qualidade", afirmou Marcus Vinicius Furtado Coelho, presidente da OAB.

Fora a mercantilização do ensino superior jurídico cujo motivo não é foco deste breve estudo, outro ponto a se pensado é o papel do professorado no contexto da tecnologia para que se possa atingir a qualidade no curso a distância. Nessa linha, Lévy (1999), citado por Dias e Leite (2012, p. 65), traz com muita propriedade esta nova função do professor.

Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento, o professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos que estão a seu encargo. Sua atividade será centrada no

acompanhamento e na gestão das aprendizagens: o incitamento à troca dos saberes, a mediação racional e simbólica, a pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem etc.

Por óbvio, o professor continua sendo indispensável, porém não como detentor ou mero transmissor do conhecimento, mas como parceiro do estudante. Nessa sintonia, Melo Filho (1986, p. 92), citado por Guimarães (2010, p. 106), refere-se às novas didáticas no ensino do direito que devem permitir o diálogo e debatas no encaminhamento dos problemas e questões [...] Dessa forma, na atualidade, é inadmissível o método expositivo, onde o professor raciocina unilateralmente em voz alta [...], aponta a solução "única", "definitiva" e "verdadeira", num atentado à inteligência e capacidade dos estudantes, esquecendo, igualmente que, na comunicação educacional moderna, os alunos são sujeitos e não objeto da aprendizagem.

Ainda nessa intelecção do novo professor no âmbito da EaD, Kenski (2012, p. 90 e 148) pontua:

O professor, em um mundo de rede, é um incansável pesquisador. Um profissional que se reinventa a cada dia, que aceita os desafios a imprevisibilidade da época para se aprimorar cada vez mais. Que procura conhecer-se para definir seus caminhos, a cada instante. [...]

O professor (ou equipe) constrói, articula e viabiliza estruturalmente o curso e precisa atuar como coordenador, o tempo todo, para manter o curso vivo e animado. Propor tarefas, definir leituras, enfim, manter o "motor" aquecido e funcionando, essa é mais uma tarefa para o professor/arquiteto.

Também é preciso compreender que não se pode reproduzir na EaD a mesma didática tradicional do presencial, pois pode-se até trazer algo novo, que é ensino via internet, quebrando barreiras geográficas, mas sem qualquer mudanças nas concepção de ensino e de aprendizagem. Nas palavras do ex - Ministro da Educação, Fernando Haddad: "Se zelarmos pela educação a distância, será possível criar um paradigma de qualidade nessa modalidade, respeitada em todo o mundo [...] a modalidade a distância ajuda a ampliar e democratizar o acesso à educação superior...".

Também obstaculiza o acesso às especializações a distancia o elevado custo para o padrão da sociedade brasileira, já que 3, 4 ou 5 mil reais, em

média, ainda é dispendioso. Mas, a tendência é diminuir quando a demanda aumentar, sem prescindir é claro da qualidade – é o que se espera.

Ainda, é preciso que haja professores tutores/orientadores em número suficiente (100 alunos por professor é surreal e acintoso), caso contrário será impossível uma orientação minimamente decente. Nesse raciocínio, Dias e Leite (2012, p.43) obtemperam que essa desproporção compromete a qualidade do curso.

Soma-se a isto, o texto do material didático, que poderá ser impresso pelo aluno para seus estudos ou na consulta quando da avaliação (se permitido), deve dialogar (linguagem mais conversacional, agradável) com o mesmo, já que o discente está sozinho (DIAS e LEITE, 2012, p. 84).

Nesse sentido de diálogo, os materiais didáticos devem ser "estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do estudante desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento". Não se pode olvidar que a "produção, a seleção e a organização de textos para a EAD devem estar atrelados ao projeto político pedagógico do curso que se quer desenvolver" (PETRI, 2005, p. 190).

É necessário envidar ênfase em prática advocatícia na especialização, uma vez que apenas a exposição da teoria, sem a práxis jurídica, desvirtua a boa formação do advogado. Ao citar San Tiago Dantas (1955, p. 475), Guimarães (2010, p. 101) reproduz a pertinente e atualíssima observação daquele autor quanto à necessidade do aluno do curso de direito estar em contato com casos práticos.

No ensino casuístico o aluno não é um ouvinte que precisa dizer ao menos duas vezes por ano que assimilou as preleções da cátedra: é um participante ativo, que tem a palavra desde o primeiro dia, que discute, colabora, investiga as fontes e apresenta os seus estudos, dando do seu aproveitamento muitos testemunhos.

Outro aspecto importante é de que haja eficiente supervisão do MEC nos cursos de especialização, a fim de desautorizar as instituições de ensino descompromissadas com a educação.

Por último, mas despretensioso em esvair as condições necessária a boa EaD, é preciso que as avaliações de desempenho do aluno (a legislação da EaD obriga exames presenciais) seja seriamente aplicadas, não apenas com

os fins regulatórios (atribuir uma nota ao aluno na disciplina), mas também educacionais (conhecer as facilidades e dificuldades na relação ensino e aprendizagem). Nesse raciocínio, Dias e Leite (2012, p. 76) citam Moore e Kearsley (2007).

O sucesso de toda iniciativa em EAD depende de um sistema eficaz de monitoramento e avaliação, pois estes procedimentos é que darão pistas sobre as dificuldades dos alunos. Para esses autores são três as características de um bom sistema de ensino a distância: especificação preliminar de objetivos de aprendizagem, elaboração e gerenciamento dos trabalhos apresentados pelos alunos – as tarefas – e, finalmente, boa qualidade na coleta de dados e sistema de relatórios.

4. OFERTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO E SUAS DIRETRIZES CURRICULARES

A organização do Curso de Graduação em Direito, observa as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas na Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004 – CNE, se expressa através do seu Projeto Pedagógico do Curso. Além da clara concepção do curso de Direito, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais (art. 2º, § 1º):

"I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão obrigatória do Trabalho de Curso."

Nos casos do curso de Direito, deverão ser atendidas as diretrizes curriculares e conteúdos mínimos do curso jurídico, assim fixadas pelo CNE através dessa mesma Resolução, merecendo destaque as seguintes orientações:

Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber,

abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Direito estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio Supervisionado será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais,

importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES, para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Curso.

Art. 9º. As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, interna e externa, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas Instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos.

Parágrafo único. As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por Conselho competente, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 11 A duração e carga horária dos cursos de graduação serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Vale ressaltar que por força do § 2º do art. 1º da Portaria MEC nº 4.059/2004, o curso jurídico será ministrado no mínimo de 3.700 horas de atividades, cuja integralização se fará no mínimo em cinco anos letivos, está permitido e autorizado que 20% (vinte por cento) da carga horária total dos tradicionais cursos de Direito presenciais - recém fixada em um mínimo de 3.700 horas (Resolução CNE/CES nº 2, de 18.06.2007). Poderão ser cumpridas com a oferta de atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem na modalidade semipresencial (centradas na autoaprendizagem e com a utilização de tecnologias de comunicação remota), envolvendo, necessariamente, encontros e avaliações presenciais e atividades de tutoria. Ou seja, até 20% da carga horária total dos atuais cursos de graduação presenciais podem ser dados sob a forma semipresencial, estimulando e possibilitando a efetiva adoção de metodologias próprias e ferramentas típicas de EAD na Graduação.

Procedimentos e critérios para manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico acerca de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas para o curso de graduação em Direito:

O art. 23, II do Decreto nº 5.622/2005, tendo em vista a prerrogativa legal do disposto do artigo 83 do Estatuto da Advocacia, dispõe que a criação e autorização de cursos de graduação a distância deverá ser submetida ao CFOAB, assinalando-se no § único do referido art. 23 que serão "consideradas as especificidades da modalidade de educação à distância'', adotando-se procedimento análogo ao utilizar para os cursos presenciais, nos termos da legislação vigente.

No âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os procedimentos e critérios para manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico (CNEJ) acerca da autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas para o curso de graduação em Direito, são regulamentados pela Instrução Normativa nº 1/2008, que consolidou o Decreto n. 5.773/2006 e as Portarias Normativas MEC n. 40/2007 e 1.874/2005.

1.1.1. Dos critérios da manifestação opinativa:

Nos termos do § 2º do art. 83 do Regulamento Geral da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, acrescido pela Resolução nº 3/2009 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil,

"os processos de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas de cursos de graduação em Direito serão instruídos, no âmbito da CNEJ do CFOAB, com os dados transmitidos pelo Sistema Eletrônico de Fluxo de Trabalho e Gerenciamento de Informações Relativas aos Processos de Regulação da Educação Superior no Sistema Federal de Educação do MEC e com a manifestação do Conselho Seccional da OAB cuja área de atuação situar-se a Instituição de Ensino Superior interessada, o qual deverá opinar sobre os seguintes aspectos: a) verossimilhança do projeto pedagógico do curso, em face da realidade local; b) a necessidade social da criação do curso, aferida em função dos critérios estabelecidos pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal; c) situação geográfica do município sede do curso, com indicação de sua população e das condições de desenvolvimento cultural e econômico que apresente, bem como da distância em relação ao município mais próximo onde haja curso jurídico; d) as condições atuais das instalações físicas destinadas ao funcionamento do curso; e e) a existência de biblioteca com acervo adequado, a que tenham acesso direto os estudantes."

2.3.1. Dos critérios para autorização

O art. 7º da Instrução Normativa n. 1/2008 estabeleceu critérios a serem adotados pelo CNEJ, que ao receber os pedidos de autorização de cursos de graduação em Direito, realizará uma análise observando as orientações do Relatório Final do Grupo de Trabalho MEC-OAB, da Resolução n. 09/2004 CES/CNE, do Decreto 5.773/2006 e da Portaria Normativa n. 40/2007, bem como considerar os seguintes dados, cuja comprovação será de exclusiva responsabilidade da Instituição de Ensino Superior interessada:

I. População do Município, indicada pelo IBGE - que não poderá ser inferior a 100 mil habitantes, levando-se em conta a proporção máxima de 100 vagas iniciais anuais para cada 100 mil habitantes;

II. Cursos de graduação em Direito existentes no Município, com as respectivas vagas anuais; III. Órgãos ou entidades que possam absorver estagiários;

IV. Qualificação do corpo docente, regime de trabalho e plano de carreira e de capacitação;

V. Qualidade da organização didático-pedagógica, incluindo ensino, pesquisa, extensão, estágio e número máximo de alunos por turma;

VI. Infra-estrutura destinada ao curso, acervo bibliográfico disponível (30% do total mínimo exigível) e plano de aquisição da complementação bibliográfica mínima, além de instalações do Núcleo de Prática Jurídica.

O requisito da necessidade social, poderá ser excepcional quando se tratar de projeto de curso diferenciado e de evidente alta qualificação. Considerando-se para esta categorização, dentre outros, o art. 8º da Instrução Normativa estabeleceu os seguintes indicadores e critérios objetivos de avaliação:

I. Indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) Com titulação em nível de pós graduação stricto sensu; b) Contratados em regime de trabalho que assegure, preferencialmente, dedicação plena ao curso; e c) Com experiência docente em Instituição de Ensino Superior autorizada ou reconhecida.

II. Qualidade do acervo bibliográfico atualizado, comprovadamente adquirido em nome da Instituição de Ensino Superior;

III. Qualidade da estrutura curricular e sua adequação à legislação vigente;

IV. Implementação dos Núcleos de Pesquisa (incluindo a orientação a monografia) e de Extensão;

V. Remuneração do corpo docente igual ou acima da comprovada média praticada na região;

VI. Número reduzido de vagas pretendidas e dimensão das turmas limitadas ao máximo de 40 (quarenta) alunos;

VII. Instalação adequada destinada ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e recursos materiais e humanos previstos para o seu funcionamento; VIII. Laboratório de informática jurídica.

1.1.2. Dos critérios para reconhecimento e renovação de reconhecimento

Nos pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação em Direito encaminhados à CNEJ, dispõe o art. 9º da Instrução Normativa n. 1/2008 que além dos indicadores do Relatório Final do Grupo de Trabalho MEC-OAB, da Resolução n. 09/2004 CES/CNE, do Decreto 5.773/2006 e da Portaria Normativa n. 40/2007, será considerada a implantação definitiva ou efetivo funcionamento:

I. Da totalidade das instalações indicadas ou constantes do projeto de autorização do curso;

II. Do Núcleo de Prática Jurídica, em instalações próprias e adequadas e com recursos materiais e humanos suficientes;

III. Do acervo bibliográfico satisfatório e atualizado, incluindo-se periódicos;

IV. Da efetiva regulamentação e cumprimento da carga horária das atividades complementares;

V. Da sistemática e controle das atividades destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso;

VI. Do plano de carreira docente, respectivos programas de capacitação e níveis salariais efetivamente praticados;

VII. Dos programas de pesquisa e extensão e sua articulação com as atividades de ensino.

Ainda, serão considerados, no que couberem, os critérios para autorização de cursos, bem como serão avaliados e considerados os elementos constantes do Relatório de Verificação in loco do MEC e Conselho Seccional da OAB respectivo. Quando se tratar de renovação de reconhecimento será obrigatoriamente considerado o desempenho dos alunos oriundos da IES nos Exames de Ordem realizados na localidade.

1.1.3. Dos critérios para aumento de vagas

Para os pedidos de aumento de vagas dos cursos de graduação em Direito encaminhados à CNEJ, além dos indicadores do Relatório Final do

Grupo de Trabalho MECOAB, da Resolução n. 09/2004-CES/CNE, do Decreto 5.773/2006 e da Portaria Normativa n. 40/2007, serão considerados os critérios do disposto no art. 10º da Instrução Normativa n. 1/2008:

I. O número de Instituições de Ensino Superior (IES) que ministram curso de graduação em Direito no Município, bem como o número de vagas ofertadas;

II. A população do Município, indicada pelo IBGE, e a comprovação da necessidade social para o aumento pretendido, em face da proporção - população do Município, indicada pelo IBGE - que não poderá ser inferior a 100 mil habitantes levando-se em conta a proporção máxima de 100 vagas iniciais anuais para cada 100 mil habitantes;

III. A comprovação do quantitativo de candidatos por vaga nos processos seletivos ou vestibulares;

IV. A relação de alunos matriculados no curso e o número de evasão existente, quando for o caso;

V. A comprovação do quantitativo do acervo bibliográfico;

VI. O corpo docente integrado de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de Mestres e Doutores, com regime de contratação diferenciado do modelo horista;

VII. O curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou Conselho Estadual de Educação.

5. REFLEXÕES SOBRE A VIABILIDADE DA OFERTA DO CURSO DE DIREITO À DISTÂNCIA

Na última década, o ensino EaD tem crescido vertiginosamente no âmbito nacional, cerca de 6 milhões de estudantes matriculados conforme Censo EaD. BR 2013/2014 divulgado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed). Os principais fatores por essa forte expansão são a flexibilidade de horário, a qualidade do material e a quantidade de cursos ofertados reconhecidos pelo MEC.

No ensino jurídico, a modalidade à distância ganhou grande importância em 03 (três) hipóteses distintas: a) disciplinas virtuais em cursos de graduação de Direito tradicionais (presenciais); b) disciplinas dos cursos

jurídicos de pós-graduação lato sensu nas modalidades de especialização ou aperfeiçoamento; c) em cursos de atualização ou de extensão na área jurídica.

Conquanto, no que se refere à oferta de graduação em direito na modalidade EaD, com a apresentação do primeiro pedido de autorização de curso de direito postulado pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, sob o crivo opinativo da Comissão de Ensino Jurídico do CFOAB, considerou que o projeto pedagógico de curso apresentado se mostrou incompatível com as exigências de um curso à distância. Naquela oportunidade o Conselho Federal traçou uma diretriz em relação ao tema. Em suas considerações alegou a crise educacional no qual país enfrentava no ano de 2007.

O MEC e a OAB juntaram esforços na formação de grupo de trabalho para atuar com vistas aos seguintes objetivos: o estabelecimento de nova política regulatória para o ensino jurídico; a definição de critérios para a autorização, o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de Direito; a identificação periódica da demanda quantitativa e qualitativa de profissionais do Direito; identificação periódica da capacidade instalada de campo de prática para a realização de estágios supervisionados; a definição de critérios para acompanhamento e avaliação do atendimento à demanda social para fins de manutenção da quantidade de vagas e do próprio curso; a definição de diretrizes para avaliação do resultado de aprendizagem dos estudantes; e a definição de diretrizes para a elaboração do instrumento de avaliação dos cursos de Direito.

O ministro da Educação em 2013, Aloizio Mercadante, anunciou a suspensão de cem novos cursos de direito e a criação de um rígido sistema de avaliação da qualidade do ensino jurídico, a ser construído em conjunto com a OAB. A ação resultou no fechamento de dezenas de faculdades e vestibulares da área em todo o País.

Finalmente, com vistas a estabelecer os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em Direito, o MEC editou a Portaria 20/2014, publicada em 22.14.2015, no DOU. Com as novas regras foi exigido de faculdades, centros universitários e universidades a apresentar projetos de excelência que contemplem, entre

outros pontos, a existência de um Núcleo Docente Estruturante e um Plano de Estágio Curricular Supervisionado que poderá ser conveniado com órgãos do poder judiciário e com escritórios de advocacia. Além disso, as IES interessadas na abertura de um curso de Direito precisarão comprovar a necessidade social para sua aprovação.

No Brasil, não há nenhum curso em bacharelado de Direito EaD autorizado. Apenas duas instituições tiveram seu pedido de registro apreciado, sendo negados ambos por não oferecerem polos presenciais para as atividades semestrais. Além disso, a OAB é contra a oferta de cursos a distância, por não haver segurança sobre a participação do aluno na aula nem garantir a qualidade do ensino. "A graduação tem de ser presencial. Eventualmente, uma especialização pode ser feita a distância", diz Marcus Vinícius Coelho, secretário geral da OAB. (FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2011).

O postulado constitucional da autonomia universitária (art. 207, CF) não pode servir de amparo para justificar pedidos incontrolados de criação abusiva e de cursos jurídico. Conquanto a autônoma é conceito que não se confunde com independência, além do que, na consagrada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está assentado que o princípio da autonomia das universidades não é irrestrito, devendo ser submetido a diversas outras normas gerais previstas na Constituição. Isso significa, como expressão no acórdão da ADIN n. 1.599 - MC/UF - Rel. Min. Maurício Correa, que"a autonomia universitária subordina-se a outros limites estatuídos no próprio Texto Básico, ou seja, comprimento das normas gerais de educação nacional (art. 209, I) e autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público (art. 209, II)".

Diante desse quadro normativo, toma-se palmar que a existência de cursos de graduação na modalidade EaD, inclusive na área do Direito, é uma prerrogativa legal. Todavia mister dizer que, essencialmente, para a viabilidade de novos cursos de direito, especialmente na modalidade EaD, é viável dada a crescente democratização do ensino jurídico desde que sejam observados os critérios de autorização no que tange a adequada projeção das diretrizes curriculares e referenciais de qualidade do Ensino à Distância em seu PPC. Ainda que em momento de crises, finda a rechaçar

a legislação excessiva, confusa e volátil, cria as condições de seu próprio desatendimento e ineficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal coloca como princípio a liberdade de ensino pelas IES, garantindo a flexibilidade suficiente para realização de suas propostas pedagógicas pela definição de diretrizes curriculares, possibilitando assim, a criação e manutenção de cursos em mais diversas áreas; condicionada ao controle da qualidade exercido pelo Poder Público por meio dos mecanismos de autorização e de avaliação periódica, havendo o cumprimento das normas gerais da educação nacional.

O princípio fundamental, inserido no texto constitucional, que é o da liberdade de ensinar, o que implica no reconhecimento da autonomia das IES e, consequentemente na necessidade de que as diretrizes curriculares sejam suficientemente flexíveis para permitirem o seu exercício em nível pedagógico e que as exigências para a criação de novos cursos e aumento de vagas dos já existentes se coloquem exclusivamente no plano qualitativo.

Para que se possa exercer essa liberdade, são colocadas duas condições: manutenção de padrão de qualidade, ficando a cargo do Poder Público, através do Ministério da Educação, o papel de exercer o acompanhamento e a verificação através de mecanismos de avaliação; e cumprimento das normas gerais da educação brasileira estabelecidas expressamente na própria Constituição Federal e nas Leis que estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Deve haver o cumprimento das normas gerais da educação nacional no exercício da autonomia universitária, relativamente ao cumprimento das diretrizes curriculares, essa é uma condição decorrente de uma norma geral da educação nacional, presente no artigo 9º, parágrafo 2º, alínea c, da Lei n.º 4.024/61, com a redação que lhe deu a Lei n.º 9.131/95, que determina ser competência da Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) a sua fixação e impõe às universidades o dever de cumpri-las, segundo o artigo 53, inciso II, da LDB. Ante as considerações expostas, no que que cerne adoção da EaD ao curso de direito

e sua viabilidade na modalidade à distância, merece destaque a recomendação do Conselho Federal de que para fins de obtenção de autorização de funcionamento do curso, para isso, deve a IES candidata elaborar Projeto Pedagógico inovador, diferenciado e que consorcia, eficazmente, a expansão com a qualidade do seu curso de Direito, na modalidade a distância, sob a total observância das Diretrizes Curriculares próprias da área.

A Educação a Distância é uma excelente ferramenta de aprendizagem quando operacionalizada com seriedade. É um mercado em franca e irrefreável expansão no país.

Possui vantagens imponderáveis, pois permite a flexibilização no que tange ao tempo e ao espaço. Para isso, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação desempenham um importante papel, em especial, o uso da internet.

Assistir às aulas no momento mais apropriado ao aluno, sem o rigor das listas de chamadas presenciais, é um grande diferencial, visto que o importante são os conteúdos, as didáticas e os interesses dos alunos em aprender e dos professores em ensinar. O compromisso, portanto, tem de ser com o conhecimento.

A seriedade de propósitos é o que deve nortear todo o curso de especialização online. O título de especialista serve para certificar que o instruendo percorreu mais um caminho acadêmico (de uma longa e contínua caminhada) na busca do aprimoramento intelectual, logo a titulação não é o fim em si mesmo. É preciso levar o aluno construir seu próprio conhecimento.

Enfim, a Educação a Distância será muito mais difundida quando boa parte da população brasileira tiver mais acesso à internet, fazendo com que os órgãos estatais de regulação, bem como as instituições de ensino tenham e assumam novas responsabilidades que visem à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ACORDO pioneiro entre OAB e MEC fecha balcão dos cursos de Direito. Disponível em: < http://www.oab.org.br/noticia/25343/acordo-pioneiro--entre-oab-e-mec-fecha-balcao-dos-cursos-de-direito> Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União, Brasília, n. 243, p. 1, 20 dez. 2005. Seção 1.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, p.207, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Resolução n° 1 de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós - graduação lato sensu, em nível de especialização. In: Diário Oficial da União, Brasília, n. 109, p. 9, 8 jun. 2007, Seção 1.

DIAS, Rosilânea Aparecida, LEITE, Lígia Silva. Educação a distância: da legislação ao pedagógico**.** 3º. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

EDUCAÇÃO a distância multiplica vagas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11814&catid=199 > Acesso em: 30 mar. 2013.

EDUCAÇÃO superior a distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13105&Itemid=879 > Acesso em: 30 mar. 2013.

FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. Ensino das ciências jurídicas vem sendo dilapidado. Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/25351/artigo-ensino-das-ciencias-juridicas-vem-sendo-dilapidado> Acesso em: 27 mar. 2013.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: [S.ed.], 2006.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Metodologia do ensino jurídico. 2º. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9º. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAES, Reginaldo C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Senac, 2010.

NOTÍCIAS ABRAEAD. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/noticias.cod=x1.asp> Acesso em: 30 mar. 2013.

NUBLAT, Johanna. MEC vai congelar abertura de cursos de direito até definir novas regras. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/1250680-mec-vai-congelar-abertura-de-cursos-de-direito-ate--definir-novas-regras.shtml> Acesso em: 22 mar. 2013.

PRETI, Oreste. Educação a distância: ressignificando práticas. Brasília: Liber Livro, 2005.

REFERENCIAIS de qualidade para a educação superior a distância. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf > Acesso em: 30 mar. 2013.

SALDANHA, Luís Cláudio Dallier. Tecnologias da Informação e da Comunicação para o Curso de Direito. Material da 2ª aula da Disciplina "Tecnologias de Informação e Comunicação", ministrada no Curso de Especialização Virtual em Formação de Professores para Educação Superior Jurídica – Universidade Anhanguera - UNIDERP - REDE LFG.

SITES

www.oab.org.br

www.mec.gov.br

www.abraead.com.br

www.lfg.com.br

www.jus.com.br

www.in.gov.br

www.planalto.gov.br

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DA OAB (CFOAB). **Instrução Normativa OAB nº 1/2008.** Regulamenta e consolida, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, os procedimentos e critérios para manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico acerca de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas para o curso de graduação em Direito, considerando o Decreto n. 5.773/2006 e as Portarias Normativas MEC ns. 40/2007 e 1.874/2005. Publicação no DOU, 06.02.2009. http://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=19892 Acesso em: 12 set 2015.

Censo EaD. Br: r**elatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013 = Censo EaD. Br: analytic report of distance learning in Brazil/[traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]**. – Curitiba: Ibpex, 2014. Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf Acesso em: 12 set 2015.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Cursos a distância atraem cada vez mais profissionais.** 17 Mai, 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/05/17/internas_economia,576897/cursos Acesso em: 12 set 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **'tolerância zero' com curso de direito.** 13 març. 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mec-anuncia-tolerancia-zero-com-cursos-de-direito,1012056. Acesso em: 12 set 2015.

_____. **Brasileiros criam curso de Direito a distância nos EUA, em português.** 05 jun. 2011. Disponível em: http://www.oab.org.br/noticia/27953/mec-divulga-novos-criterios-para-autorizacao-de-cursos-juridicos Acesso em: 16 set 2015.

MINISTÉRIO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.** Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Publicação no DOU de 04 jan.1995. Seção 1, p.238. Disponível em: www.oab.org.br/noticia/18896/parecer--da-oab-contra-graduacaoadistancia-levaarescisao-de-curso Acesso em: 08 ago 2015

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Publicação no DOU 10.05.2006, p.6, s.1. Disponível em: http://www2.câmara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-normaatualizada--pe.p...Acesso em: 01 set 2015

_____. **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 setembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Publicação no DOU, 01.10.2004. P.17/18, S.1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf Acesso em: 04 Jun 2015

_____. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 09, de 29 de setembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Publicação no DOU, 01.10.2004, p. 17/18, S.1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf Acesso em: 01 jun 2015

_____. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.** Disciplinar a oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial. Publicação no DOU, 13.12.2004, p. 34, S.1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdfAcesso em: 23 jun 2015

_____. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presen-

cial. Publicação no DOU, 17.09.2007, p.23, S1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em: 18 jul 2015

_____. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Acesso em: 07 ago 2015

_____. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Publicação no DOU nº 239, 13.12.2007, p. 39/48, S.1. Disponível em: Acesso em: 07 jun 2015

OAB. **Acordo pioneiro entre OAB e MEC fecha balcão dos cursos de Direito.** 22 març. 2013. Disponível em: http://www.oab.org.br/noticia/25343/acordo-pioneiro-entre-oabemec-fecha-balcao-dos-cursos-de--direi... Acesso em: 30 set 2015

_____. **Brasil, sozinho, tem mais faculdades de Direito que todos os países.** Disponível em: www.oab.org.br/noticia/20734/brasil-sozinho--tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-Países. Acesso em: 27 out. 2015

_____. **MEC divulga novos critérios para autorização de cursos jurídicos.** 23 dez. 2014. Disponível em: http://www.oab.org.br/noticia/27953/mec-divulga-novos-criterios-para-autorizacao-de-cursos-juridicos Acesso em: 05 out 2015

_____. **Parecer da OAB contra graduação à distância leva à rescisão de curso.** Disponível em: www.oab.org.br/noticia/18896/parecer--da-oab-contra-graduacaoadistancia-levaarescisao-de-curso. Acesso em: 08 ago 2015.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e

avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Publicação no DOU 10.05.2006, p.6, s.1. Disponível em: http://www2.câmara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5773-9-maio-2006-542125-normaatualizada--pe.p.... Acesso em: 01 set 2015

_____. **Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Publicação no DOU, 20.12.2005, p.1, S.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm Acesso em: 01 set 2015

STOCKLER, Jonathan. **O Educador.** 1 Ed. 2012.Clube dos Autores. Rio de Janeiro: Editora Clube dos Autores,. 2013.

UNISUL. **Direito oferece várias opções de carreira para quem deseja trabalhar pela promoção da justiça.** Disponível em: www.unisul.br/wps/portal/home/ensino/graduacao/direito/?unidade=23#?unidade=23. Acesso em 23 jul. 2015.

ZOCCOLO, Marilise Monteiro de Souza. **Educação Superior Brasileira: Política e Legislação.** 22. Ed. Vol. 3. Curitiba: Ibpex, 2009.

A ameaça à segurança da Navegação – Pirataria

Juvenal Bacellar Neto

Graduação em DIREITO pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (FBCJ - SUESC) (1991). Atualmente é Advogado, orientador acadêmico - tutor do Instituto de Gestão Educacional Signorelli. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Tributário e Direito do Trabalho.
http://lattes.cnpq.br/3890899646355409

RESUMO

Este artigo tem como objeto de pesquisa a relação entre a segurança da navegação marítima. Muitos falam das historia de pirataria, onde havia intensas batalhas para a disputa territorial para obter riquezas, mas poucos indivíduos se atentam ao fato de que hoje em dia a pirataria é uma realidade, que tem conseqüências diretas nas transações comerciais do mundo globalizado. É um assunto que se trata com muita indiferença pelas autoridades de muitas nações, Isso se reflete nas estatísticas trazidas pelas autoridades marítimas que contabilizam, que somente menos da metade dos ataques são reportados aos centros destinados ao combate à pirataria marítima. A maioria das entidades que atuam na área de seguro marítimo, alegam que uma das principais razões para que as embarcações não informem acerca dos ataques, é o receio do aumento no valor cobrado do seguro por causa do alto risco que existe e a perda de ganho financeiro, já que o navio teria que ficar parado para que se realizassem as avaliações e perícias com o intuito de investigar o ocorrido.

PALAVRAS-CHAVE: Direito marítimo. Pirataria marítima. Seqüestro de embarcações. Transporte marítimo. Comércio mundial.

ABSTRACT

The present work has as research object the relation between the safety of the maritime navigation. Many speak of piracy history, where there were

intense and bloody disputes over territory and wealth, but few individuals are aware that piracy today is a reality and has a direct impact on the commercial activities of the globalized world. It is a problem that has not yet been treated with due importance by several nations. This is reflected in the statistics provided by the maritime authorities, which account for only less than half of the attacks reported to centers dedicated to combating maritime piracy. Some companies that work with ship insurance claim that one of the main reasons ships fail to report the attacks is the fear of an increase in the value of insurance because of the high risk that exists and the loss of financial gain, since the ship would have to stand still in order to carry out the assessments and expertise in order to investigate what happened.

KEYWORDS: Maritime law. Maritime piracy. Seizure of vessels. Shipping. World trade.

INTRODUÇÃO

Há tempo que a idéia de pirataria marítima é considerada historia popular, sendo considerado como coisa imaginária por toda a população.

Todavia, se fosse necessário fazer uma análise da realidade atual, poderíamos utilizar, por exemplo, o filme recente do "Capitão Phillips" que retrata a realidade nos dias atuais dos piratas contemporâneos, até mesmo por ser baseado em fatos reais. De qualquer forma, os criminosos de hoje em dia que agem atacando embarcações não têm mais aquela típica imagem da "época de ouro" da pirataria dos séculos XVI e XVII.

O que se observa na atualidade é uma rede criminosa bastante complexa que vem se fortalecendo estruturalmente e atuando em diversos pontos do planeta, de modo a estender seus tentáculos feito um polvo. No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, há uma grande quantidade de ocorrência, porém a mídia não divulga estes fatos. É claro que existem aqueles piratas que agem por conta própria, a maioria são pescadores de pequenas vilas que acabam se aderindo a esta prática por não conseguirem dar às suas famílias o sustento adequado para uma vida digna, razão pela qual não justifica a prática desses atos criminosos.

As incursões de militares com a cooperação de diversos países nessas áreas, juntamente com a presença de Organizações Internacionais voltada contra o pirataria marítima, são de suma importância para que haja um patrulhamento marítimo e aéreo ostensivo nas regiões que possuem muitos relatos de ataque a embarcações em geral, pois não é só a carga ou a vida da tripulação da embarcação que está em jogo durante uma investida pirata.

Sendo assim, por meio do presente trabalho, é possível perceber que essas praticas criminosas têm um alcance muito maior do que se pode imaginar.

É um sistema complexo capaz de comprometer a segurança internacional, o transporte de mercadorias que impulsiona a economia mundial, já que mais de dois terços do deslocamento de produtos é realizado por via aquaviária, obstaculizar o acesso à ajuda humanitária em países assolados por desastres naturais e guerras, além de desestabilizar e até mesmo causar grandes prejuízos aos governos.

ÁREAS DE NAVEGAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO E NOÇÃO DE PIRATARIA

A utilização do mar como fonte de renda através do Transporte Marítimo, vem se aprimorando com o passar dos séculos. A exploração de rotas marítimas teve papel fundamental no desenvolvimento de inúmeras civilizações, dentre elas povos, principalmente os que faziam margem com a parte litorânea, como os fenícios, os vikings e os gregos, que viam no mar uma oportunidade de expansão de sua população com a conquista de novas terras, além de uma fonte de dinheiro mediante a exploração do comércio "além-mar".

Com a evolução dos tempos, das rotas marítimas e o próprio método de navegação, foi necessário que houvesse uma codificação, regras capazes de aumentar a segurança e impor limites no espaço marítimo. Somente dessa maneira foi possível definir a jurisdição e soberania de cada país em relação às águas consideradas nacionais e como exercer o controle das águas tidas como internacionais.

Tais questões já haviam sido debatidas em 1958 na cidade de Genebra (Suíça), em uma conferência que resultou em Convenções acerca do mar territorial e zona contígua, alto mar, pesca e conservação dos recursos vivos do alto mar e sobre a plataforma continental. No intuito de esclarecer ainda mais os referidos assuntos, foi finalizado, em Montego Bay (Jamaica) no ano de1982, o documento referente à Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM). Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil em dezembro de1988, entrando em vigor somente em junho de 19951[1], e estabeleceu a divisão dos espaços marítimos. No Brasil todo assunto relacionado ao mar, recai sobre o Tribunal Marítimo, que esta situada no Rio de Janeiro.

LIMITES DO ESPAÇO MARÍTIMO SEGUNDO A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O mar territorial é a faixa de água que corresponde à largura não superior a 12 milhas náuticas, cuja soberania é exercida de acordo com algumas imposições previstas pela própria Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM) e por demais regras presentes no direito internacional. De acordo com o entendimento de Francisco Resek[2], a referida Convenção define como águas interiores aquelas que são de mar aberto, apesar de nada versar acerca de lagos de água doce e rios, masque, em razão da geografia do litoral, encontram-se em baías. Nesse caso, considera-se o início a faixa de mar territorial após o limite da baía, ocorrendo o mesmo caso houver ilhas e portos próximos à costa. A soberania das águas interiores é plenamente exercida pelo Estado costeiro no qual se localizam, devendo o trânsito de navios ser controlado pela Capitania dos Portos, o que faz com que o Estado goze de imunidade de jurisdição (algo também verificado em relação ao mar territorial).

---

1 O decreto n 1.530 de 22 de junho de 1995 elucida que a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar realizada no ano de 1982 na Jamaica, somente foi aprovada pelo Congreisso Nacional em novembro de 1987 através do Decreto Legislativo nº 5, sendo ratificada pelo governo brasileiro no ano seguinte.
2 ESEK, José Francisco. Direito internacional público, passim.

Todavia, o Estado deve regulamentar ainda a questão da passagem inocente nessa área, procedimento esse que pode ser entendido, consoante o art. 3º da Lei 8617 de 1993, também conhecida como Lei do Mar, tal qual uma passagem de caráter não prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do país, além de ser contínua e rápida. O parágrafo segundo estabelece também que essa passagem pode ser entendida como o parar e o fundear sob a condição de tais ações serem incidentes comuns de navegação ou que sejam impostas por motivos de força ou dificuldade grave, ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas, a navios ou aeronaves em perigo ou em grave dificuldade.

Esse comportamento deve ser tomado pelo Estado soberano, que não possui o poder de cobrar pela passagem inocente ou proibi-la em suas águas territoriais, exceto em casos que envolvam navios de guerra que afrontem as determinações impostas, e é imprescindível para garantir a segurança da navegação.

Em relação à delimitação do mar territorial nas ilhas, as mesmas devem possuir o seu mar territorial próprio caso sejam muito afastadas da costa, como é o caso de Fernando de Noronha e Trindade, que são controladas pela Marinha do Brasil. Tal fato não se aplica às plataformas e ilhas artificiais. Logo após a faixa destinada ao mar territorial, tem-se a chamada zona contígua, que é a área na qual o Estado soberano exerce a defesa e a fiscalização das suas águas e territórios, de modo a combater as infrações que venham a ser cometidas por outros países no que diz respeito à imigração, normas aduaneiras e até mesmo sanitárias. A supramencionada zona deve conter no máximo 12 milhas náuticas de largura contadas a partir da linha de término do mar territorial, consoante ao que fora estabelecido na CNUDM e nos arts. 4º e 5º da lei 8617/93[3].

---

3 Lei nº 8.617 de 04 de Janeiro de 1993

Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

Art. 4º A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Cabe salientar que o mar territorial e a zona contígua fazem parte da zona econômica exclusiva, ou seja, a ZEE se sobrepõe a essas duas áreas marítimas que deve ter a extensão de até 200 milhas náuticas contadas a partir da linha de base do mar territorial conforme estipulado na Convenção de Montego Bay e fixado nos arts. 6º e seguintes da Lei do Mar. Na área marítima que compreende a referida zona, o Estado soberano possui domínio na questão de exploração, gestão e conservação de recursos naturais vivos e não vivos, que é o chamado "direito de soberania" e incide sobre a água, o leito e o subsolo marinho.

Apesar de o Estado ser o detentor da exclusividade no aproveitamento dos recursos naturais que se encontram nessa área, não tem o condão de impedir tanto o sobrevôo quanto a navegação por parte de outros Estados soberanos nessa zona, vide art. 10 da lei 8617/93[4]. Portanto, é necessário que haja um consenso entre o Estado brasileiro e os demais Estados soberanos no que diz respeito à investigação marítima voltada para o ramo científico e a qualquer manobra ou exercício de caráter militar, segundo assentado nos arts.8º e 9º da Lei do Mar. Além disso, caso o país costeiro não consiga realizar o aproveitamento do potencial relativo aos recursos naturais de forma razoável, o excedente deve ser disponibilizado a outros Estados.

A CNUDM estabelece ainda as questões acerca da plataforma continental e do alto mar. A primeira é uma área que não ultrapassa a profundidade de 200 metros e está ligada à costa, ou seja, um desdobramento do próprio continente no leito do mar que em regra não ultrapassa as 200milhas náuticas, bem como versado pelo art. 11 da lei 8617/93. Deste modo, coincide com a amplitude da ZEE, sendo a plataforma continental o espaço no qual o país costeiro exerce seu "direito de soberania" mediante o aproveitamento dos recursos naturais de forma plena e exclusiva, garantido pelo art. 12 da supracitada lei, exercendo sua jurisdição satisfatoriamente inclusive no que diz respeito à regulamentação da pesquisa científica do ecossistema marinho

4 Art. 10. É reconhecidos a todos os Estados o gozo, na zona econômica exclusiva, das liberdades de navegação e sobrevôo, bem como de outros usos do mar internacionalmente lícitos, relacionados com as referidas liberdades, tais como os ligados à operação de navios e aeronaves.

quando realizado por outros Estados soberanos, conforme elucidado no art. 13, caput e § 1º, da Lei do Mar.

Já o conceito de alto mar, à luz da Convenção de Montego Bay, é regido pelo princípio da "liberdade dos mares", que vem a ser um preceito que ganhou maior força no século XVII ao defender que nenhum Estado soberano deve impor qualquer tipo de restrição quando se trata do alto mar. O referido entendimento foi incorporado ao tratado quando se versa acerca desse espaço marítimo. Segundo o disposto na CNUDM, essa área vem a ser "as partes domar não incluídas na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipélagicas de um Estado arquipélago". Nele, tem-se a liberdade de navegação, de sobrevoo, de instalação de dutos e cabos submarinos, de se construir ilhas artificiais, de pesca e de investigação científica. assim como na área de plataforma continental, indispensavelmente nos termos do art. 87 da Convenção.

Contudo, tal liberdade é restrita e deve ser utilizada para propósito pacífico, cabendo a todos os Estados soberanos a colaboração na preservação dos recursos naturais e coibir o tráfico de pessoas, drogas e a pirataria, já que essa última ocorre principalmente em alto mar e visivelmente afronta o aludido princípio, como demonstra o art. 100 da CNUDM:

> "Todos os Estados devem cooperar em toda a medida do possível na repressão da pirataria no alto mar ou em qualquer outro lugar que não se encontre sob a jurisdição de algum Estado."

CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO MARÍTIMO CONTEMPORÂNEO

O direito marítimo atual está classificado, segundo Eliane Martins[5], em dois ramos principais: o direito marítimo público e o direito marítimo privado, ambos contendo subdivisões.

O primeiro ramo engloba questões acerca do tráfego marítimo internacional e sobre a atuação dos Estados Soberanos no que diz respeito à jurisdição, segurança marítima e normas gerais de navegação. Dentro do

5 MARTINS, Eliane M. Octaviano. Curso de direito marítimo, passim

direito marítimo público é possível notar a existência de um direito internacional público marítimo, que é regido pelos princípios de segurança da navegação em alto mar, liberdade dos mares, proteção do ecossistema marinho, entre outros, todos eles envolvendo a matéria de tráfego marítimo internacional. Esse ramo está inexoravelmente ligado ao direito do mar, possuindo inclusive a mesma disciplina jurídica.

Todavia, o direito do mar, além de tratar do tema do tráfego marítimo internacional de maneira mais específica mediante abordagem da circulação de navios em alto mar e também outros espaços marítimos, notabiliza ainda mais a abordagem feita na CNUDM acerca dos aspectos da jurisdição e soberania dos Estados.

O Direito do Mar pode ser visto como um conglomerado de normas que possuem o intuito de nortear e reger o modo que o mar deve ser utilizado, contribuindo para a mitigação e solução de conflitos. Essas regras têm o condão de demarcar os limites e a extensão do domínio do mar. Eliane Martins defende ainda que não se pode entendê-lo como uma parte completamente dissociada do próprio direito internacional público marítimo, devendo ser compreendido como uma ramificação do mesmo. A supracitada matéria tem como objeto as questões que envolvem Estados soberanos e suas relações no âmbito internacional, principalmente no que diz respeito à jurisdição nas áreas marítimas, necessidade que nasceu em decorrência das disputas pelo uso domar.

O papel da CNUDM é importantíssimo, visto que ela foi a responsável por codificar de uma maneira mais completa o direito do mar, que passou a ser dotado de um aspecto universal, o chamado "res comunis rego", ou seja, o mar se tornou um espaço comum a todas as nações, ao incorporar os costumes internacionais aos seus dispositivos. Além disso, teve o papel de regular o comércio marítimo e a utilização das riquezas naturais presentes no fundo marinho, sejam elas em águas internacionais ou não, como ocorre com a exploração do petróleo e gás, uniformizando a legislação até então existente.

Inclusive, o chamado direito internacional marítimo voltado para a exploração de petróleo e gás e o direito internacional marítimo ambiental também podem ser entendidos como subdivisões do direito público marítimo.

O direito marítimo público interno engloba as questões penais, administrativas, constitucionais, tributárias, processuais e do trabalho, todas dentro da jurisdição das águas nacionais. Tal divisão do direito marítimo público está intrinsecamente vinculada à edificação de normas que priorizam a segurança da navegação, como ocorre com a Lei nº 9537/97, regulamentada pelo Decreto nº 2596/98, que é responsável por normatizar a segurança do tráfego aquaviário no Brasil, e que dispõe em seu art. 1º:

> "A segurança da navegação, nas águas sob jurisdição nacional, rege-se por esta Lei.
>
> §1ºAs embarcações brasileiras, exceto as de guerra, os tripulantes, os profissionais não-tripulantes e os passageiros nelas embarcados, ainda que fora das águas sob jurisdição nacional, continuam sujeitos ao previsto nesta Lei, respeitada, em águas estrangeiras, a soberania do Estado costeiro.
>
> §2ºAs embarcações estrangeiras e as aeronaves na superfície das águas sob jurisdição nacional estão sujeitas, no que couber, ao previsto nesta Lei."

No âmbito do direito marítimo privado consagram-se as relações decorrentes do comércio marítimo, sendo subdividido em direito marítimo privado interno, internacional – galgado nos costumes e tratados do próprio comércio mundial e com o objetivo de resolver conflitos em matéria de jurisdição e aplicação de leis marítimas, bem como reger o tráfego e os contratos marítimos, e direito do petróleo e gás. Cabe elucidar que a normatização do direito privado interno no Brasil se dá principalmente pela segunda parte do Código Comercial e pelo Código Civil, versando sobre o direito comercial marítimo e sua regulamentação jurídica. No que se trata do direito do petróleo e gás, são identificáveis influências tanto da esfera pública, abordando questões referentes à soberania e jurisdição dos Estados. Quanto da privada, essa última tratando da exploração das plataformas continentais, do comércio, contrato se demais atividades marítimas que envolvem o funcionamento da indústria petroleira.

Têm-se como elementos principais dessa área privada do direito marítimo a empresa, que é o item que representa a exploração mercantil da navegação visando o lucro, e o elemento técnico, que considera o navio como um meio de transporte que viabiliza a circulação tanto de mercadorias quanto de pessoas, fundamentando o instituto jurídico. Diante desses elementos, é possível perceber o caráter "sui generis" do direito marítimo privado, segundo palavras da própria autora.

PIRATARIA MARÍTIMA E SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

ACNUDM foi capaz de apaziguar a questão territorialista que havia acercados limites dos mares, proporcionando uma ideia de que todos os países devem colaborar com a manutenção da paz e prezar pela segurança do tráfego marítimo nas mais diversas rotas do globo de modo a criar uma espécie de "uso pacífico dos mares"[6]. Um dos mais importantes marcos inerente à questão da segurança da navegação foi realizado seis anos após a elaboração da Convenção de Montego Bay: a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Navegação Marítima, de 1988 (também conhecida como Convention for the Suppression of Unlaw ful Acts against the Safety of Maritime Navigation – SUA). Seu objetivo foi o de criar uma aliança internacional de cooperação para promover uma maior segurança dos mares, abrangendo todas as embarcações flutuantes ou submersíveis[7], classificando certas condutas no mar como delitos, conforme demonstrado no art. 3º:

> "1.Qualquer pessoa comete delito se, ilícita e intencionalmente:
>
> (a)sequestrar ou exercer controle sobre um navio, pela força ou ameaça de força ou por qualquer outra forma de intimidação; ou

6 BEIRÃO, A. P. : PEREIRA, A.C.A. Reflexões sobre a Convenção direito do mar, 2014

7 Exceto navios de guerra ou estejam sobre sendo utilizadas para finalidades alfandegárias ou policiais, nem que tenham sido retiradas da navegação ou postas fora de serviço. Maiores informações disponíveis em: https://www.ccaimo.mar.mil.br/sua

(b) praticar ato de violência contra pessoa a bordo de um navio, se esse ato for capaz de pôr em perigo a navegação segura desse navio; ou

(c)destruir um navio ou causar dano a um navio ou à sua carga e esse ato for capaz de pôr em perigo a navegação segura desse navio; ou

(d) colocar ou mandar colocar em um navio, por qualquer meio, dispositivo ou substância capaz de destruí-lo ou causar dano a esse navio ou à sua carga, e esse ato puser em perigo ou for capaz de pôr em perigo a navegação segura desse navio; ou

(e)destruir ou danificar seriamente instalações de navegação marítima ou interferir seriamente em seu funcionamento, se qualquer desses atos for capaz de pôr em perigo a navegação segura do navio; ou

(f)fornecer informações que sabe serem falsas, dessa forma pondo em perigo a navegação segura de um navio; ou

(g)ferir ou matar qualquer pessoa, em conexão com a prática ou tentativa de prática de qualquer dos delitos previstos nas letras (a) a (f).

2. Qualquer pessoa também comete delito se:

(a)tentar cometer qualquer dos delitos previstos no parágrafo1; ou

(b)ajudar na prática de qualquer dos delitos previstos no parágrafo 1, cometido por qualquer pessoa, ou for, de outra forma, cúmplice de pessoa que cometa tal delito; ou

(c)ameaçar, com ou sem condição, conforme disposto na lei nacional, com o objetivo de compelir pessoa física ou jurídica a praticar ou deixar de praticar qualquer ato, cometer qualquer dos delitos previstos no parágrafo 1, letras (b), (c) e (e), se essa ameaça for capaz de pôr em perigo a navegação segurado navio em questão."

Dessa forma, por meio desse documento, foram criadas normas de alcance internacional para proteger a vida humana nos mar, como prezado na Carta das Nações Unidas, e, ao mesmo tempo, torná-lo cada vez mais seguro inibindo ações criminosas, mormente aquelas ligadas ao terrorismo e à pirataria.

Com o aumento dos casos de pirataria marítima no mundo, as nações viram a necessidade de se tomar medidas concretas e efetivas para combatê-la, principalmente depois dos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, já que o sequestro de aeronaves também é tido como pirataria, só que aérea, como bem descrito no texto do art. 101 da CNUDM. Promover a segurança da navegação de modo a coibir ações criminosas nos mares não influi somente nas vidas humanas que não raramente são ameaçadas durante os ataques, mas também na carga transportada pela embarcação e no prejuízo que tais acontecimentos causam à economia mundial.

É inegável que somente a partir de uma coalisão que envolva toda a comunidade internacional será possível propiciar uma maior segurança da navegação e evitar ataques piratas, seja por meio de patrulhamento, aéreo ou marítimo, com um reforço na frota dos navios de guerra destinados ao combate à pirataria, ou de outras medidas efetivas. O fato de, na maior parte das vezes, a ação dos piratas ocorrer em alto mar, inclusive já foram registrados ataques e tentativas deles acerca de 700 milhas náuticas, ou seja, uma área muito extensa e difícil de ser patrulhada em sua totalidade, obstaculiza ações bem sucedidas dos governos.

Estima-se que a intervenção dos piratas nas embarcações dure, em sua maioria, menos de uma hora. Isso faz com que o tempo para reação tanto dos tripulantes do navio quanto dos que realizam a patrulha seja ínfimo, e qualquer deslize pode ter uma consequência gravíssima, visto que os piratas atuais estão agindo com cada vez mais violência. Uma estratégia utilizada por algumas embarcações é se juntar em pequenos grupos para que possam atravessar juntos determinada rota de navegação, por vezes tendo "escolta" de embarcações destinadas ao patrulhamento das águas. Todavia, essa opção desagrada alguns operadores de navios em razão de terem que se sujeitar acertas medidas como ter que navegar na velocidade da embarcação mais lenta, o que causa atrasos, ter um horário determinado de partida

e para isso ter que esperar todos os navios do comboio estejam no local designado, dentre outras questões.

Com a segurança marítima internacional em jogo e com as rotas de comércio mais importantes do mundo sendo diretamente afetadas pelos ataques piratas, viu-se além das já citadas operações realizadas pela UE e OTAN com o aval das Nações Unidas, a necessidade da adoção de sistemas e medidas antipirataria têm sido fundamentais para mitigar essas ações criminosas. Isso tem sido feito a partir da criação de mecanismos como o ISPSCode, o sistema Shiploc, o sistema de Ship Security Alert, dentre tantos outros meios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação a toda a tecnologia que se tem nos dias atuais para combater a pirataria, como radares, ostensivos patrulhamentos, GPS e sistemas de alerta, a superação desse problema está inegavelmente atrelada à existência de uma aliança global na qual as nações possam cooperar entre si compartilhando dados e métodos que promovem a segurança da navegação; pois não adianta dispor dos recursos, mas não saber como empregá-los de maneira efetiva.

O papel das Organizações Internacionais, com destaque para a ONU e para a IMO, é fundamental nessa questão de nortear os demais Estados para a elaboração de ações conjuntas capazes de promover a segurança não só dos mares mas também dos tripulantes e comandantes da embarcação e além da população de países mais pobres, como no caso da pirataria na Somália que muitas vezes impede que suprimentos alimentares ajuda humanitária chegue ao país que está assolado pela guerra civil. É notório que mesmo em menor escala em alguns pontos do globo, a pirataria se faz presente em todo o mundo, inclusive em locais não tão visados internacionalmente como é o caso dos incidentes ocorridos em território brasileiro. Apesar de muitas pessoas acharem que o país não está potencialmente ameaçado, é necessário que as autoridades marítimas brasileiras se atentem às matérias que envolvem, em especial, a Amazônia Azul e o pré-sal, que podem atuar como chamariz àqueles que buscam altos valores de resgate,

sequestros e roubos de carga por ser uma zona na qual predominam empresas petroleiras e navios cargueiros.

A questão é que esse problema, que é visto por muitos como coisa do passado, tem se tornado cada vez mais organizado e com maior potencial bélico, sendo necessário que os meios de combate estejam em constante renovação para que não se tornem obsoletos e ineficazes. Ademais, torna-se ainda mais latente a imprescindibilidade da unificação das leis, tipificação do crime de pirataria e adaptação no sistema penal em diversos países para que se possa tratar de tais casos, pois só assim os criminosos poderão ser devidamente julgados e presos. Sobre o tema dos acusados de pirataria, o que se vê atualmente são esforços que frequentemente são em vão, já que o país detentor da bandeira do navio apreende os piratas e os solta posteriormente seja por não haver o crime tipificado em seu ordenamento jurídico, ou por não deseja encaminhá-los ao país com receio de fugas, que nesse caso os criminosos poderiam começar a viver clandestinamente no país, ou de algum a outra manobra que envolva a permanência dos mesmos no território da nação detentora da bandeira da embarcação.

Não se pode esquecer que as grandes potências mundiais são as maiores influências das demais nações têm que dar o exemplo não só no que se relacione ao combate da pirataria marítima, mas também no âmbito da cooperação internacional, e na reestruturação e fortalecimento de países mais pobres que não dispõem de recursos adequados para lutar contra os criminosos e acabam tendo sua população como maior vítima de um sistema governamental desprovido de recursos, como é o caso de algumas nações africanas e asiáticas. Uma máxima é certa: apesar de uma significativa queda no número dos ataques piratas na atualidade, apenas a partir da união de esforços será possível promover tanto a segurança da navegação, quanto a devida salvaguarda da vida humana.

REFERÊNCIAS

BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves, orgs. Reflexões sobrea Convenção do Direito do Mar. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

BRASIL. Leis, etc.. Código penal brasileiro. 8. ed. - Rio de Janeiro: Forense,1986.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas. Disponível em: <https://www.ccaimo.mar.mil.br/sec-imo-estrutura/rpb-imo >.Acesso em 10 de jan. 2018.

FERNANDES, Anselmo Luiz Corrêa. A Organização Marítima Internacional e a questão da pirataria: perspectivas para o desenvolvimento do comércio marítimo nacional. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2012.

IMO. States urged to ratify compensation regime for Hazardous and Noxious Cargoes. Disponível em: <http://www.imo.org/en/Pages/Default.aspx>. Acesso em: 1 fev. 2018.

INSTITUTODEESTUDOS SUPERIORES MILITARES. Pirataria marítima. Boletim Ensino e Investigação, Lisboa, ano 6, n. 10, maio 2011.

NTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA. The Tribunal. Disponível em: <https://www.itlos.org/en/the-tribunal/>. Acesso em 29 nov.2018.

PEIXOTO, Daniele Ferreira. Pirataria marítima. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), 2010.

PIRATAS podem ser novo risco no Atlântico Sul. Em discussão. Disponívelem:<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/razoes-para-a-implementaao-da-estrategia-nacional-de--defesa/piratas-podem-ser-novo-risco-no-atlantico-sul.aspx>. Acesso em: 20set. 2018.

RESEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Diego Rodrigo de Castro. Pirataria marítima. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almiranta Graça Aranha (CIAGA), Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), 2009.

UNODC. Escritório de ligação e parceria no Brasil. Ilhas Seychelles estudam criar uma corte específica para atos de pirataria. Disponível em:<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/05/11-ilhas--seychelles-estudam-criar-uma-corte-especifica-para-atos-de-pirataria.html>. Acesso em 06/jun/2018.

Economia Internacional em Ead

Ângela Maria dos Santos

Possui graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO NORTE DE MINAS (1987) e graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO NORTE DE MINAS--UNIMONTES (1987). Com docência Contábil pela Faculdade Cândido Mendes-Niterói,Pós-Graduação em Planejamento Implementação e Gestão de Ensino a distancia-PIGEAD _UFF Atualmente trabalha na Faculdade Internacional Signorell - como Orientadora acadêmica-em GESTÃO PUBLICA, CONTABILIDADE,METODOLOGIAS DA MATEMÁTICA E FÍSICA, ECONOMIA é trabalha no CEFET-RJ como tutora do curso de pós graduação em ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, professora presencial do curso técnico profissionalizante e ASSISTENTE ADMINISTRATIVO na Escola Cebrac .e CONTADORA em um escritório de contabilidade. Com mais de 20 anos de experiência na área de Educação, com ênfase em Educação.

http://lattes.cnpq.br/00000000000000000

RESUMO:

A Economia é uma das ciências humanas que mais influenciam e tem importância no dia a dia das pessoas. O curso Economia Internacional a distancia analisa e discute a realidade econômica entre as nações de modo a ampliar seus horizontes de conhecimento sobre o Brasil e o mundo, além de contribuir de forma significativa para eventuais tomadas de decisão em negócios. O Sistema econômico de um país deve ser visto como uma sociedade aberta, isto significa dizer que as fronteiras das relações econômicas de uma nação devem dar permissão a um bom trânsito com as comunidades que precisam de determinados produtos de outras, ou mesmo supri-las de produtos de fora das suas fronteiras nacionais. Isso é o que determinam as relações entre países, e que faz funcionar a economia internacional, ou com outras palavras, faz inter-relacionar a economia de um determinado país com o resto do mundo. Esta interligação acontece tendo em vistas a aptidão de produção dos países quer sejam socialistas, capitalistas ou até mesmo sistema misto, pois,

a questão é tratada ao se falar ou não, de produto excedente doméstico para outros países que faltam estes produtos.

Palavras Chave: Economia Internacional, Comercia, moedas

ABSTRACT:

La economía es una de las ciencias humanas que más influencian y tienen importancia en el día a día de las personas. El curso Economía Internacional a distancia analiza y discute la realidad económica entre las naciones para ampliar sus horizontes de conocimiento sobre Brasil y el mundo, además de contribuir de forma significativa a eventuales tomas de decisión en negocios. El sistema económico de un país debe ser visto como una sociedad abierta, esto significa que las fronteras de las relaciones económicas de una nación deben dar permiso a un buen tránsito con las comunidades que necesitan determinados productos de otras, o incluso suplirlas de productos fuera de sus fronteras nacionales. Esto es lo que determinan las relaciones entre países, y que hace funcionar la economía internacional, o con otras palabras, hace interrelacionar la economía de un determinado país con el resto del mundo. Esta interconexión ocurre teniendo en cuenta las aptitudes de producción de los países, tanto socialistas, capitalistas o incluso sistema mixto, pues la cuestión se trata al hablar o no, de producto excedente doméstico para otros países que faltan estos productos.

Palabras clave: Economía Internacional, Comercio, monedas

INTRODUÇÃO

Trataremos de um tema bastante interessante para o entendimento das notícias econômicas que correm mundo a fora na atualidade.

Economia Internacional é um sistema articulado de economias nacionais intercambiando bens, serviços, capitais e tecnologia, Não podemos avançar para o assunto Economia Internacional sem falar do que trata, propriamente, a Ciência Econômica Buscando na literatura, o autor Vasconcellos (2007) define economia como sendo a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos,

na produção de bens e serviços, de modo a distribui-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

Etimologicamente falando, a palavra economia vem do grego oikos (casa) e nomos (norma, lei), seria "administração da casa", generalizando, "administração da coisa pública". Na prática, é fazer com que os recursos que podemos encontrar na natureza, matéria prima, que não está em abundância, e que seja livre na natureza, seja extraída e transformada em produtos; estes por sua vez, irão atender ao mercado consumidor. Como o petróleo (combustíveis e tantos outros produtos, muitos produtos que usamos são derivados do petróleo), o aço (utilizado na fabricação de máquinas, equipamentos em geral), a madeira (móveis, artesanato, etc.), a sílica (para a produção do vidro), os grãos (ração, massas para macarrão, bolos, pães) etc.

Segundo Jayme Maia (2004) Técnico em Logística, o ser humano precisa satisfazer algumas necessidades básicas para sobreviver, como alimentos, agasalho para se proteger do frio, lugar para se abrigar. Podemos ver aqui as três necessidades básicas (primárias) de um ser humano: alimentos, vestuário e habitação. Mas à medida que evoluímos, outras necessidades começam a surgir como: a educação, o lazer, conforto etc. E para atender a todas essas necessidades, são precisos diversos fatores, que dar-se o nome de Fatores de Produção ou Fatores Produtivos (Souza, 2007). São eles:

i) Terra ou recursos naturais, incluindo água, minerais, madeiras, peixes, solos para as fábricas e terra fértil para a agricultura;
ii) Trabalho ou recursos humanos, são os trabalhadores qualificados e não qualificados, pessoal administrativo, técnicos, engenheiros, gerentes e administradores;
iii) Capital, isto é, conjunto de bens e serviços como máquinas, equipamentos, prédios, ferramentas e dinheiro, necessários para a produção destes e de outros bens e serviços;
iv) Capacidade empresarial, quem assume os riscos de perder seu capital ou o capital tomado emprestado, ao empreender um negócio; e mais recentemente a

v) Capacidade tecnológica. De forma mais simples, são os fatores produtivos e as relações necessárias para que um Negócio* possa existir.

Explicando melhor, seria a terra (local para a implantação do negócio), trabalho (são os funcionários), capital (as máquinas, o prédio para fabricação e/ou armazenagem, equipamentos, ferramentas e dinheiro), capacidade empresarial (alguém que queira se arriscar a investir para abrir o negócio) e capacidade tecnológica (a tecnologia a ser utilizada nesse empreendimento). Vimos aqui dois grandes fatos econômicos, o consumo e a produção, ou seja, as pessoas que consomem, que compram produtos e serviços, e as pessoas que produzem esses produtos e serviços.

Em algum momento, um determinado indivíduo produzia um só tipo de objeto, em quantidade para atender às suas necessidades, o que excedia ou sobrava, ele trocava com outros grupos, separava o que ia precisar e entregava o que não iria mais necessitar.

Na pré-histórica era isso que acontecia entre pessoas de uma mesma tribo. E com o desenvolvimento das relações humanas, essas trocas passaram a ser feita entre cidades, Economia entre as nações e, por fim, mundo.

O ser humano percebeu que era difícil produzir tudo que precisava, de forma rápida e com qualidade, havia um crescente aumento das necessidades de consumo. Surge então a divisão do trabalho, que gerou não apenas o aumento da produtividade, mas também a melhoria da qualidade do produto. Então era melhor confeccionar dez objetos iguais, por exemplo, do que uns sete diferentes.

O estudo da Economia Internacional envolve todos os aspectos ligados a essas atividades econômicas entre as nações; o funcionamento e suas regras, aspectos legais, trocas monetárias, fluxos de mercadorias e serviços. E com a globalização, cada vez mais integrado e interdependente entre as nações torna urgente o perfeito funcionamento destas relações e, neste sentido, a solução comumente adotada, é a criação de organismos internacionais que intercedam para equilibrar estas relações e promover o desenvolvimento de todos os participantes envolvidos.

Jayme Maia (2004) menciona ainda que não só o comércio se tornou internacional, mas também outros atos humanos relacionados às atividades econômicas. Estas atividades não respeitaram mais as fronteiras nacionais, formando assim, o conjunto de atividades que constituem a Economia Internacional. Para ele, a Economia Internacional abrange e engloba importação e exportação, serviços, transferências de rendas, transferências unilaterais, movimentos de capitais. E todas essas atividades econômicas se desenvolveram mais e melhor com o progresso dos meios de comunicação e dos meios de transportes, transformando o mundo de hoje numa "Aldeia Global".

DESENVOLVIMENTO:

Economia Internacional a distancia visa oferecer conhecimentos com objetivos de compreender e refletir suas perspectivas, focados em um contexto multidisciplinar, alcançando simultaneamente a capacitação de profissionais de Relações Internacionais.

Economia Internacional é a troca de bens e serviços entre os países. Em alguns o comercio internacional representa uma parcela bem maior que outros é um fenômeno que estrutura a cooperação entre países, num sistema de interdependência entre as várias áreas.

A Economia Mundial influencia o comércio, a saúde a política, as populações, a sociedade e o meio ambiente, entre outros fatores fundamentais para o ser humano contemporâneo.

Assim, tal assunto ultrapassa as fronteiras da Economia convencional, com suas tradicionais ligações com o Comércio e Finanças Internacionais.

Objetivo Estudar a estruturação das relações econômicas globais, enfatizando a importância do conceito de cooperação entre nações, surgido com a constituição do Estado Nacional Moderno e seus conflitos por definição de fronteiras, despertando assim, o fenômeno do interesse nas trocas comerciais.

A **Metodologia** utilizada foi a de pesquisas em livros, sites, revistas e matérias na internet referente ao tema.
Justificativa Obter um maior conhecimento e entendimento da Economia Internacional

David Ricardo no sec. XIX, em seus estudos mencionava o sentido cooperativo de união entre os povos buscando a união, para a conquista de avanços comuns para todos.

O sistema economia entre os países depende das relações de compra e venda de mercadorias, não se tratando propriamente de excedentes, onde põe-se a necessidade, para todas as nações, de obter divisas, (***divisa*** se refere a uma moeda utilizada em uma região fora da sua origem. Em outras palavras, ***é uma*** moeda estrangeira. Assim, a libra esterlina britânica constitui uma ***divisa*** fora das fronteiras do Reino Unido ***e*** o dólar norte-americano ***é uma divisa*** fora dos Estados Unidos) garantindo desse modo os bens de primeira necessidade, indispensáveis ao abastecimento interno.

Ao mesmo tempo, temos a indústria local buscando a venda de suas mercadorias. No Sistema Financeiro Internacional, as finanças constituem um ramo da economia responsável pela administração do dinheiro. As finanças internacionais, por conseguinte, estudam o fluxo de efetivo entre os vários países. A área financeira pode dividir-se em dois ramos de estudo: a economia internacional (que tem em conta a taxa de câmbio, as taxas de juros e outros aspectos financeiros) e as finanças corporativas (o estudo dos mercados e dos produtos financeiros).

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

Neste final de século a Integração econômica ganhou vulto, principalmente em razão dos avanços econômicos (se assim pode-se dizer) empreendidos pela Comunidade Europeia (CE), comunidade que caminha a firme propósito para a integração econômica total. Da política aduaneira unificada à implementação da moeda comum, a CE é modelo de estudo para todos os demais processos de integração econômica (fala-se de MERCOSUL e lá está a menção à CE, sempre em estudos "comparativos").

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

"Organização internacional é uma associação de Estados instituída por um tratado, que persegue objetivo comum aos Estados membros e que possui órgãos próprios para a satisfação das funções específicas da Organização". Dentre a grande variedade de conceitos, verifica-se em todas as definições propostas pela doutrina internacional, a ênfase a dois elementos: *organização*, que implica permanência (ou estabilidade) e vontade própria (personalidade jurídica distinta dos Estados membros; e *internacionalidade* (criação por um instrumento de Direito Internacional)). Na teoria geral das organizações internacionais, estas podem ser classificadas, numa referência pertinente ao tema da integração econômica internacional, quanto ao seu *objeto*, à *estrutura jurídica* e ao *território de ação*.

As organizações internacionais podem ser classificadas como organizações internacionais de finalidades gerais (ONU), de cooperação política (Conselho Europeu), de cooperação militar (OTAN), de cooperação social e humanitária (OMS), de finalidades culturais e técnicas (UNESCO) e, finalmente (por pertinente a este estudo), *de cooperação econômica*, a exemplo da Comunidade Europeia - CE e do *North American Free Trade Agreement* - NAFTA.

No que se refere a *estrutura jurídica*, uma organização de integração econômica internacional têm caráter *supranacional*, em contraposição, por exemplo, ao caráter intergovernamental dos tipos clássicos e correntes de organização internacional. Diferentemente das organizações intergovernamentais, esta categoria de organização funda-se no "princípio da "limitação da soberania dos Estados membros", resultante da chamada "transferência de poderes soberanos dos Estados membros para organizações supranacionais"".

Finalmente, o caráter *regional* de atuação destas organizações internacionais de integração determina sua distinção das organizações de caráter *para-universal*, tais como a Organização das Nações Unidas e as organizações a estas vinculadas (OIT, UNESCO).

ECONOMIA POLÍTICA

A expressão Economia Política tem origem no grego: oikonomika e politeia. Antonie Montchrétien foi quem primeiro utilizou a expressão em 1615, em sua obra "Tracté de l'Economie Politique", se referindo ao estudo das relações de produção, especialmente entre as três classes principais da sociedade capitalista ou burguesa: capitalistas, proletários e latifundiários e onde ele afirma que: "a ciência da aquisição da riqueza é comum ao Estado e a família" e entendia que não deveria ser separado o adjetivo política do substantivo economia.

No final do século XIX, o termo economia política foi paulatinamente trocado por economia, usado por aqueles que buscavam abandonar a visão classista da sociedade, repensando-a pelo enfoque matemático, axiomático e valorizador dos estudos econômicos atuais e que concebiam o valor originado na utilidade que o bem gerava no indivíduo.

Atualmente o termo economia política é utilizado comumente para referir-se a estudos interdisciplinares que se apoiam na economia, sociologia, direito e ciências políticas para entender como as instituições e os contornos políticos influenciam a conduta dos mercados. Dentro da ciência política, o termo se refere principalmente às teorias liberais e marxistas, que estudam as relações entre a economia e o poder político dentro dos Estados.

ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Adam Smith e David Ricardo, foram os maiores representantes da Economia Política Clássica. A despeito das diferenças entre suas concepções teóricas, encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos.

A primeira Teoria referente à natureza: “não se tratava de uma disciplina particular, especializada, que procurava “recortar” da realidade social um “objeto” específico (o “econômico”) e analisá-lo de forma autônoma. À Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime”; por isso, em suas mãos,

a Economia Política se erguia como fundante de uma teoria social, um elemento articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social.

A segunda característica refere-se ao modo como seus autores mais significativos trataram as principais categorias e instituições econômicas (capital, dinheiro, salario, lucro, mercado, propriedade privada etc.): eles se entenderam como categorias e instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneciam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental.

"A Economia Política Clássica expressou a doutrina da burguesia no período em que estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o Antigo Regime" – e não foi por outra razão, que o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971) considerou-a a "maior e mais típica ciência nova da sociedade burguesa".

A CRISE DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Entre os anos vinte e quarenta do século XIX, inicia-se a crise da dissolução da Economia Política Clássica. seu contexto é bem determinado: nessas décadas, a relação da burguesia é alterada com a cultura ilustrada no seu período revolucionário.

Neste período condensa um projeto de emancipação humana que a foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido nos ideias de liberdade, fraternidade e igualdade. Assim sendo, a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida na primeira metade do século XIX nos países da Europa Ocidental, é uma emancipação política não uma emancipação humana. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em liberdade econômico-social, sem esta, a emancipação humana é impossível.

A Revolução Burguesa, não conduziu ao prometido reino da liberdade: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior,

mas que continha limites insuperáveis a emancipação da humanidade. Tais limites desviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe – o domínio da classe burguesa. A burguesia a abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua decadência ideológica, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa as mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário.

É nesse contexto que se compreende a crise da Economia Política clássica – sua crise parte daquela inflexão, ocasionada pela conversão da burguesia em classe conservadora. Na medida em que se expressa os ideais da burguesia revolucionária, a Economia Política clássica torna-se incompatível com os interesses da burguesia conservadora. De fato, o que resulta da dissolução da Economia Política são duas linhas de desenvolvimento teórico mutuamente excludente: a investigação conduzida pelos pensadores vinculados à ordem burguesa e a investigação conduzida pelos intelectuais vinculados ao proletariado. Nos dois casos, a antiga expressão é deslocada: no primeiro, é abandonada e substituída pela nominação mais simples de Economia; quanto a Marx, ele sempre se refere a sua pesquisa como crítica da Economia Política.

A ATUAL ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

A questão do desenvolvimento constitui um dos principais temas da agenda político-econômica da atualidade. De fato, seja no interior dos países ou no cenário internacional, é impossível refletir sobre as transformações econômicas das últimas décadas sem se perguntar sobre suas implicações no processo de desenvolvimento das nações.

A Conformação da Atual Ordem Econômica Internacional A humanidade, durante a sua trajetória, construiu várias ordens econômicas. A atual surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial e se alicerça numa perspectiva político-econômica bastante específica. Este cenário estrutura-se a partir da derrota dos diversos nacionalismos (especialmente do nacionalismo alemão) e da percepção de que era necessária, para que houvesse um novo ciclo de expansão econômica, a ruptura com o protecionismo existente.

As palavras nação ou nações são utilizadas neste texto como o significado de Estado ou de país.

Para alguns, contudo, seria mais correto utilizar a expressão vários sistemas econômicos. Bélanger, Michel (1999). A ATUAL ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E A INSERÇÃO DO BRASIL. Desenvolvimento em Questão O núcleo de sustentação desta nova ordem passou a ser a internacionalização da economia e o fortalecimento do livre comércio entre as nações.

Nesse sentido, é possível afirmar que o surgimento da atual ordem econômica internacional representou de certa forma, a retomada do processo de integração das diversas economias nacionais iniciado em 1870.

Com efeito, a partir desta data, por mais ou menos 45 anos, os fluxos econômicos internacionais tornaram-se, rapidamente, expressivos, estimulados pelos custos decrescentes dos transportes. O que até então havia sido um conjunto de economias nacionais separadas começou a se integrar: a economia do mundo se globalizou. No entanto, a globalização não é um processo inevitável; esta primeira onda foi revertida por causa da fuga para o nacionalismo.

Entre 1914 e 1945, os custos de transporte continuaram a cair, mas as barreiras comerciais cresceram (...). Ao fim deste período, o comércio havia desmoronado, retomando os níveis de 1870, aproximadamente (Stern, 2003, p. 44-45).

Conscientes das consequências negativas deste fato para o conjunto das economias nacionais, as nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial decidiram reverter este quadro. Para tanto, passaram a fomentar a cooperação econômica entre as nações e a incentivar a ruptura de todas as formas de protecionismo econômico, tendo como objetivo estratégico a liberação dos mercados e a formação de uma economia internacionalizada. Em consequência, à medida que "as barreiras comerciais diminuíam e os custos de transportes continuavam a cair, o comércio internacional se revitalizou [e a economia se expandiu]" (p. 45). Essa revitalização do comércio internacional e essa expansão econômica não ocorreram, contudo, apenas devido à contenção do protecionismo econômico e do fomento à liberação do comércio.

Foi decisiva também a criação, no período, de um conjunto de organizações internacionais de cunho econômico. De fato, a necessidade de criação destas Argemiro Luís Brum – Gilmar Antônio Bedin 30 Ano 2 • n. 3 • jan./jun. • 2004 organizações internacionais ficara bastante evidente nas reuniões de Bretton Woods, realizadas ainda no ano de 1944. Por isso, estas organizações internacionais foram imediatamente criadas, tendo entrado em funcionamento em 1947 (Bélanger, 1999).

O surgimento dessas organizações foi, sem dúvida, um passo fundamental para a formação e a estruturação da atual ordem econômica internacional. Neste sentido, não há dúvida de que esta remonta, no século passado, ao encontro de Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores buscaram instituir órgãos reguladores da economia internacional.

Ao término daquele encontro, houve consenso quanto à necessidade de criar: (a) um fundo monetário, que pudesse resguardar as economias nacionais contra crises cambiais (o FMI);

(b) um banco que financiasse a reconstrução europeia e o desenvolvimento (o BIRD)

(c) uma organização internacional que regulamentasse os fluxos comerciais (a OIC) (Barral, 2000, p. 23).

Apesar de algumas dificuldades para a criação da Organização Internacional do Comércio, estas três organizações econômicas internacionais transformaram-se, rapidamente, nos pilares de sustentação da atual ordem econômica internacional, tendo sido decisivas na operacionalização das transformações econômicas de todo o período posterior a 1950.

Os riscos para a economia mundial em 2018

BBC conversou com representantes de três organismos internacionais para identificar as ameaças que estão rondando a economia mundial.

Riscos estão sempre rondando qualquer economia. Alguns podem ser mais difíceis de se antecipar do que outros, como uma guerra, um colapso repentino dos mercados financeiros ou um desastre natural de grandes proporções.

RISCOS AO CRESCIMENTO GLOBAL DIMINUEM, MAS SURGEM OUTROS, DIZ BCE

Mas, em determinados casos, há sinais que alertam os economistas para potenciais ameaças e que permitem fazer previsões no curto e no médio prazo.

Neste início de 2018, diversos organismos internacionais listaram as possíveis ameaças à economia mundial. Apesar da previsão de crescimento de 3,1% para este ano, ainda existem incógnitas e ameaças latentes.

Confira abaixo algumas dos riscos projetados para o ano, de acordo com especialistas consultados pela BBC Mundo, o serviço em espanhol da BBC:

José Juan Ruiz, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

- Riscos geopolíticos e de estabilidade das instituições e das regras globais. Qual será o futuro da Organização Mundial do Comércio e do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta)? Haverá uma escalada das tensões entre EUA e Coreia do Norte, ou entre EUA e China? Estas são algumas das incertezas que podem prejudicar a economia.

- Queda do crescimento da produtividade, tanto em países desenvolvidos como emergentes. Hoje a produtividade cresce menos do que no passado, porque mundo ainda não sabe como utilizar bem as novas tecnologias nos sistemas produtivos. Outro elemento que influi nessa dinâmica é o envelhecimento crescente da população, que diminui a faixa dos economicamente ativos.

- A surpresa da inflação. Há um consenso amplo no mundo de que estamos em uma fase de inflações estruturalmente baixas, com condições monetárias muito favoráveis e mercados abundantes que criam riqueza financeira com pouca volatilidade. Isso provocou uma sincronização da recuperação econômica. Mas, se a inflação subir nos Estados Unidos (que é o esperado), pode haver um aumento na taxa de juros e mudanças nesse cenário.

- Aumento dos níveis de endividamento do setor privado e também dos próprios países. Com isso, alguns recursos que seriam usados em investimentos ou em programas sociais terão que ser destinados a pagar a dívida.

- Há um dilema moral. As empresas precisam apostar no bem comum, e não apenas nos lucros dos acionistas. Isso é um risco, mas levanta a questão sobre como as empresas podem ganhar legitimidade perante uma sociedade cada vez mais cansada do aumento da desigualdade. Eu acredito que esse debate pode ter um efeito importante.

Alicia Bárcena, secretária-executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal):

- Mudança climática. Este é o maior desafio que estamos enfrentando. O aquecimento global, os desastres naturais, a escassez de água e a contaminação podem colocar 122 milhões de pessoas na pobreza extrema, além das que já estão nessa situação hoje.
- Crescente desigualdade. O aumento da desigualdade de renda e a polarização social são consequências adversas da hiperglobalização, especialmente no mundo desenvolvido. Hoje existem oito pessoas que concentram uma riqueza equivalente à de 50% da população mundial mais pobre. A desigualdade ameaça a sustentabilidade econômica e social do atual modelo de desenvolvimento; seus custos ameaçam o bem-estar, o investimento e a inovação.
- Diminuição da confiança na democracia. Uma cultura baseada em privilégios transforma as diferenças em desigualdades. Estas tensões sociais, combinadas com incertezas, têm enfraquecido a confiança pública nas instituições democráticas.
- Crise do multilateralismo. Os grandes e persistentes desequilíbrios na conta corrente dos países, juntamente com as mudanças de localização de empresas e a piora nas condições de trabalho, têm provocado um ressurgimento do protecionismo em muitos lugares. Isso, combinado com negociações comerciais ineficientes, enfraquece o sistema de comércio multilateral internacional.
- Impacto desigual da revolução tecnológica. Mais de 40% da humanidade continua desconectada, não participa e nem tem voz na nova economia digital. Assim como as novas tecnologias redefinem os produtos e o mercado de trabalho, a distribuição desigual e o consumo dessas tecnologias afetam o crescimento e criam novas desigualdades.

Carlos Arteta, economista líder do Grupo de Perspectivas Globais de Desenvolvimento do Banco Mundial:

- Endurecimento abrupto das condições internacionais de financiamento. Isso pode acontecer caso os mercados financeiros reavaliem a velocidade com que os bancos centrais doa países desenvolvidos normalizam suas políticas monetárias. Por exemplo, se a inflação nessas economias crescer mais do que o previsto.
- Reajuste muito rápido nos mercados de ações. Este risco tem aumentado devido a níveis muito altos registrados nas bolsas de valores mais importantes do mundo, assim como baixas taxas de juros. Essas condições poderiam mudar rapidamente e gerar tensão financeira.
- Aumento das restrições ao comércio. A ameaça tem crescido diante das tendências protecionistas de algumas das economias mais importantes do mundo, como a dos Estados Unidos.
- Crescimento da incerteza na política econômica. Mudanças drásticas na condução da economia poderiam afetar as decisões de investimento.
- Aumento das tensões geopolíticas. Um endurecimento das tensões na península coreana ou no Oriente Médio, por exemplo, poderia minar a confiança e prejudicar a atividade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a economia mundial apresentar sinais favoráveis de crescimento, a estabilidade financeira global enfrentará obstáculos e permanecerão vulneráveis no curto, médio e longos prazos devido à volatilidade do mercado de ações (curto prazo). Em médio prazo, há risco para a estabilidade do sistema financeiro, e no longo, riscos elevados de desaceleração. As informações são parte do Relatório Global de Estabilidade Financeira (GFSR, sigla em inglês), divulgado hoje (18) pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O relatório mostrou três áreas de vulnerabilidade. "enfraquecimento da qualidade de crédito; instabilidades relacionadas à dívida externa em mercados emergentes e países de baixa renda; e descasamentos de liquidez em dólar entre bancos fora dos Estados Unidos. Vamos considerar cada um por sua vez", diz o texto.

Para países emergentes, o prognóstico do estudo é "um panorama de condições financeiras positivas externas", que deverá ser aproveitado oportunamente para "aprimorar suas políticas de regulação financeira para estabilidade monetária".

PREOCUPAÇÃO

O cenário geopolítico instável do ponto de vista político e comercial também é um fator preocupante para investidores. O FMI recomenda que atores políticos aproveitem o momento favorável para tomar medidas que reduzam os riscos, sobretudo no caso de emergentes (categoria em que o Brasil se encaixa). Para estes países a recomendação do fundo é "fortalecer os fundamentos econômicos e amortecer os choques externos".

No caso de economias avançadas, países desenvolvidos a recomendação é "desenvolver suas ferramentas de política regulatória e financeira; e seguir os planos para fortalecer as instituições financeiras".

Segundo o estudo, as baixas taxas de juros, adotadas para promover o crescimento econômico em vários países, acabaram alimentando como efeito secundário, um ambiente no vulnerável e volátil do ponto de vista financeiro. Por isso o desafio é trabalhar "estas vulnerabilidades" para que os países estejam preparados para crises econômicas.

EQUILÍBRIO

De acordo o FMI é preciso ajustar aspectos econômicos e financeiros, para evitar contratempos e problemas futuros. O texto cita como exemplo, que o aumento mais rápido do que o previsto na inflação dos Estados Unidos, pode fazer com que os Esse crescimento inflacional poderia fazer como que bancos centrais retirem a acomodação monetária (oferta de moeda), para equilibrar preços de produtos e serviços.

Para controlar o risco de alta inflação, puxada por preços de produtos e serviços, reguladores financeiros podem controlar a oferta monetária, e consequentemente a inflação. Contudo, este tipo de ação acaba abalando o próprio mercado financeiro e gerando instabilidade no sistema global.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou a projeção de crescimento do Brasil para 2,3% em 2018 e 2,5% em 2019. As projeções fazem parte do relatório Panorama da Economia Mundial, publicado hoje (17), e representam 0,4 pontos percentuais a mais do que as do último relatório, que havia sido divulgado em janeiro. Os números foram impulsionados pelo aumento do investimento e do consumo privado no país. Para 2017, no entanto, o fundo revisou para baixo o crescimento do país para 1%. O último relatório mostrava crescimento de 1,1%.

REFERÊNCIAS

http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-ens/31.htm - Página Eumed. net / Enciclopédia Virtual - A Economia Internacional

http://hermes.ucs.br/ccea/dece/jmrocha/EconomiaI/dezembro/Economia%20internacional. pdf – Página hermes.ucs.br - Economia Internacional - Qual a importância do comércio entre as Nações? - Até que ponto é preciso exportar e importar?

Economia Internacional - Infoescola

https://www.infoescola.com/economia/economia-internacional 23-04-2018

http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-ens/31.htm - Página Eumed. net / Enciclopédia Virtual - A Economia Internacional

http://hermes.ucs.br/ccea/dece/jmrocha/EconomiaI/dezembro/Economia%20internacional. pdf – Página hermes.ucs.br - Economia Internacional - Qual a importância do comércio entre as Nações? - Até que ponto é preciso exportar e importar?

https://g1.globo.com/economia/noticia/os-riscos-para-a-economia-mundial-em-2018.ghtml Riscos para Economia Internacional 25-06-2018.

Agencia Brasil.ebc.com. br/economia-mundial-da-sinais-favoraveis-de--crescimento-Economia Mundial 25-06-2018

A Importância do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Vendas para os Profissionais e Empresas Contemporâneas

Denise Cardoso Garcia Nunes

Atualmente é Coordenadora Acadêmica de todos os cursos de Pós-Graduação EAD na área de Gestão da Faculdade Internacional Signorelli. Atuou como Coordenadora de cursos na área de Gestão no SENAC Rio; Coordenadora Técnica na área de Gestão e Negócios da FAETEC; Assessora política da Prefeitura do Rio de Janeiro. Atua como Coordenadora geral da instituição - ONG Colcha de Retalhos-RJ. Tem experiência na área de Comunicação, Recursos Humanos, Marketing, Marketing Social, Projetos Sociais com ênfase em Desenvolvimento Local, Responsabilidade Social. É Consultora em Projetos sociais na Indústria Química PAN-AMERICANA S/A. Atuação como docente: no curso de Pós-Graduação da UNISUAM-RJ, Universidade Severino Sombra e SENAC RIO; nos cursos de Extensão Universitária na Universidade Estácio de Sá-RJ; e nos cursos de Gestão Presencial e EAD FAETEC.

http://lattes.cnpq.br/1758339635300092

RESUMO

A gestão de vendas é um tema contemporâneo do mundo globalizado e, tem provocado calorosos debates sobre o papel que as empresas devem assumir perante a sociedade, se tão somente o de maximização de lucro e criação de riqueza ou algo mais amplo. É neste contexto que se destaca a importância da Gestão de Vendas como estratégia competitiva empresarial e a formação de profissionais habilitados para tal tarefa. Este artigo tem como proposta apresentar um ensaio teórico sobre o entendimento histórico do marketing e da gestão de vendas, sua utilização como estratégia empresarial, com o intuito de justificar a importância da implementação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Vendas na Faculdade Internacional Signorelli, que tem como finalidade oferecer um ensino atual, inovador e voltado para a difusão do conhecimento acadêmico buscando atender as necessidades do mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de vendas, Marketing, Estratégia Empresarial.

ABSTRACT

Sales management is a contemporary theme of the globalized world, and has sparked heated debates about the role that companies must play in society, whether it is only about maximizing profit and creating wealth or something broader. it is in this context that the importance of sales management as a competitive business strategy and the training of qualified professionals for this task are highlighted. this article aims to present a theoretical essay on the historical understanding of marketing and sales management, its use as a business strategy, with the purpose of justifying the importance of the implementation of the post-graduation course lato sensu in sales management in the faculty international signorelli, which aims to offer a current teaching, innovative and focused on the dissemination of academic knowledge seeking to meet the needs of the labor market.

KEY WORDS: Sales Management, Marketing, Business Strategy.

INTRODUÇÃO

Em mundo empresarial globalizado as empresas estão se defrontando com a necessidade de incorporar cada vez mais as técnicas de gestão de marketing e vendas como processo de posicionamento estratégico. Onde processo de Gestão de vendas é amplo e interligado com um processo maior que vem da Gestão de marketing. Assim, neste mercado extremamente competitivo e em constante transformação torna-se cada vez mais difícil a tarefa de conquistar e fidelizar clientes cada vez mais exigentes. Produtos e serviços devem estar voltados para a satisfação das necessidades dos clientes. Neste aspecto, o desempenho dos profissionais de vendas é de vital importância para satisfazer e fidelizar clientes.

Sendo assim, a gestão de vendas é uma área que está em constante evolução apresentando diversas oportunidades para os profissionais que desejam seguir carreira neste seguimento. É neste sentido, que este trabalho tem como objetivo aprofundar o estudo de estratégias de gestão de marketing voltadas à gestão venda como instrumento de empoderamento de profissionais deste segmento. Este artigo tem como um dos objetivos

fazer uma breve abordagem do histórico do marketing e apresentar as principais estratégias de gestão de vendas.

Ao expandir as vendas e as receitas de vendas, o marketing ajuda a distribuir os custos fixos por mais unidades, ampliando, dessa forma, o retorno de lucro para a empresa. Nas economias de livre iniciativa, voltadas ao mercado, o processo de marketing, como principal força de criação de mercados de massa, produção em massa e distribuição em massa, também ajuda a criar altos níveis de atividade empresarial, maiores oportunidades de investimento e de emprego.

O termo marketing é "uma expressão anglo-saxônica derivada da palavra 'mercari', do latim, que significa comércio, ou ato de mercar, comercializar ou transacionar" (COBRA, 2015). Os primeiros estudos sobre o marketing surgiram na década de 1940, a partir de trabalhos como o de Walter Scott sobre a aplicação da psicologia na propaganda e o de Willian J. Reilly sobre as leis de gravitação do varejo. É fato que, as pessoas reagem ao marketing toda vez que compram um produto em função de satisfazer aos seus desejos e às suas necessidades. O marketing estuda as causas e os mecanismos que regem as relações de troca e pretende que o resultado de uma relação seja uma transação satisfatória para todas as partes que participam no processo. Segundo Philip Kotler (2012), o marketing é também um processo social, no qual indivíduos ou grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com os outros.

Sendo assim, as empresas para posicionar-se e manter-se no seu mercado alvo, que está cada vez mais competitivo, necessita ter um departamento comercial organizado, estruturado e principalmente, ter profissionais devidamente treinados e capacitados. Pois é este profissional, que responde pelas negociações de vendas de produtos ou serviços.

Consequentemente, o profissional que se destaca, além de adquirir um número cada vez maior de clientes, pode atuar em empresas de vários segmentos conquistando novas oportunidades e também, bons salários.

É neste contexto que se destaca a importância da formação do profissional de vendas como estratégia competitiva empresarial. Sendo assim, é de vital importância à implementação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão de Vendas na Faculdade Internacional Signorelli que tem

como finalidade oferecer um ensino atual, inovador e voltado para a difusão do conhecimento acadêmico buscando atender as necessidades do mercado de trabalho.

Vale ressaltar, que um dos objetivos desse trabalho é apresentar por meio de levantamento bibliográfico, uma breve abordagem do histórico do marketing e algumas estratégias de gestão de vendas como instrumento para profissionais do seguimento alcançar sucesso.

Portanto, o presente artigo deriva-se do estudo realizado a partir de pesquisa em sites relacionados com o tema, livros de renomados autores tais como Philip Kotler e Idalberto Chiavenato dentre outros, além de reflexões próprias advindas do conhecimento deste mercado que atuo e pesquiso profissionalmente.

Este artigo está desenvolvido em dois capítulos, sendo que o primeiro fará uma breve abordagem do histórico do marketing, enquanto que o segundo capítulo apresentará as principais estratégias de gestão de vendas.

HISTÓRICO E CONCEITOS DE MARKETING

Os primeiros estudos sobre o marketing surgiram na década de 1940, nos Estados Unidos da América a partir de trabalhos como o de Walter Scott sobre a aplicação da psicologia na propaganda e o de Willian J. Reilly sobre as leis de gravitação do varejo.

Entretanto, pode-se afirmar que o Marketing já se praticava mesmo na Idade Média, pois o artesão levava seu produto até uma praça, oferecia-o aos consumidores por determinado valor e realizava a venda pessoal. Porém, a comercialização moderna não consiste apenas na transferência do produto ao consumidor.

Em 1954 Peter Drucker lançou o seu livro "A prática da administração", colocando o marketing como uma força poderosa a favor dos administradores e gestores em geral.

Nesta época, na maior parte das empresas, o marketing não era considerado importante o suficiente para ocupar um lugar de destaque no organograma e muitas vezes, era até desconsiderado. Aos poucos, essa função

foi-se alargando gradativamente e colocada no mesmo plano das outras direções de produção, financeira e de recursos humanos.

Foi na década de 1960, que houve a explosão do mundo do marketing. Artigos científicos foram escritos, pesquisas feitas e dados estatisticamente relevantes traçados.

Em 1967, o renomado professor Philip Kotler, que é considerado um dos pais do marketing, lança a primeira edição de seu livro "Administração de marketing", onde reuniu, reviu, testou e consolidou as bases daquilo que até hoje formam o cânone do marketing. Seus textos tornaram-se referências acadêmicas para o estudo de marketing. Foi o principal inspirador e divulgador de conceitos de marketing estratégico como ciclo de vida do produto, segmentação do mercado, posicionamento e aferição das atitudes de compra do consumidor.

Para ele as principais funções do profissional da área são: Detectar e avaliar novas oportunidades; Mapear as percepções, preferências e exigências dos clientes; Transmitir os desejos e expectativas dos clientes aos projetistas de produtos/serviços; Garantir excelência no atendimento durante e pós venda; Certificar-se de que o cliente recebeu orientações quando ao uso do produto/serviço; Manter contato com os clientes para assegurar sua satisfação; e Coletar ideias dos clientes para melhorar os produtos e serviços.

Segundo Kotler (2000) o marketing se proliferou pelo mundo por três motivos principais, os quais são:

(1) concorrência – após a Revolução Industrial houve o aumento da oferta de produtos e consequentemente, de vendedores;
(2) clientes – estão cada vez mais informados e assim, exigentes; e
(3) tecnologia – o avanço tecnológico propicia novos métodos de vendas.

O avanço tecnológico dos anos entre 1980 a 1990 teve um forte impacto no mundo do *marketing*, sendo uma revolução na logística, distribuição e formas de pagamento. A partir dos anos 1990, houve o fortalecimento do conceito de "*marketing* societal", o que levou as empresas a incluírem os conceitos de responsabilidade social e ética empresarial em suas práti-

cas de marketing. Outra tendência do mesmo período foi que, tornou-se uma exigência de mercado haver uma preocupação com o bem-estar da sociedade. A satisfação do consumidor e a opinião pública, passou a estar diretamente ligada a participação das organizações em causas sociais, e a responsabilidade social transformou-se numa vantagem competitiva.

Nos dias atuais, por estar inserida em um mercado globalizado uma mesma empresa adere naturalmente a diferentes filosofias de marketing ao redor do mundo e, até mesmo num mesmo mercado, com vista a orientação para produção, produto, venda, cliente e sociedade. A fim de atender as diferentes necessidades, as empresas recorrem ao Mix Marketing, que é um sistema de gestão que olha para o mercado. Esse modelo se caracteriza desde o momento em que as empresas produzem um determinado produto, tendo por objetivo comunicar, informar o consumidor sua disponibilidade em uma dada praça (ponto de venda, ou local), a um determinado preço. Também conhecido como composto de marketing ou Mix de Marketing os 4P's(produto, preço, praça e promoção) transformou-se num instrumento de suma importância para os profissionais de marketing e para as empresas em geral.

Nos 4P's o mercado é visto do lado do vendedor (empresa), com uma visão orientada para o produto e menos para o cliente (consumidor). Para minimizar esta deficiência a equipe de marketing de uma empresa adota tambémo conceito dos 4C's(*Cliente, Conveniência, Comunicação e Custo)* tem como visão orientar o composto para o cliente. Considera-se que os elementos componentes dos 4P's e dos 4C's, desenvolvidos em conjunto ou separadamente, são os determinantes das ações estratégicas para atender as necessidades e desejos dos consumidores.

Ao longo do tempo, o marketing vem passando por grandes evoluções, estudos apontam cincos principais Eras(Produção; Vendas; Mercado; Relacionamento e Digital).

1. Era da Produção: as empresas neste período produziam de forma artesanal seus produtos e com a revolução industrial a prioridade era a redução de custo e produção em massa. A Era da Produção pode ser dividida em duas fases: a do foco no produto e a do foco na produção.

2. Era de Vendas: após a Segunda Guerra Mundial as empresas não tinham foco na satisfação do cliente, mas sim com a venda dos seus produtos, pois era imprescindível a venda do excedente produzido com base na produção em série, instituída no período anterior.
3. Era do mercado: o consumidor assume o poder e define tudo no mundo do mercado. Desde as tendências, preço e tudo relacionado à oferta e demanda.
4. Era de Relacionamento: a relação entre cliente e empresa é reforçada por meio de respeito e qualidade dos produtos. A empresa constrói relações a longo prazo com seus clientes a fim de fidelizá-los na compra de seus produtos ou serviços, pois o custo de manter um cliente é menor do que o custo para atrair um novo.
5. Era Digital: com o uso da Internet o consumidor tem facilidade de fazer pesquisa e não se ilude mais com preços baixos, agora está mais informado e exigente. Além destes fatores deve-se levar em consideração níveis superiores de interatividade e o poder dos meios de comunicação on-lines, que fomenta uma nova forma de consumo social, onde os usuários podem interagir com pessoas e empresas em vários âmbitos e perspectivas.

É neste cenário que, na evolução do enfoque do marketing, percebe-se que a forma de comercializar foi mudando de acordo com as variações ambientais e comerciais. Deste modo, o produto cede espaço ao consumidor, exigindo maior participação dos profissionais com a utilização das técnicas de venda que é o assunto da próxima seção.

VENDAS

De acordo com o estudo apresentado na seção anterior infere-se que os meios de marketing e vendas foram se aprimorando de acordo com a evolução do mercado e a informatização. As empresas foram buscando inovação, agilidade e estratégias para persuadir o cliente nas variadas áreas.

Em toda essa evolução do mercado, o que se percebe é que não importa se a épocas é de crises ou de desenvolvimento, se a situação econômica é

favorável ou não, as empresas sempre precisarão de profissionais de vendas com maior ou menor intensidade. A profissão de vendas apresenta suas características e desenvolver a capacidade de vender significa ampliar a própria habilidade para lidar com qualquer situação e, consequentemente, aumentar as oportunidades de obter melhores resultados.

A venda está diretamente relacionada ao marketing sendo uma das ferramentas mercadológicas com que as organizações buscam no mercado recursos para atingir seus objetivos, entre eles, os financeiros. Segundo Kotler(2000), a gestão das atividades de vendas é composta de um conjunto de funções que requerem: planejamento, direção e controle de venda, recrutamento, seleção, treinamento, providências de recursos, delegação, determinação de rotas, supervisão, pagamento e motivação, à medida que estas tarefas são aplicadas á força de vendas.

Para Chiavenato (2010), os princípios essenciais do marketing auxiliam as empresas na elaboração de estratégias de vendas exitosas. O autor complementa que, os gestores de vendas utilizam as mesmas ferramentas aplicadas no marketing tradicional ao marketing de venda com o intuito de: "[...] efetuar a vendas de seus serviços ou produtos de maneira mais eficiente e eficaz.".

Chiavenato (2010), enfatiza que o marketing de vendas veio para: "[...] substituir o tradicional foco no produto pelo foco no cliente."

O profissional de vendas é responsável em vender produto ou serviço além de atrair novos negócios para empresa. A definição de vendedor apresentada por Las Casas (2004) referencia vendedor como profissional devidamente qualificado para explorar as oportunidades oferecidas no mercado.

Por tanto, é necessário que este profissional esteja atento as mudanças tanto no âmbito nacional quanto internacional. Pois, numa negociação o vendedor deve abordar assuntos variados para conseguir fechar um bom negócio e para tal se faz necessário aplicação não apenas de habilidades técnicas, mas também habilidades humanas.

Sendo assim, o vendedor é o profissional responsável em conhecer toda a estrutura da empresa, os benefícios do produto ou serviço, seus pontos fortes e fracos, oferecer comprometimento e soluções, pois só assim, pode atender as expectativas dos clientes com o objetivo de fidelizá-lo.

Segundo Ratto (2007), em termos de tipos de vendedores, os profissionais podem ser agrupados em seis categorias diferentes:

(1) vendedor de varejo: trabalham em diversos segmentos de atendimento a clientes em um ponto fixo, sem a necessidade de ir em busca de clientes;
(2) vendedor de serviço: é considerado pelo autor como o mais difícil das categorias, pois o vendedor para ter êxito em suas vendas deve ter conhecimento especializado e conhecer as características de diferenciação do mercado para poder oferecer algo novo;
(3) vendedor de atacado: são os vendedores que atendem a empresas do mercado em geral, que são as escolas, supermercados, lanchonetes, hospitais etc;
(4) vendedores industriais: são responsáveis em vender matérias primas, produtos e serviços para indústrias no processo de transformação.
(5) vendedor de insumos industriais, são os vendedores que já têm uma rede de cliente fixo que utilizam seus produtos de matérias primas e suprimentos, e por último; e
(6) o vendedor técnico, que são os profissionais que atuam em uma determinada área e detém conhecimento técnico de determinado produto, normalmente este profissional assume o perfil de consultor.

Neste sentido, é primordial que o profissional de vendas, não importa o tipo, saiba fazer planejamento estratégico de sua gestão de vendas.

De acordo com o SEBRAE (2018): "[...] boas vendas são resultado de planejamento estratégico" – destacando assim, a relevância da gestão de vendas. Sendo assim, o profissional de gestão de vendas deve definir claramente suas estratégias e metas buscando aperfeiçoar suas vendas. Para tal, é preciso saber treinar sua equipe, incentivar, promover o relacionamento e padronização o atendimento dos clientes.

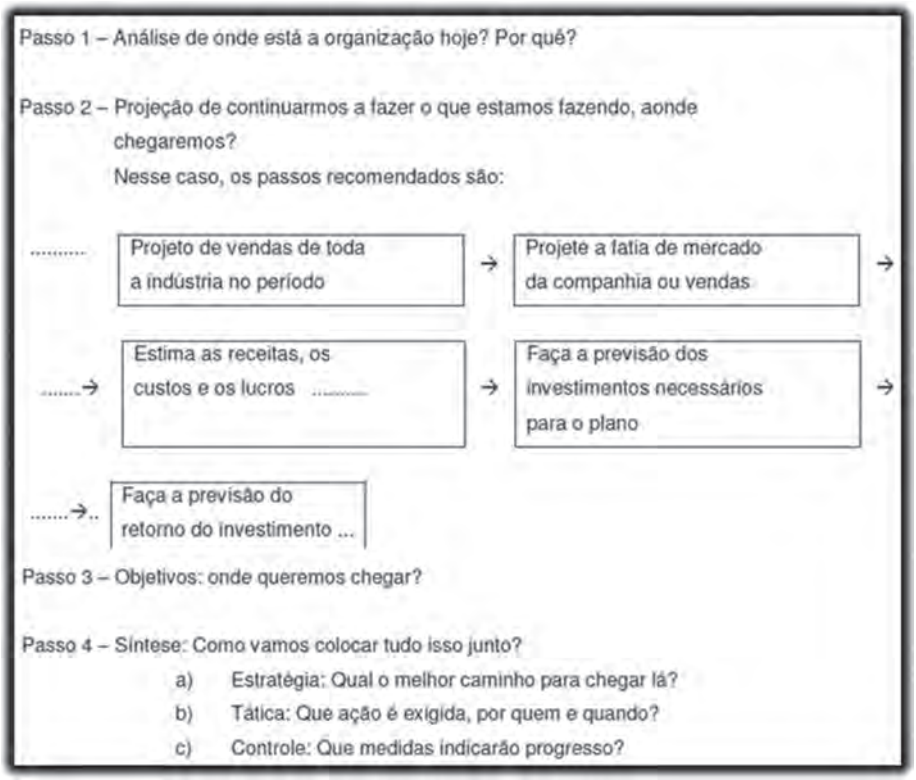
Vale ressaltar, que o primeiro passo para iniciar a gestão de vendas propriamente dita, é fazer a avaliação prévia do potencial de mercado, auxiliando na elaboração dos objetivos que irão nortear a gestão de vendas. Cabe elucidar que, potencial de mercado nada mais é do que as vendas esperadas de produto ou um serviço, para todo um mercado e durante um

período determinado. De acordo com (LAS CASAS, 2004), o potencial de mercado, portanto, é a capacidade máxima do mercado em estudo de absorver determinado produto ou serviço, por um determinado período.

O autor afirma ainda, que há diversos métodos para prever o potencial de um mercado, e consequentemente, o potencial de venda de uma empresa. A figura abaixo traz as etapas principais para a elaboração de planejamento de vendas, abarcando espaço para além de se identificar o potencial de mercado, se definir a previsão de vendas, as estratégias de segmentação de vendas e as táticas.

Assim sendo, demonstra de forma organizada, quais perguntas e caminhos devem ser adotados para este tipo de planejamento.

Figura 1 – Processo de planejamento de vendas



Fonte: (STROH, 1978, p. 62 apud LAS CASAS, 2004, p. 78).

Analisando a figura 1, percebe-se a necessidade de alinhar os objetivos da empresa com a necessidade do cliente e principalmente fazer projeções para se entrar no mercado de maneira eficaz. Para Rocha e Christensen (1999), é fundamental que neste momento as empresas definem a estruturação da equipe e o perfil de vendedor. Para os autores, a definição do trabalho de vendas realizado por uma empresa tem origem em dois aspectos básicos: a natureza dos produtos e serviços que a empresa oferece no mercado e os objetivos da empresa.

Corroborando com este pensamento, Kotler (2000) complementa que o planejamento da força de vendas é essencial, pois é a ligação entre o vendedor e o cliente fazendo com que a empresa atenda de forma satisfatória a necessidade do mercado. Portanto, é necessário definir o planejamento da força de vendas, seus objetivos e estratégias, bem como sua estrutura, tamanho e remuneração.

PROBLEMA INVESTIGADO

A criação do curso de Pós-Graduação em Gestão de Vendas se justifica, a partir da ampla necessidade das empresas atuais terem como estratégia competitiva gestores com formação acadêmica que lhes permitam desenvolver habilidades de formular, implementar e avaliar sua atuação como agentes de mudança, bem como apropriarem-se de uma visão inovadora frente aos desafios da gestão empresarial tendo como a gestão de vendas uma estratégia competitiva Empresarial.

A Pós-Graduação de Gestão de Vendas foi estruturada para oferecer aos estudantes a oportunidade de aprofundar conceitos e práticas de gestão de marketing, pessoas e vendas nas principais áreas organizacionais de empresas públicas ou privadas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e descritiva desenvolvida a partir da análise crítica de diversos livros, de autores conceituados, artigos científicos, dissertações, teses e de material disponibilizado na internet.

De acordo com Vergara (2008), a pesquisa bibliográfica consiste no "estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público em geral". Propiciando o conhecimento de uma variedade de fenômenos que no contexto de qualquer pesquisa de teor científico, faz-se necessário para que haja a compreensão da importância do uso do método científico e o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para sobreviverem em um cenário extremamente competitivo as empresas atuais precisam ter como estratégia competitiva gestores com formação acadêmica que lhes permitam desenvolver uma visão inovadora e sustentável frente aos desafios da gestão empresarial tendo a gestão de vendas como uma das principais estratégia Empresarial.

Assim, neste mercado extremamente competitivo e em constante transformação torna-se cada vez mais difícil a tarefa de conquistar e fidelizar clientes cada vez mais exigentes. Produtos e serviços devem estar voltados para a satisfação das necessidades dos clientes. Neste aspecto, o desempenho dos profissionais de vendas é de vital importância para satisfazer e fidelizar clientes.

Como apresentado neste trabalho, a gestão de vendas é uma área que está em constante evolução apresentando diversas oportunidades para os profissionais que desejam seguir carreira neste seguimento.

É neste sentido, que este trabalho teve como um dos objetivos aprofundar o estudo de estratégias de gestão de marketing voltadas à gestão venda como instrumento de empoderamento de profissionais deste segmento. Outro objetivo foi fazer uma breve abordagem do histórico do marketing e apresentar as principais estratégias de vendas.

No artigo, foi analisada a importância do profissional de gestão de vendas definir claramente suas estratégias e metas buscando aperfeiçoar suas vendas. Que para tal, é preciso saber treinar sua equipe, incentivar, promover o relacionamento e padronização o atendimento dos clientes.

Tem-se a partir do artigo exposto uma justificativa para a criação do curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Gestão de Vendas devido sua impor-

tância na formação de profissionais, com as mais variadas graduações, que sejam mais habilitados e capacitados para atuarem no mercado empresarial com valores éticos e que gerem fontes de vantagem competitiva, tanto para empresa, quanto para a sociedade.

Dessa forma, com a criação do curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Gestão de Vendas, este artigo apresenta a Faculdade Signorelli, a possibilidade de cumprir o seu papel como empresa socialmente responsável, ao contribuir com a sociedade e empresas na formação de profissionais com valores que gerem, não apenas, vantagem competitiva empresarial, mas também valores éticos para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento estratégico**. Elsevier, 2004.

_____, Idalberto. 2004. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7ª Edição. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Campus, 2004.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. Rio de Janeiro, 4ªEd. Elsevier, 2015.

KOTLER, Philip. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano/Philip Kotler, Hermawan Kartajaya, Iwan Setiawan; tradução Ana Beatriz Rodrigues. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

_____. Administração de Marketing /Philip Kotler, Kevin Lane Keller; tradução Sônia Midori Yamamoto; revisão técnica Edson Crescitelli. –14ed. – São Paulo: Perarson Education do Brasil, 2012.

_____. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, Alexandre Luiz. **Administração de vendas**, 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Administração de marketing.** São Paulo: Atlas, 2010.

PASSOS, Elizete. Ética nas organizações. 1ª ed. 9ª reimpr. São Paulo, Atlas, 2013.

TEIXEIRA, Elson; TOMANINI, Cláudio; MEINBERG, José Luiz; PEIXOTO, Luiz Carlos. Gestão de Vendas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RATTO, Luiz. **Vendas:** técnicas de trabalho e mercado. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

RATTO, Luiz. **Vendas:** técnicas de trabalho e mercado. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

ROCHA, A. da; CHRISTENSEN, C. **Marketing.** São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE, Central de Relacionamento. Acesso a mercados. Disponível no site: http://www.sebrae.com.br/customizado/acesso-a-mercados/venda--melhor/gestao-devendas>. Acesso em: 04.maio.2018.

TORRES, Claudio. A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo:Novatec, 2010.

VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. Revista Brasileira de Administração Contemporânea, v. 1, 1995.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

História da Educação. Disponível em: www.historia da administracao.com.br – acesso em: 15 de junho de 2018

História do Marketing. Disponível em: https://focusfoto.com.br/a-historia-do-marketing/– acesso em 16 de junho de 2018

Inteligência competitiva – disponível em http://www4.serpro.gov.br – acesso em 16 de junho de 2018

A Importância da Ergonomia no Cotidiano

Thereza Christina Imbuzeiro Horta Galhardo

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdades Integradas Silva e Souza(1987), especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho pela Faculdades Integradas Silva e Souza(2011), especialização em EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA pela Faculdade Internacional Signorelli (2016) e especialização em GESTÃO AMBIENTAL pela Faculdade Internacional Signorelli (2013). Atualmente é Orientador Acadêmico do Instituto de Gestão Educacional Signorelli e Engenheira de Segurança do Trabalho da VS BRasil Vigilância e Segurança. Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo

http://lattes.cnpq.br/1124536087323092

RESUMO

O modo como nos sentimos (fisicamente, mentalmente, socialmente e espiritualmente) é influenciado pelo tipo de interações que fazemos com os envolvimentos que usamos no dia a dia. É de extrema importância nos preocupar com a qualidade destes envolvimentos, no sentido de promover uma adequação que possa contribuir para a melhoria da nossa qualidade de vida. Este estudo buscou mostrar de que forma a Ergonomia pode contribuir para a melhoria de vida de todos nós. Neste sentido, este trabalho é direcionado às pessoas que estão interessadas em melhorar a sua qualidade de vida, transformando os envolvimentos que utilizam no dia a dia. É também dirigido a projetistas e gestores responsáveis por garantir aos consumidores e aos trabalhadores envolvimentos que promovam melhores condições de segurança e saúde, assim como melhoria da eficácia dos sistemas. Considerando que a Ergonomia é ainda um conceito pouco conhecido e muitas vezes definido de forma incorreta, o presente trabalho é uma abordagem sobre a sua evolução, conceitos e principais estratégias de intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Ergonomia, Qualidade de vida, Segurança

ABSTRACT

Summary how we feel (physically, mentally, socially and spiritually) is influenced by the type of interactions that we do with the involvements that we use on a daily basis is extremely important to worry about the quality of these wraps, in order to promote a fitness that can contribute to the improvement of our quality of life. This study sought to show how ergonomics can contribute to the improvement of life for all of us. In this sense, this work is targeted at people who are interested in improving their quality of life, turning the involvements that utilize on a daily basis is also directed to designers and managers responsible for ensuring consumers and workers wraps that promote better health and safety conditions, as well as improving the efficiency of the systems. Whereas ergonomics is still a little-known concept and often set incorrectly, the present work is an approach to its development, concepts and strategies of intervention.

Keywords: Ergonomics, quality of life, security

INTRODUÇÃO

ERGONOMIA E SUA EVOLUÇÃO

A ergonomia surgiu junto com o homem primitivo, com a necessidade de se proteger e sobreviver. Sem querer, o homem primitivo, começou a aplicar os princípios da ergonomia, ao fazer seus utensílios de barro para tirar água de cacimbas e cozinhar alimentos, fazer tacapes para se defender ou abater animais. Ele exercia a mesma atividade com menos esforço, com mais conforto! Mas, foi na revolução industrial que a ergonomia começou a surgir. Nas grandes guerras ela teve uma importância fundamental no desenvolvimento de armas e equipamentos bélicos que deveriam ser precisos e habilitados a serem usados por soldados de vários países com medidas antropométricas diferentes (altura é um item, apenas!)Foi na segunda Guerra Mundial que os aliados agrupados com os mais diferentes biótipos, jamais visto em um exército, que começaram a perceber que o armamento precisava ser projetado, montado, desmontado e usado em função do "tamanho" do soldado ou serviço de engenharia.

O termo ergonomia é originário do grego ergon (trabalho) + nomos (regras), e foi utilizado pela primeira vez pelo cientista e biólogo polonês Wojciech Jastrzebowski em 1857 em um artigo com o título "Ensaio de ergonomia ou ciência do trabalho, baseada nas leis objetivas da ciência da natureza".

Embora não exista um material consistente sobre a história da ergonomia, sabe-se que teve grande incremento depois da 2° Guerra Mundial, quando a industrialização toma um impulso maior, e começa a surgir uma maior integração entre homem, atividade e máquina.

Em agosto de 2000, a IEA (Associação Internacional de Ergonomia) adotou a definição oficial de que a Ergonomia (ou Fatores Humanos) é uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e outros elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos a fim de otimizar o bem estar humano e o desempenho global do sistema.

Conhecida comumente como estudo científico da relação entre o homem e seus ambientes de trabalho, a ergonomia tem alguns objetivos básicos que são: possibilitar o conforto ao indivíduo e proporcionar a prevenção de acidentes e do aparecimento de patologias específicas para determinado tipo de trabalho.

São constantes os estudos feitos a respeito da relação do homem com o ambiente de trabalho, o conforto ou mesmo horas de descanso. Ambos são de grande importância, mas, poucas pessoas prestam atenção nestes detalhes. A ergonomia vem justamente estudar estas medidas de conforto, a fim de produzir um melhor rendimento no trabalho e no cotidiano, afim de prevenir acidentes e proporcionar uma maior satisfação do trabalhador.

No Brasil, a Ergonomia vem ganhando notoriedade devido às exigências de uma Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, a NR-17. A atual redação da NR-17 foi estabelecida pela Portaria nº 3.751, de 23 de Novembro de1990.

Dentre os vários itens desta norma, o item 17.3 refere-se ao mobiliário dos postos de trabalho, preconizando que ele deve ser adaptado não só às características antropométricas da população, mas também à natureza do trabalho, ou seja, as exigências da tarefa.

Talvez você não saiba a importância da ergonomia em nossas vidas. Ela influencia o nosso dia a dia desde a roupa que usamos até as nossas condições de trabalho, por exemplo. O objetivo da ergonomia é adaptar as situações do cotidiano ao ser humano de modo que ele tenha bem-estar. Para isso, os estudos ergonômicos envolvem antropométrica (medidas do corpo humano), antropométrica ocupacional, que relaciona as medidas do corpo à situações como vestuário e/ou ambiente de trabalho e a biomecânica ocupacional, responsável pelas interações físicas de um determinado espaço com o corpo humano.

A eficiência da educação a distância (EAD) depende da contribuição de diversas disciplinas. É comum encontrarmos estudos nas áreas da ciência da computação, pedagogia, psicologia, administração, design, entre outros que visam melhorar a relação do aluno e professor com a forma de aprender e ensinar diferente do ensino presencial.

A criação da tecnologia em rede permitiu a EAD alcançar novos espaços de interação chamados de ambientes virtuais de aprendizagem e que constituem uma "nova forma urbana" repleta de imagens e funções numéricas que propõe a comunicação ou comutação entre o homem e os sistemas educacionais. A função da ergonomia neste contexto é conhecer os usuários (aluno, professor, etc), as características dos sistemas educacionais e a relação entre os dois, para criar interfaces inteligentes que possibilitem um ensino mais eficaz, eficiente e satisfatório.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A IMPORTÂNCIA DA ERGONOMIA

A Ergonomia é a ciência que tem como objetivo a compreensão das interações entre o Homem e os outros elementos de um sistema de trabalho. Esta ciência-tecnologia utiliza os conhecimentos relativos ao ser humano na concepção de instrumentos, máquinas e dispositivos, visando adequar as atividades profissionais e pessoais ao dia-a-dia do utilizador.

O objeto de estudo da ergonomia é a análise da atividade humana, a fim de compreender as interações que se manifestam entre o ser humano e o seu envolvimento nas atividades de trabalho e pessoal.

A ergonomia pode (e deve) ser aplicada a todas as áreas de nossa vida, como em nossa casa, transportes, lazer e trabalho. Se tratando de nossa casa e aquisições como carros, objetos, mobílias, viagens, é quase que automático e involuntário procurarmos pela opção mais confortável (ou o mais próximo disso) que cabe no nosso bolso. É aí que uma hora nosso corpo irá reclamar, em forma de dores de cabeça, dores na coluna, dores nas articulações, lesões por esforços repetitivos, stress e tantos outros males.

Com o mínimo de cuidado e aplicação de algumas leis da ergonomia já poderão e muito melhorar a saúde, qualidade de vida e produtividade do ser humano e evitar muitos problemas e prejuízos futuros.

A ergonomia busca aliar a sua tríade Conforto - Segurança – Eficiência às condições de de vida, afim de adaptar e modificar equipamentos e objetos ao ser humano, e não o contrário.

A importância da Ergonomia está na contribuição para a promoção da segurança e bem-estar das pessoas e consequentemente a eficácia dos sistemas nas quais elas se encontram envolvidas.

A Associação Internacional de Ergonomia divide a ergonomia em três domínios de especialização. São eles:

Ergonomia Física: que lida com as respostas do corpo humano à carga física e psicológica. Tópicos relevantes incluem manipulação de materiais, arranjo físico de estações de trabalho, demandas do trabalho e fatores tais como repetição, vibração, força e postura estática, relacionada com lesões musculoesqueléticas.

Ergonomia Cognitiva: também conhecida engenharia psicológica, refere-se aos processos mentais, tais como percepção, atenção, cognição, controle motor e armazenamento e recuperação de memória, como eles afetam as interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema. Tópicos relevantes incluem carga mental de trabalho, vigilância, tomada de decisão, desempenho de habilidades, erro humano, interação humano-computador e treinamento.

Ergonomia Organizacional: ou macroergonomia, relacionada com a otimização dos sistemas sócio-técnicos, incluindo sua estrutura organizacional, políticas e processos. Tópicos relevantes incluem trabalho em turnos,

programação de trabalho, satisfação no trabalho, teoria motivacional, supervisão, trabalho em equipe, trabalho à distância e ética.

PROBLEMA INVESTIGADO

A influência da ergonomia, hoje em dia, não se restringe mais à indústria. Através dela, melhora-se a qualidade de vida de idosos, deficientes físicos, crianças em idade escolar, e das pessoas em suas residências. Hoje em dia graças ao estudo da ergonomia, podemos encontrar melhores formas de trabalhar, tem sido demonstrado que o nosso corpo pode estar sob estresse e tensão, mesmo quando estamos sentados à mesa.

Diante desta problemática buscamos analisar a Importância da Ergonomia no nosso cotidiano, seja em casa ou no trabalho.

METODOLOGIA

O presente trabalho visa mostrar através de pesquisas bibliográficas as maneiras para se reduzir os adoecimentos devido a fatores ergonômicos, sejam eles no trabalho ou no social.

O artigo em questão refere-se a uma reflexão sobre a importância da Ergonomia em todos os setores da vida cotidiana e da sociedade em geral. Com isso pretendemos mostrar que muitas vezes muda-se os aspectos físicos, trabalha-se os aspectos psicológicos do empregado e não há mudanças significativas, apesar de alguma melhora, pois muitas vezes não se foi a causa do problema não está no trabalho, mas fora dele, no próprio cotidiano.

E para chegarmos a essas questões é que se procurou mostar através do histórico, questões atuais e futuras que a Ergonomia e o Social não podem ser vistos como questões indiferentes, mas que juntas podem trazer grandes avanços para a ergonomia e para sociedade em geral.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um estudo ergonômico não é garantia de que os problemas de postura, saúde e segurança no trabalho estejam resolvidos. Assim, é fundamental que haja determinação do individuo em promover mudanças e em criar

uma cultura ergonômica como fatores chaves para a melhora na qualidade de vida no dia a dia e no trabalho.

Assim, evitar a fadiga, o cansaço, o desconforto, e o incomodo na vida cotidiana é papel fundamental da ergonomia. Melhorar o ambiente é fator chave da ergonomia, no momento que faz com que o individuo se sinta motivado para fazer suas atividades diárias e trabalhar, realizando seu trabalho de maneira segura e atenta, a fim de evitar acidentes, incidentes e lesões.

Embora historicamente jovem, a ergonomia da atividade acumulou ao longo de meio século uma experiência analítica dos ambientes de trabalho bastante consistente, que a autoriza a ser uma das protagonistas da promoção da qualidade de vida no trabalho nos cotidianos das organizações.

Assim, em linhas gerais, o perfil dessa jovem ciência fornece os fundamentos teóricos que a habilitam a estender seu campo de ação, merecendo destaque:

- Do ponto de vista histórico, a ergonomia tem sua origem marcada pelo envolvimento de pesquisadores com o mundo trabalho. Portanto, o bem estar, a eficiência e eficácia estiveram, desde o início, no centro das preocupações da ergonomia;
- A definição da ergonomia coloca em primeiro plano seu objeto (interação indivíduo atividade - contexto) e seu objetivo de propor, com base em uma perspectiva interdisciplinar, medidas concretas para uma melhor adaptação dos meios tecnológicos de produção e dos ambientes de trabalho e de vida ao homem;
- A consolidação dos principais resultados de estudos, pesquisas e intervenção – muitos oriundos do diálogo com outras disciplinas afins – mostra os fatores principais (modelo de gestão do trabalho, condições de trabalho, custo humano) que potencializam a ocorrência de mal-estar no trabalho e que colocam em risco a saúde dos trabalhadores; tais resultados reforçam os argumentos de natureza empírica sobre a necessidade de qualidade de vida no trabalho em organizações públicas e privadas; e
- Os traços teóricos principais da ergonomia enfatizam três dimensões analíticas interdependentes: contexto de trabalho, indivíduo e trabalho.

Tais dimensões tecem a "tela de fundo" na qual se inscrevem os problemas práticos que são diagnosticados pelos que praticam essa disciplina. O caráter preventivo e a parceria multidisciplinar complementam os traços teóricos da identidade da ergonomia da atividade

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, busquei retratar a imensa tarefa da ergonomia. Não resta dúvida que se trata de um desafio que requer uma alta competência da parte do ergonomista. A meu ver este é exatamente um dos fatores explicativos da explosão da demanda por ergonomia. Se fosse algo simples, todos estariam fazendo há muito tempo. Se fosse algo trivial, para que escrever este artigo? Já teríamos certamente uma miríade de livros como é o caso em muitos outros campos do conhecimento e da técnica.

Enfim, a tarefa posta é enriquecer o enfoque tradicional da ergonomia, desenvolvendo uma ergonomia da atividade aplicada à qualidade de vida no cotidiano. Isso significa para a ergonomia da atividade avançar na sua história, ampliar seu campo de análise, estender o seu campo de ação e, principalmente, propor mudanças que englobem a organização como um todo.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ergonomia (31 de março de 2010). «Associação Brasileira de Ergonomia - O que é Ergonomia». *ABERGO*. Consultado em 14 de junho de 2010.

Centre for Registration of European Ergonomists - The definition of ergonomics» *(em inglês). CREE. 2012*. Consultado em 12 de junho de 2013

Grandjean, E. - Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

Lida, Itiro – Ergonomia: projeto e produção/ Itiro Iida – 2ª edição ver. e ampl. – São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

International Ergonomics Association (31 de março de 2010). «International Ergonomics Association - What is Ergonomics» *(em inglês). IEA*. Consultado em 19/01/2014.

Manual de aplicação da Norma Regulamentadora nº 17. – 2 ed. – Brasília: MTE, SIT, 2002. 101 p.: il.

Moraes, Ana Maria; PEQUINI, Suzi. Ergonomia e usabilidade. Salvador, UNEB, 2004.

Rebelo Francisco, Ergonomia no Dia a Dia ,1ª edição 2004

Wachowicz, Marta Cristina. Ergonomia – aspectos físicos ambientais. 2008

Psicologia Organizacional e do Trabalho em EAD

Vivian Dias Belem

Possui especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Instituição IBMEC, Graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente é Orientadora Acadêmica da Faculdade Internacional Signorelli. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Organizacional e atuação na área institucional.

http://lattes.cnpq.br/6150620024655206

RESUMO

Este artigo tem o foco de estudar as características da Psicologia Organizacional e do Trabalho, refletir e discutir acerca de determinantes que moldaram o perfil dessa atuação. As organizações de trabalho necessitam compreender a importância do seu capital humano, e cabe ao Psicólogo organizacional fomentar estratégias que viabilizem essa valorização do ser humano, baseando-se na capacidade de seus colaboradores de realizarem um trabalho coletivo. Neste contexto, o presente estudo possibilita a expansão de conhecimentos no que se refere à psicologia organizacional e do trabalho e apresenta um novo cenário para as organizações.

PALAVRAS-CHAVE: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO. CAPITAL HUMANO. ORGANIZAÇÕES.

ABSTRACT

This article has the focus of studying the characteristics of Organizational and Work Psychology, reflecting and discussing the determinants that shaped the profile of this action. Work organizations need to understand the importance of their human capital, and it is up to the Organizational Psychologist to foster strategies that enable this valorization of the human being, based on the capacity of its collaborators to carry out a collective work. In this context,

the present study allows the expansion of knowledge regarding organizational and work psychology and presents a new scenario for organizations.

KEYWORDS: ORGANIZATIONAL AND WORK PSYCHOLOGY. HUMAN CAPITAL. ORGANIZATIONS.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer algumas considerações acerca das possíveis contribuições da Psicologia Organizacional e do trabalho é a área da psicologia onde o foco é o estudo do comportamento humano e suas relações de trabalho. Uma área que por volta do século XX, após a revolução industrial foi tomando relevância e modificações, acompanhando o desenvolvimento industrial e econômico.

O trabalho é uma atividade fundamental para que os indivíduos possam obter satisfação de suas necessidades. Nas sociedades primitivas, era a busca de alimentos e moradia, atividades como caça fazia parte do cotidiano daquele individuo. Com o passar dos anos e desenvolvimento da sociedade, novas formas de trabalho foram sendo constituídas. Melhorias foram se tornando possíveis e através da ciência e novas tecnologias foi possível fazer com que o homem aumentasse sua capacidade de produção. Atualmente, não só o produto final é o foco das organizações, homem e máquina passam a competir por espaço dentro das organizações.

A POT (Psicologia Organizacional e do Trabalho), surge com o objetivo de ajudar a organização a pensar diante das grandes mudanças em cena. Caracteriza-se pelo estudo do fator humano na organização e compreende a criação de condições organizacionais e de trabalho que auxiliem na elaboração de um clima propício para que os colaboradores possam atingir suas metas de trabalho e de desenvolvimento pessoal.

Desta forma, faz-se necessário que o Psicólogo Organizacional compreenda o homem como um ser social e por este motivo, sofre constantemente influências da sua interação com o meio. E assim, articular estratégias que visem satisfazer as necessidades da organização e de seus colaboradores.

O mercado no contexto atual segue a lógica capitalista, sendo pautado por produtividade, eficiência e competitividade. Nesse cenário a psicologia se torna presente e importante, pois determina que o principal diferencial das organizações são as pessoas.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO EM EAD

O Psicólogo que busca se especializar em Psicologia Organizacional e do Trabalho necessita compreender que atualmente, nas organizações de trabalho, a palavra-chave é equipe, que significa que a saúde e desenvolvimento das organizações estão baseados na capacidade de seus colaboradores realizarem um trabalho coletivo e isto é uma verdade tanto quando o trabalho é realizado presencial ou virtualmente. Mas para que as equipes possam ser eficientes é necessária uma ação eficiente da gestão.

A especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho é voltada para ampliar o conhecimento do profissional. A proposta do Curso é de contribuir com a formação teórica, metodológica e crítica, que fazem interface com os campos da gestão, da saúde do trabalhador, da tecnologia, viabilizando aos alunos recursos metodológicos e teóricos.

A Psicologia Organizacional e do Trabalho é aquela que se direciona mais à gestão das pessoas, seus processos e os fenômenos organizacionais.

Assim, todo o curso circula e aprofunda as questões de trabalho, gestão e saúde.

Ao finalizar o curso, o profissional terá seus conhecimentos atualizados sobre os conceitos de Psicologia Organizacional e do Trabalho, conseguirá identificar diferentes situações dentro de uma empresa e a constatar necessidades a serem supridas pelas organizações determinantes para o desenvolvimento e capacitação humana.

A partir da necessidade de um aprimoramento em tais questões, e ainda vendo a possibilidade de acompanhar, mais sistematicamente, os resultados em formação, o Curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho (pós-graduação) justifica-se em atender a uma demanda já configurada.

De uma forma geral, possui o objetivo de contribuir com a formação e a atuação de profissionais de diferentes áreas, por meio do conhecimento em Psicologia e campos de interface. E dentro desse objetivo irá evidenciar e proporcionar uma reflexão teórica, conceitual, metodológica e crítica nos campos da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e preparar o profissional para as necessidades e exigências do mercado de trabalho em conformidade com sua área de interesse.

Considerando-se que o objeto de estudo é a pessoa em desenvolvimento e as alterações de tais processos, o Curso de Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho irá desenvolver competências e habilidades no profissional para que este seja capaz de lidar com gerenciamento de pessoas e intervenção nas organizações de trabalho.

Alguns autores (PEREIRA; GOMES, 2009; ZANELLI 2002) citam o insuficiente conhecimento da área da Psicologia Organizacional e do trabalho (POT) nos cursos de formação, fazendo com que os profissionais que atuam nessa área sejam despreparados para o mercado, seguindo um perfil de atuação que não se pauta nas reais necessidades das empresas.

Essa esfera científica da psicologia nasceu de diversas forças e se desenvolveu por meio do conflito global, onde hoje o psicólogo organizacional deve ser multidisciplinar (WANDICK, 2008). Mudanças ocorrem velozmente nas organizações, exigindo dos profissionais uma grande disposição estratégica e capacidade de gerenciamento de pessoas. Visto por este prisma, o sujeito inserido em organizações, tem total influência nessa e na maneira como ela se desenvolve, pois traz aspectos individuais para o trabalho. Com base nessa premissa, a POT tem crucial função em observar a relação do sujeito com a organização e vice-versa, visando a melhoria de processos e de comportamentos. Desse modo, demonstra-se que essa linha ocupa um importante espaço na ciência psicológica e que suas ações nesse contexto justificam uma necessidade de investir em maiores pesquisas, visando aprimorar conhecimentos e práticas.

Desta forma, a Psicologia Organizacional e do Trabalho, se apresenta como um novo campo do saber, contribuindo com conhecimento e otimização de processos empresariais voltados para o atendimento das necessidades das organizações e das pessoas e o aperfeiçoamento da gestão das

pessoas no contexto de trabalho a partir de suas relações, experiências e recursos instrumentais de interesse às práticas empresariais e atingimento das metas corporativas.

PROBLEMA INVESTIGADO

Quando se fala em Psicologia, a primeira coisa que vem na mente das pessoas é a psicologia clínica, mas existem outras áreas de atuação do psicólogo que são tão importantes quanto a área clínica. A área da Psicologia Organizacional e do Trabalho é uma delas.

Nos dias atuais, os estudos são direcionados para a análise da produtividade dos funcionários. Um exemplo significativo desta teoria é o Taylorismo, que defendia a análise do trabalho, visando sua otimização, através de ações como a seleção de funcionários de acordo com as características da atividade a ser realizado, o treinamento para a execução das tarefas e a recompensa como incentivo para o desempenho. Consequentemente, os estudos se voltaram para o homem e a sua qualidade de vida. É neste período que se consolida a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). A POT surge com o objetivo de ajudar a organização a pensar diante das grandes mudanças em cena.

A POT caracteriza-se pelo estudo do fator humano na organização e compreende a criação de condições organizacionais e de trabalho que auxiliem na elaboração de um clima propício para que os colaboradores possam atingir suas metas de trabalho e de desenvolvimento pessoal. Para isto, o psicólogo organizacional deve compreender o homem como um ser social que está em constante interação com o meio e que sofre influências desse meio. Dessa forma, ele deve pensar em estratégias que articulem a satisfação das necessidades da organização com a satisfação das necessidades e da qualidade de vida dos colaboradores.

A prática do psicólogo organizacional é bastante diversificada, porém funciona de forma sincronizada. Uma das atividades realizadas é o Recrutamento e Seleção. O Recrutamento trata-se do conjunto de técnicas e procedimentos que objetivam atrair candidatos potencialmente qualificados para ocupar os cargos disponíveis na organização. Na sequência do

Recrutamento tem-se o processo de Seleção, onde o psicólogo tem como função escolher quais candidatos são mais adequados diante das necessidades da organização.

Outra atividade bastante recorrente no trabalho do psicólogo organizacional é o Treinamento e Desenvolvimento. Esta atividade compreende o aprendizado e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que a organização espera que seus colaboradores apresentem. Geralmente, um programa de Treinamento compreende cinco etapas: avaliação das necessidades, definição dos objetivos, elaboração do programa, aplicação do programa e avaliação do treinamento.

Assim como a Avaliação do Treinamento, a Avaliação de Desempenho também é muito importante. Nesta atividade o psicólogo deve observar conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos do colaborador com o objetivo de promover estratégias para aprimorar seu desempenho e potencializar o rendimento das equipes.

Outra atividade executada pelos profissionais organizacionais é a política de Cargos e Salários, onde as características, responsabilidades e exigências de cada cargo são descritas, assim como o salário e demais benefícios, considerados as recompensas pelo trabalho executado e, para a maioria das pessoas, fonte de motivação.

Atualmente, com a forte competitividade presente no mercado, o grande diferencial de uma empresa são as pessoas. Portanto, para atingir seus objetivos, as organizações devem se preocupar com as pessoas e com a implementação de estratégias que melhorem a qualidade de vida dos colaboradores e proporcionem um ambiente de trabalho saudável. Desta forma, o psicólogo organizacional tem a importante função de identificar as características da organização (cultura, missão, clima) e dos colaboradores (valores, comportamentos, expectativas) e trabalhar com as equipes a melhor forma para atingir os objetivos da organização.

METODOLOGIA

Quanto as metodologia utilizada, os métodos aplicados se basearão em pesquisas bibliográficas a respeito do tema abordado, sendo considerada

uma pesquisa qualitativa acerca da temática proposta. Foram utilizados os seguintes critérios para inclusão na pesquisa: livros, artigos, dissertações e teses.

BUSCA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Não há a possibilidade de um profissional falando ou escrevendo produzir conhecimento, é preciso entender que conhecimento não é transmissão. A informação é um constructo primário que se torna conhecimento, logo cada individuo possui uma forma diferente de produzir conhecimento.

A questão é que os profissionais que atuam com a psicologia organizacional e do trabalho, não estão preparados para atuar com a diversidade e individualidade neste processo. É preciso valorizar suas habilidades individuais e reforçar comportamentos que ressaltem sua interação dentro do contexto organizacional.

A inserção da POT contribui para o avanço das organizações e devido a possibilidade de compreensão do ser humano permite o desenvolvimento humano dentro das organizações.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do estudo realizado, fica evidente que a psicologia organizacional e do trabalho busca responder desafios inseridos na sociedade devido questões sociais, tecnológicas, políticas e econômicas, e deste modo, possui um caminho precursor e recente, visto que possui sua marca entre século XX e XXI. A cada ano é modificado um conjunto de práticas profissionais, e seu desenvolvimento se dá através da construção de conceitos e novas técnicas, que surgem para que possa atender a uma determinada demanda. A Psicologia Organizacional e do Trabalho revela um marco histórico, desde a psicologia industrial até a organizacional e nota-se um evidente percurso produtivo, abrangendo os mais diversos países e culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem tomarem consciência que por meio das compreensões asso-

ciadas as áreas do conhecimento, este processo terá significado, pois entenderão os caminhos possíveis que levam a aprendizagem, e compreender que aquilo que está sendo ensinado, poderá ter significado para o outro. Observando o que no individuo pode ser melhorado e avaliando as suas potencialidades, construindo um planejamento para o outro de forma especializada.

O Especialista em Psicologia Organizacional atuará em diferentes contextos sociais, e compreenderá o processo individual do sujeito, suas dificuldades, e como suas potencialidades podem agregar a uma determinada organização, pois o diferencial da organização é o seu capital humano.

Desta forma, para que as empresas alcancem seus objetivos, é preciso implementar estratégias que melhorem a qualidade de vida de seus colaboradores e estes estejam motivados dentro da organização. O Psicólogo organizacional e do trabalho deve atuar de forma a identificar possíveis melhorias e identificar características importantes para a organização (visão, missão e valores) e importantes para os colaboradores (expectativas) e assim trabalharem juntos como equipe e nesse contexto alcançar os objetivos da organização.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Cyro. Sociologia Aplicada à Administração. São Paulo: Saraiva, 2009.

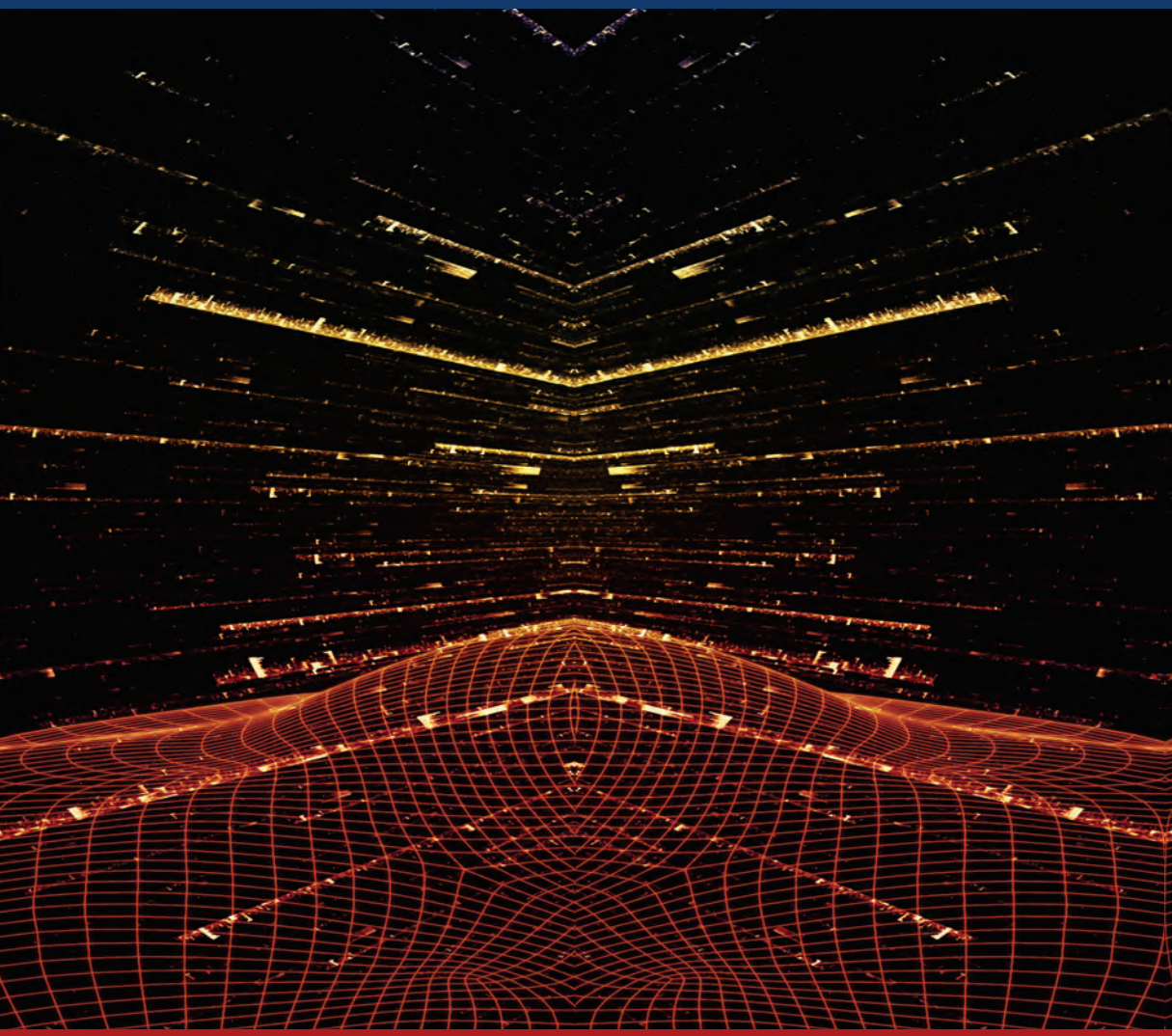
CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de . Gestão do Conhecimento. -- São Paulo: Pearson, 2012.

DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson, 2014.

MARRAS, Jean Pierre. Gestão de Pessoas em empresas Inovadoras. São Paulo: Saraiva, 2011. RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZANELLI, José Carlos; Silva, Narbal. Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI



FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI
Rua Araguaia, 3 - Freguesia - Jacarepaguá
CEP: 22745-270 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 3312-3012
www.faculdade.signorelli.edu.br

ISBN 978-85-525-0085-8
9 788552 500858